ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 3ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE JUNHO DE 2026

ATA Nº. 19 / 2026

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO

2. ORDEM DE TRABALHOS

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

3.1.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

3.1.2. VOTAÇÃO - ADITAMENTO NA ORDEM DE TRABALHOS, DESTA SESSÃO, DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV 25 E DA CDU PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

3.1.3. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS

3.2.1. ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A CINCO DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO CATORZE, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

3.2.1.1. VOTAÇÃO

3.2.2. ATA DA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOZE DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS – ATA NÚMERO QUINZE, DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

3.2.2.1. VOTAÇÃO

3.3. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.4. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

3.5. VOTO DE PESAR PELO ASSASSINATO DO BISPO D. OSÓRIO CITORA AFONSO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH

3.5.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

3.5.2. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)

3.5.3. VOTAÇÃO

3.5.3.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.5.3.2. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO NADADOR OLÍMPICO LUÍS RUI DA TRINDADE VAZ JORGE, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL

3.6.1. VOTAÇÃO

3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - REFORÇAR OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE SAÚDE, TORNANDO-A MAIS PRÓXIMA, INOVADORA E SOLIDÁRIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS

3.7.1. SRª. DEPUTADA ELISABETE OLIVEIRA (INOV25)

3.7.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

3.7.3. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)

3.7.4. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)

3.7.5. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)

3.7.6. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DEFESA DA HONRA

3.7.7. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.7.8. VOTAÇÃO

3.7.8.1. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.7.8.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.7.8.3. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.7.8.4. SRª. DEPUTADA MARINA PEREIRA (IL) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.7.8.5. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.8. MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

3.8.1. VOTAÇÃO - ADMISSÃO DA MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

3.8.2. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH)

3.8.3. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.8.4. VOTAÇÃO MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

3.8.4.1. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.8.4.2. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.8.4.3. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.8.4.4. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DO JULGADO DE PAZ NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA INICIATIVA LIBERAL

3.9.1. SRª. DEPUTADA ELISABETE OLIVEIRA (INOV25)

3.9.2. SRª. DEPUTADA MARINA PEREIRA (IL)

3.9.3. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.9.4. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

3.9.5. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.9.6. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.9.7. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.9.8. SRª. DEPUTADA MARINA PEREIRA (IL)

3.9.9. VOTAÇÃO

3.9.9.1. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.9.9.2. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.9.9.3. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.9.9.4. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS OUTDOOR, INCLUINDO EQUIPAMENTOS ADAPTADOS A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO

3.10.1. VOTAÇÃO

3.10.1.1. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.10.1.2. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.10.1.3. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.10.1.4. SR. DEPUTADO NUNO CAROLO (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.10.1.5. SR. DEPUTADO FRANCISCO O'NEILL MARQUES (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.11. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – DIA INTERNACIONAL PARA O COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO

3.11.1. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)

3.11.2. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DEFESA DA HONRA

3.11.3. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)

3.11.4. SR. DEPUTADO JOÃO VIEGAS (INOV25)

3.11.5. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.11.6. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25)

3.11.7. SR. DEPUTADO ALEXIS GONÇALVES (INOV25)

3.11.8. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.11.9. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.11.10. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.11.11. VOTAÇÃO

3.11.11.1. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.11.11.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.11.11.3. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.11.11.4. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.11.11.5. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

3.12. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

3.13. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (INOV25)

3.14. SRª. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH)

3.15. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

3.16. SR. DEPUTADO ANTÓNIO LOPES DA COSTA (PRESIDENTE DA U.F. ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO)

3.17. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

3.18. SR. DEPUTADO ANTÓNIO MOITA (INOV25) - PONTO DE ORDEM À MESA

3.19. SRª. DEPUTADA FILIPA LOURINHO (CH)

3.20. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.21. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH)

3.22. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)

3.23. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

3.24. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

3.25. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

3.26. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)

3.27. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

4. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

4.1. SRª. PAULA AMBRÓSIO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

4.2. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO)

4.3. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

4.4. SRª. DEPUTADA ANABELA BRITO (IL)

4.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

4.6. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

4.7. SR. VEREADOR NUNO NETO

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

5.1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - APRECIADA

5.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 542/2026 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2025

5.2.1. VOTAÇÃO

5.2.1.1. SR. DEPUTADO PEDRO MARTINS (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.2.1.2. SR. DEPUTADO JOSÉ SHIRLEY (CH) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 562/2026 – DMOGAH/DHM/GEHM – RELATIVA À AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO N.º 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-I01, PROGRAMA

DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 – HABITAÇÃO, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA. APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

5.3.1. VOTAÇÃO

5.3.1.1. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.3.1.2. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (CEO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

5.4. DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO IN-OV25 E DA CDU PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE - ADIADA

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

ANEXO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS VOTAÇÃO: Unanimidade 23-07-2026			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
INOV 25	13		
PS	2		
CH	2		
CEO	1		
IL	1		
CDU	–		
PAN	1		
N.I.	1		
INOVAR UNIÃO ALGÉS 25	1		
INOVAR BARCARENA 25	1		
INOVAR CARNAXIDE E QUEIJAS 25	1		
INOVAR UNIÃO OEIRAS 25	1		
INOVAR PORTO SALVO 25	1		
S=A FAVOR * N=CONTRA * A=ABSTENÇÃO			

---------- **ATA DA 3ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA** ----------

----------**MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE JUNHO DE 2026**----------

---------- **ATA Nº. 19 / 2026** ----------

---------- Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio.----------

1. ABERTURA DA REUNIÃO----------

---------- Pelas quinze horas e quinze minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia, Alexis Godinho Gonçalves, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Nuno Filipe Penetra Carolo, Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, Filipa Isabel Lucas

Caeiro Lourinho, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, Pedro Gomes Martins, Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, Marina Raquel Gonçalves Pereira, João Rafael Marques Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Jorge Manuel Martins Delgado) desta Assembleia Municipal. ----------Os Senhores Deputados Tomás Raposo Barra, Mafalda Maria Pires Rodrigues Vantacich e André Alegria Alexandre Cotrim da Silva, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e Filipe Jorge de Sousa Martins, do Partido Iniciativa Liberal, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Pedro Gomes Martins, do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal.------ ----------Faltou o Senhor Deputado Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, tendo a Mesa justificado a respetiva falta.--- ----------Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Pedro Manuel Freire Patacho, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Pedro Saraiva Gonçalves dos Santos Frazão e Susana Isabel Costa Duarte. ----------

2. ORDEM DE TRABALHOS ----------

----------Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trahalhos:----------

1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro;-- ----------

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 542/2026 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à

Prestação de Contas Consolidadas 2025;----------

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 562/2026 – DMOGAH/DHM/GEHM – relativa à Aquisição pública de habitações ao abrigo do Aviso N.º 01/CO2-i01/2021, Investimento RE-C02-i01, Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 – Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência. Aprovação da minuta de contrato de compra e venda.----------

4. Designação dos representantes dos Grupos Políticos Municipais do IN-OV25 e da CDU para integrarem o Conselho Municipal de Juventude.----------

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

3.1. A **Senhora Presidente da A.M.** iniciou a Sessão dizendo o seguinte:----------

---------- "Boa tarde a todos os presentes e a quem nos assiste à distância. Vamos dar início à Sessão Ordinária três/dois mil e vinte e seis. E eu peço, por favor, ao Senhor Segundo-Secretário, que proceda à chamada.----------

---------- Senhores deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Há uma pequena informação que eu queria dar, que é a seguinte: Há urgência na inclusão na Ordem de Trabalhos da designação de representantes efetivos e suplentes do INOV e da CDU para o Conselho Municipal da Juventude, uma vez que os elementos que foram anteriormente designados e votados nesta Assembleia não fazem parte da Assembleia Municipal e, portanto, temos de fazer a votação. Já estão os votos impressos para fazermos a votação para esses elementos, visto que os que foram indicados não são membros da Assembleia e, portanto, não podem fazer parte do Conselho Municipal da Juventude. ----------

---------- Faz favor, Senhora Deputada." ----------

3.1.1. A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, eu não percebi. Está a propor uma alteração à Ordem de Trabalhos?" ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: ----------

----------"Estou a propor que se faça a votação hoje dos elementos..." ----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: ---------

----------"Tem de ser introduzido na Ordem de Trabalhos. Portanto, tem de ser feita uma alteração à Ordem de Trabalhos." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----------"Sim e o que eu estou a pedir é que seja incluído, atento à urgência, visto que vai haver uma reunião, salvo erro, no dia oito, desse Conselho, e estão mal indicados os elementos que elegemos aqui. Esses elementos não fazem parte da Assembleia Municipal, mas será rápido, penso eu. Não, mas não tivemos nenhuma outra Sessão anterior onde isso pudesse ser apresentado. E, portanto, a questão é só incluir, se estão de acordo em que se possa incluir hoje. Senão, no próximo Conselho não há representantes desses." ----------

----------**Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----

----------"Por isso é que eu estou a suscitar aqui esta questão agora. Sim. E votamos, votamos, não é? Quando chegarmos ao Período da Ordem do Dia, eu coloco novamente esta questão. Vota-se nessa altura se pode incluir ou não? Ou querem agora votar já? Está bem. Votar a introdução deste ponto. Então podemos fazer já a votação relativamente à introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos." ----------

3.1.2. VOTAÇÃO - ADITAMENTO NA ORDEM DE TRABALHOS, DESTA SESSÃO, DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV 25 E DA CDU PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE ----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de aditamento na Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor,

sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).----------

---------- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------**"DELIBERAÇÃO N.º 137/2026**----------

----------**PROPOSTA - ADITAMENTO NA ORDEM DE TRABALHOS, DESTA SESSÃO, DA DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS DO INOV 25 E DA CDU PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE**----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta referida em título, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e três votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, incluir na Ordem de Trabalhos desta Sessão, o assunto referido em título.----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata." -------- ----------

3.1.3. A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, votam todos a favor, não é? Ninguém votou contra, nem ninguém se absteve. Pronto. Então, este ponto será incluído na Ordem de Trabalhos e faz-se a votação. Distribuir-se-ão os votos para verem que estão lá indicados os nomes do efetivo e do suplente. Muito bem. Temos agora a aprovação da Ata catorze/vinte e seis, da Sessão realizada no dia cinco de maio de dois mil e vinte e seis. Eu vou pôr à votação esta Ata."----------

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS ----------

3.2.1. Ata da Décima Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a cinco de maio de dois mil e vinte e seis – Ata número catorze, de dois mil e vinte

e seis.------ ----------

3.2.1.1. VOTAÇÃO ----------

---------- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e sete votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia). dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). ----------

---------- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Os Senhores Deputados Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal

Isaltino Inovar Oeiras 25, Nuno Filipe Penetra Carolo, do Partido Socialista, Pedro Gomes Martins, do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, do Partido Pessoas-Animais-Natureza e António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi aprovada por unanimidade esta Ata. E onde é que está? É só esta? Não há mais nenhuma? Ata quinze. Ata quinze, exatamente. Temos agora a aprovação da Ata número quinze. Eu agora nem a estou a ver aqui. Onde é que ela está? É esta."----------

3.2.2. Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a doze de maio de dois mil e vinte e seis – Ata número quinze, de dois mil e vinte e seis. -------- ----------

3.2.2.1. VOTAÇÃO ----------

----------A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques e Filipa Isabel Lucas Caeiro

Lourinho), um do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia), um do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado). - ----------

---------- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Os Senhores Deputados Sandra Cristina Amaral Monteiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias, do Partido Chega, Pedro Gomes Martins, do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e Marina Raquel Gonçalves Pereira, do Partido Iniciativa Liberal, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito. ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Foi também aprovada por unanimidade a Ata número quinze. Temos agora... Sim, Senhora Deputada."----------

3.3. A **Senhora Deputada Anahela Brito (IL)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**: ---------

---------- "Obrigada. Boa tarde. Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa. ----------

---------- O seguinte. Na última Sessão de nove de junho, a Iniciativa Liberal apresentou uma

proposta do "Portal municipal da participação cívica". Nessa votação, houve um deputado do INOV que votou contra e votou em abstenção. Portanto, agradeço que essa Ata seja corrigida e que seja tomada em atenção isso. E gostaria de saber o que é que a Mesa pretende fazer sobre essa situação."-- ----------

3.4. A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Essa Ata ainda não foi elaborada, não? Já foi elaborada?" ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Essa Ata ainda não foi elaborada, de qualquer forma estamos na Sessão subsequente e, para além disso, já foi extraída uma deliberação que já está no Salão Nobre e é exatamente na Sessão seguinte que se deve corrigir. Atendendo a que foi visto o erro é exatamente na Sessão seguinte que se deve corrigir esse erro." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim, senhor. Muito obrigada, Senhora Deputada. Fica registado. Neste momento não estamos em condições de estar a confirmar e a verificar esse facto, mas fica consignado e, portanto, iremos ver. Iremos ver posteriormente. A Ata ainda não está elaborada. Sim, faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente, eu sugiro que talvez interrompa cinco minutos os trabalhos, para ver, para visualizar a Sessão, para podermos corrigir o erro." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Um momento, Senhora Deputada. Vou conferenciar com a Mesa. ----------

----------Senhora Deputada, neste momento estamos numa Sessão, não vamos interromper para ver isso. Teremos de visualizar essa Sessão. Teremos de ver todas as anotações que temos e, portanto, neste momento, a Mesa deliberou que não vai interromper para esse efeito. Isso fica consignado em Ata, e certamente que teremos isso em consideração e iremos apreciar oportunamente. Portanto, é esta a decisão da Mesa."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

---------- "Muito bem, Senhora Presidente. Por favor, gostaria que ficasse consignado em Ata que a Mesa reconhece o erro e que não quer corrigir."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Não, Senhora Deputada. A Mesa não disse que reconhece o erro. A Mesa diz que vai apreciar aquilo que a Senhora Deputada acabou de dizer. Senhora Deputada, esta questão para nós está resolvida neste sentido: vamos apreciar. A Mesa vai apreciar. A Ata ainda não foi elaborada sequer. Portanto, vamos apreciar." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

---------- "Muito bem."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Vamos ter em conta..." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:----------

---------- "Fica consignado... Fica consignado que a Iniciativa Liberal registou o erro e que a Mesa não está a corrigir na Sessão subsequente. Certo? É verdade..."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, a Mesa acabou de falar. A Senhora não tem de dizer o que é que a Mesa disse. A Mesa disse..." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

---------- "Não, a Mesa disse que não vai fazer, que vai fazer posteriormente. É exatamente isso que eu estou a reforçar. Vai rever posteriormente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, a Mesa pronunciou-se. A Mesa pronunciou-se e está gravado. Não precisa a Senhora Deputada de resumir. ----------

---------- Muito obrigada. Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte:----------

----------"Não precisa, sim. Senhora Presidente, desculpe. O que eu..."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** desligou o microfone e observou o seguinte:---------

----------"Senhora Deputada, está a abusar dos seus direitos. Neste momento, vamos continuar a nossa Sessão e vamos… temos dois votos de pesar." ----------

3.5. VOTO DE PESAR PELO ASSASSINATO DO BISPO D. OSÓRIO CITORA AFONSO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH ----------

----------O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro-Secretário**, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve:----------

----------"D. Osório Citora Afonso, Bispo da Diocese de Quelimane e Administrador interino da Arquidiocese da Beira, foi brutalmente assassinado na madrugada de seis de junho de dois mil e vinte e seis, na residência Episcopal de Quelimane, em Moçambique.----------

----------Tinha cinquenta e quatro anos. Nasceu em Ribáuè, na província de Nampula, era membro do Instituto Missionário da Consolata e havia sido nomeado Bispo de Quelimane apenas em agosto de dois mil e vinte e cinco. Homem de fé, de saber e de grande proximidade aos mais pobres, percorreu um caminho de intensa dedicação à Igreja, tendo estudado em Moçambique, na República Democrática do Congo, em Roma e em Jerusalém, exercido funções como Secretário-Geral da Conferência Episcopal de Moçambique. Em abril de dois mil e vinte e seis, o Papa Leão XIV confiou-lhe ainda a missão de Administrador interino da Arquidiocese da Beira, testemunho da confiança que a Igreja depositava na sua liderança.----------

----------O crime que lhe ceifou a vida, perpetrado com recurso a uma arma de assalto dentro da própria residência episcopal, é um ato hediondo que enluta a Igreja Católica em Moçambique e choca a consciência de todos os que acreditam nos valores da paz, da diguidade humana e da justiça. ----- ----------

----------O próprio Santo Padre expressou publicamente a sua consternação. O Papa Leão XIV

expressou a sua profunda dor pelo assassinato do bispo de Quelimane, D. Osório Citora Afonso, apelando ao fim dos atos de violência em Moçambique e uniu-se em oração "ao povo das dioceses e de Moçambique", pedindo que "o Senhor lhes conceda consolo, que guarde no Seu amor cada homem e cada mulher e trave a mão dos violentos". ----------

---------- Que a memória deste Bispo da Santa Igreja Romana permaneça como testemunho de fé e de entrega.----------

---------- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo assassinato do Bispo D. Osório Citora Afonso, repudia veementemente este ato bárbaro e endereça uma palavra de conforto e solidariedade a todos os católicos do mundo." -

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Primeiro-Secretário. Relativamente a este voto de pesar, algum dos Senhores Deputados pretende usar da palavra? Faz favor." ----------

3.5.1. O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente, perante Vossa Excelência, cumprimento todos os presentes. ----

---------- Relativamente a esta situação, acompanhamos com profunda dor aquilo que se está a passar com o povo moçambicano, independentemente do Senhor Bispo que foi assassinado ser católico, podia ser calvinista, anglicano, luterano. Contudo, é um ato que tem de ser aqui denunciado e, acima de tudo, temos presente que houve um silêncio em Portugal relativamente aos mass media face a este tema, ao contrário de Moçambique e em grande parte do mundo. -----

---------- Aquilo que eu quero dizer é que subscrevo o que foi dito pelo senhor jornalista Nuno Rogeiro relativamente a este contexto. Dizer que era um homem que dedicou a sua vida a lutar pela paz e pela liberdade. ----------

---------- E quero terminar aqui com as palavras do Papa Leão, quando refere: "Que Deus conceda consolo ao povo de Moçambique, guarde no seu amor cada homem e cada mulher e detenha a mão dos violentos".----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)."

3.5.2. A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, caros Deputados, público que nos assiste e online. ----------

----------Condenando com firmeza este ato bárbaro de violência que vitimou o Bispo D. Osório Citora Afonso, apresento, neste momento de dor e consternação, as minhas mais sentidas condolências. ----------

----------Expresso, igualmente, a minha solidariedade para com a Igreja Católica, os familiares, amigos e fiéis, dirigindo uma especial palavra de conforto aos católicos de Moçambique e de todo o mundo, na esperança de que encontrem força e serenidade para enfrentar esta irreparável perda.

----------Mais do que nunca, é necessário acreditar e defender os valores da paz, da justiça e da dignidade humana.----------

----------Tenho dito." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Podemos passar à votação deste voto de pesar."----------

3.5.3. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno

Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com um voto contra da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins).----------

---------- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 138/2026**----------

---------- **VOTO DE PESAR PELO ASSASSINATO DO BISPO D. OSÓRIO CITORA AFONSO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO CH** ----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em

título e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com um voto contra da Coligação Democrática Unitária, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento do Bispo D. Osório Citora Afonso, manifestando o seu profundo pesar pelo seu assassinato, repudiando veementemente este ato bárbaro, endereçando uma palavra de conforto e solidariedade a todos os católicos do mundo.----------

----------Mais foi deliberado remeter o presente voto de pesar à Diocese de Quelimane, à Secretaria de Estado do Vaticano, à Nunciatura Apostólica em Portugal e publicá-lo no sítio da Assembleia Municipal, no boletim municipal – Oeiras Atual, bem como em pelo menos um jornal de dimensão regional e nacional. ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi aprovado este voto de pesar. Vou passar agora a ler o voto… Sim, faz favor. Declaração de voto, é isso que quer?" ----------

3.5.3.1. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Boa tarde, Senhora Presidente. Aproveito para a cumprimentar a si e na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes. ----------

----------O Grupo Político Evoluir Oeiras fará chegar uma declaração de voto escrita. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------**O Grupo Político Evoluir Oeiras não entregou a Declaração de Voto Escrita**.----

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Faz favor, Senhor Deputado." ----------

3.5.3.2. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:---

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Os meus cumprimentos a todos. ----------

---------- Um voto de pesar. Sem prejuízo de lamentar a morte do Bispo Osório Citora Afonso, a CDU votou contra este voto de pesar por considerar que não existe uma relação reconhecida da pessoa em causa ao Município e às suas forças vivas, colocando-se a questão do critério e da adequação dos votos de pesar, que não são estritamente pessoais, mas uma expressão institucional e política, devendo-se, por isso, salvaguardar rigorosamente aspetos de competência, relevância e equidade nas suas posições. ----------

---------- Os valores da paz, da dignidade humana e da justiça têm mesmo de ser para todos, lá fora e cá dentro. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais ninguém pretende usar da palavra para nenhuma declaração de voto? Então vou passar a ler o voto de pesar pelo falecimento do nadador olímpico Luís Rui da Trindade Vaz Jorge, da Iniciativa Liberal."----------

3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO NADADOR OLÍMPICO LUÍS RUI DA TRINDADE VAZ JORGE, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL----- ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: ----------

---------- "Nascido em vinte e nove de outubro de mil novecentos e quarenta e três, Luís Rui da Trindade Vaz Jorge, atleta olímpico, figura maior da natação portuguesa e exemplo de dedicação, disciplina e excelência desportiva, sendo um motivo de orgulho para a nossa comunidade. --------

---------- Luís Rui da Trindade Vaz Jorge faleceu aos oitenta e dois anos. O seu nome ficará

para sempre ligado à história do Sport Algés e Dafundo e da natação portuguesa. Representou Portugal ao mais alto nível, levando o nome do país e o espírito do desporto nacional aos palcos internacionais mais exigentes. A sua participação nos Jogos Olímpicos de mil novecentos e sessenta, em Roma onde nadou a prova de duzentos metros Mariposa foi o culminar de anos de trabalho árduo, talento e resiliência, constituindo um marco de orgulho para o desporto nacional.

----------Com apenas treze anos já detinha a segunda melhor marca de sempre em todas as categorias, na prova de duzentos metros Mariposa. ----------

----------Para além do percurso competitivo, Luís Vaz Jorge destacou-se pela capacidade de inspirar gerações de jovens atletas tendo deixado um importante legado familiar no Sport Algés e Dafundo. A sua vida é testemunho de que o mérito, a perseverança e o compromisso com a excelência são valores que transcendem o desporto e enriquecem a comunidade.----------

----------A assembleia municipal de Oeiras, reunida em sessão ordinária a vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis expressa à família, amigos, colegas e à comunidade desportiva nacional as mais sentidas condolências e presta uma sentida homenagem com um minuto de silêncio."----

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Quem pretende usar da palavra relativamente a este voto pesar? Pode inscrever-se. Ninguém? Passamos então à votação deste voto."----------

3.6.1. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistaccbini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento

Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).----------

---------- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida e Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 139/2026**----------

---------- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO NADADOR OLÍMPICO LUÍS RUI DA TRINDADE VAZ JORGE, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA IL** ----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em

título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Rui da Trindade Vaz Jorge, prestando uma sentida homenagem com um minuto de silêncio e expressar à família, amigos, colegas e à comunidade desportiva nacional as mais sentidas condolências. ---

----------Mais foi deliberado remeter o presente voto de pesar à família e divulgá-lo nas plataformas oficiais do Município, no Boletim Municipal e num jornal de dimensão regional e nacional.--- ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi aprovado, por unanimidade, este voto pesar. E, agora, ia pedir aos senhores deputados que fizéssemos um minuto de silêncio em memória destas duas pessoas."----

----------**Foi feito um minuto de silêncio em memória de D. Osório Citora Afonso e Luís Rui da Trindade Vaz Jorge.**----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Temos agora, por ordem de entrada, uma proposta de recomendação do Partido Socialista." ----------

3.7. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - REFORÇAR OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE SAÚDE, TORNANDO-A MAIS PRÓXIMA, INOVADORA E SOLIDÁRIA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em

título, que a seguir se transcreve: ----------

---------- "A descentralização de competências na área da Saúde para os Municípios, abre uma janela de oportunidade rara para aprofundar a prestação de cuidados de saúde de forma mais próxima, mais eficaz e mais inteligente. ----------

---------- O Município de Oeiras tem todas as condições para ser uma referência nacional nas várias vertentes da saúde de proximidade, estimulando projetos de inovação social geradores de bem-estar para os Oeirenses, colocando-os no centro das decisões, através da adoção de práticas pensadas para colmatar as disfuncionalidades do Serviço Nacional de Saúde, com recurso às novas tecnologias e à inteligência artificial. ----------

---------- Para atingir esse objetivo, o modelo de governação em saúde, deve articular os recursos municipais com a prestação de cuidados primários, aproveitando o conhecimento académico e científico instalado no concelho, para resposta concreta aos desafios do envelhecimento, da fragilidade e da dependência. ----------

---------- Assim, o Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras delibere recomendar ao município, através do Sr. Presidente, que desencadeie os mecanismos que considere necessários e adequados para: ----------

---------- Um. Criação de uma Plataforma Digital de Cuidados em Rede, que articule os serviços municipais com as equipas da Unidade Local de Saúde Lisboa Ocidental (ULSLO), permitindo o registo de dados e o acompanhamento integrado dos utentes idosos em situação de dependência;

---------- Dois. Tornar essa informação disponível para os cuidadores informais e profissionais que atuem em ERPI e ao domicílio e que acompanham cada idoso; ----------

---------- Três. Gerar a emissão de alertas automatizados para situações de risco, quedas, isolamento social ou alimentação inadequada; ----------

---------- Quatro. Desenvolver um Programa destinado a apoiar cuidadores e a população mais vulnerável, através do reforço da Linha Municipal de Saúde (atual Cartão sessenta e cinco mais)

com apoios especializados disponível vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana;---------

----------Cinco. Alargamento do sistema de comparticipação de medicamentos à aquisição de suplementos alimentares, incluindo suplementação nutricional e adequação da consistência dos alimentos (espessantes)." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Ponho à vossa consideração esta proposta de recomendação. Quem pretende usar da palavra, faz favor de se inscrever. Ninguém pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25), faz favor." ----------

3.7.1. A **Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si e, na sua pessoa, cumprimento todos os Senhores Deputados e o Executivo da Câmara Municipal. ----------

----------Tem sido sempre uma preocupação do nosso Município a questão da saúde e a prestação de cuidados de saúde ou, por outra, o alargamento dos cuidados de saúde que são prestados, quer nos centros de saúde, quer a nível hospitalar. ----------

----------Esta proposta do Partido Socialista parece-me com boa intenção e, realmente, a proposta que aqui vêm seria de louvar, mas penso que isto deve ser estudado com cuidado e avaliarmos as possibilidades de concretização. Por exemplo: "Desenvolver um Programa destinado a apoiar cuidadores e a população mais vulnerável, através da Linha Municipal de Saúde (atual Cartão sessenta e cinco mais) com disponibilidade de vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana". Será isto possível com profissionais de saúde? "Alargamento do sistema de comparticipação de medicamentos à aquisição de suplementos alimentares". Pois os suplementos alimentares ajudam, muitas vezes, na recuperação, mas são muito dispendiosos, não são sujeitos a receita médica e a sua compra teria de ser... É um assunto que deveria ser estudado e ver quem eram os médicos que poderiam prescrever, se deveria ser somente através dos centros de saúde ou se qualquer médico poderia fazer esta prescrição para ser fornecido o medicamento na farmácia.

---------- Resulta que nós sugerimos que este assunto seja mais aprofundado, avaliado e, então, nos poderemos pronunciar. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor."----- ----------

3.7.2. O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente, qualquer medida que reforce o apoio aos cuidadores e à população mais vulnerável, nomeadamente através da Linha de Saúde e do Cartão sessenta e cinco mais, é sempre positiva. Contudo, e relativamente aos alertas para situações de risco, como as quedas, o isolamento social ou a alimentação inadequada, já existem mecanismos de sinalização por parte do Centro de Dia, do INEM e dos hospitais. Ainda assim, é legítimo apoiar o reforço, mas o reforço destas respostas, de forma a melhorar a prevenção e o acompanhamento das situações mais vulneráveis. Portanto, iremos, então, acompanhar. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra quanto a esta proposta? Ou há mais alguém? Faz favor, Senhor Presidente da União de Juntas." -

3.7.3. O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Cara Presidente, caro Vice-Presidente, caros Vereadores. ----------

---------- Relativamente a esta proposta de recomendação, apesar de acreditar na boa vontade do PS, só demonstra desconhecimento, estranhamente, relativamente ao que acontece no Serviço Nacional de Saúde, bem como com o que acontece no Município de Oeiras. ----------

---------- Existe uma plataforma digital que acompanha todos os procedimentos de todos os

utentes nos centros de saúde, que depois tem a sua ligação aos hospitais e até aos centros de enfermagem geridos pelas Juntas de Freguesia. Nós, direta ou indiretamente, temos de apresentar esses dados dos procedimentos que são realizados aos centros de saúde. ----------

----------Disponibilizar informação aos cuidadores informais. Então, os cuidadores informais não sabem quais são as patologias das pessoas que estão a tratar? E, em princípio, muitos deles próximos, pessoas muito próximas dos utentes.----------

----------Também esta questão do alargamento da comparticipação de medicamentos à aquisição de suplementos alimentares. Isto parece-me, mais uma vez, que o PS acordou e decidiu avançar com uma proposta. Como todos sabem, os serviços de saúde, os cuidados de saúde, é uma área muito sensível. Não vem aqui qualquer parecer técnico, nenhuma referência científica, bibliográfica, nem sequer qualquer parecer de algum especialista na área. ----------

----------Por isso, obviamente, esta proposta não deve ser votada a favor. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Mais alguém que pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado Jorge Rato (PS)."----------

3.7.4. O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito boa tarde a todos e a todas. ----------

----------Este discurso parecia o da semana passada, mais ou menos a mesma coisa. Deve ser aquilo que foi a aula três para a preparação para Vereador. ----------

----------Senhora Presidente, esta proposta é uma proposta de recomendação para ser ponderada pela Câmara, para ser analisada e ser desenhada como a Câmara entenda que o deve ser. ----------

----------Há, contudo, uma questão que foi colocada anteriormente, que tem a ver com a questão do ponto cinco: a questão da suplementação nutricional e adequação da consistência de alimentos (espessantes), que, obviamente, para ser apoiada, tem de ser sob subscrição do centro de saúde, do

médico, o que for. Por nós, não temos qualquer objeção a essa matéria. Agora, esta é uma oportunidade para o Município aproveitar aquilo que foi a transferência de competências e conseguir fazer mais, melhor e inovar em relação àquilo que é a gestão dos centros de saúde e da saúde dos munícipes. É, portanto, é nesse espírito que nós avançamos. ----------

---------- E pronto, era isto, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. Senhor Presidente de União de Juntas Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) ."----------

3.7.5. O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Cara Presidente, se a proposta já era má, então a intervenção do Deputado do PS pior ainda. É por isso que, com propostas deste género, percebemos porque é que o Serviço Nacional de Saúde está na situação em que está, e outras áreas do Governo, porque são políticos desta categoria, especialistas desta categoria, que depois, chegando aos lugares cimeiros do Governo, apresentam propostas destas, que depois, obviamente, criam vários embaraços em várias áreas do Governo. Deveriam ter atenção às medidas, às políticas públicas que Oeiras tem na área da saúde e, já agora, ter atenção às palavras do Presidente da Câmara, que ainda há pouco tempo lançou um desafio ao Governo de gerir um centro de saúde como projeto-piloto e, caso corresse bem, alargar esse projeto-piloto ao resto do País. ----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), faz favor."----------

3.7.6. O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra**:---

---------- "Senhora Presidente, muito obrigado. É para defesa da honra. ----------

---------- Não me parece que a terminologia utilizada pelo Senhor Deputado Inigo (Presidente

da U.F. Carnaxide e Queijas), relativamente à componente de me chamar incompetente, seja correta no âmbito da Assembleia Municipal. E, portanto, queria lamentar que o tenha feito. Não me parece que seja essa a prática habitual entre nós.----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Não? Senhor Vice-Presidente, faz favor."----------

3.7.7. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------

----------Senhora Presidente, eu estava aqui a pensar se me devia conter ou não, mas vamos ver o que é que o Partido Socialista diz depois das intervenções dos Deputados do INOV, que parece a conversa da semana passada. O princípio da insanidade é este, não é? Nós fazemos sempre a mesma coisa, esperando um resultado distinto. Naturalmente, se que o Partido Socialista faz as mesmas coisas, o resultado que obtém é o mesmo. Então, qual é que é a iniciativa? Vejamos com atenção.---- ----------

----------Um: vamos propor à Câmara que aprove que os pacientes tomem espessantes. A Câmara tem competência para determinar uma coisa dessas? A Câmara não, vocês... Senhora Presidente, eu pedia a sua ajuda para motivar a contenção dos Deputados do Partido Socialista. Vão sempre mais longe e, peço imensa desculpa, não quero motivar nenhuma defesa da honra, mas vão sempre mais longe do que a vossa competência permite. Do que a vossa competência permite.---- ----------

----------Qual é o nosso problema com a transferência de competências na área da saúde? A transferência de competências é o que é, não é? Não é bem uma transferência de competências. Se o financiamento fosse o adequado em relação àquilo que foi transferido, já era simpático. Eu estou ali a olhar para o Diretor Financeiro, para a Chefe de Divisão Financeira e para a Chefe de Divisão

do Orçamento, que estão a compreender exatamente onde é que eu quero chegar. Quando se transferem competências e nem sequer se transfere o envelope financeiro necessário para essa transferência de competências, acrescentar mais coisas a essa área de competências, por favor.---

---------- O que nós propusemos foi aquilo que o Senhor Presidente da União de Freguesias disse: transferir um centro de saúde com a verba que transferiram, e nós complementamos nos cuidados necessários de acordo com o que os especialistas determinem. Agora vamos entrar numa área que não é nossa: entrar em plataformas e falar de apoios que já são concedidos, falar de espessamentos. Por favor, Senhores Deputados, tentem descer um pouco à Terra e ver a realidade concreta. -- ----------

---------- Depois, dizer que Oeiras tem todas as condições para ser... Oeiras tem os melhores indicadores de saúde a nível nacional. Claro que tem todas as condições para ser a referência. É a referência a nível nacional nos cuidados de saúde, é a referência a nível nacional no acesso ao médico de família, é a referência a nível nacional nos cuidados primários. Como é que vamos dizer que Oeiras tem condições para ser aquilo que já é? Portanto, continuamos a patinar nas mesmas propostas. O resultado será o mesmo.----------

---------- Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Podemos passar à votação, então, desta proposta de recomendação?" ----------

3.7.8. VOTAÇÃO ----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto

Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com oito votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com quatro abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho) e uma da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos). ------

----------Os Senhores Deputados Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------**"DELIBERAÇÃO N.º 140/2026**----------

----------**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - REFORÇAR OS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA DE SAÚDE, TORNANDO-A MAIS PRÓXIMA, INOVADORA E SOLIDÁRIA,**

APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO PS ----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com oito votos a favor, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com quatro abstenções, sendo três do Partido Cbega e uma da Coligação Democrática Unitária.----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Portanto, foi rejeitada esta proposta de recomendação. Declarações de voto, Senhores Deputados. Há aqui… tem de ficar consignado que houve um Deputado que não votou, ou não levantou o braço. O Deputado do INOV Diogo Oliveira não levantou o braço, portanto, não votou. Não votou, certo? Não, não está fora da sala. Não está fora da sala. Votou?" ----------

---------- O **Senhor Deputado Diogo Oliveira (INOV25)** perguntou o seguinte:----------

---------- "Agora?" ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: ----------

---------- "Sim, nesta proposta." ----------

---------- O **Senhor Deputado Diogo Oliveira (INOV25)** disse o seguinte: ----------

---------- "Eu levantei."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Ah, levantou. Pronto, então não se viu. Pronto, são vinte e três, então a favor." -----

---------- O **Senhor Deputado Diogo Oliveira (INOV25)** disse o seguinte: ----------

----------"Votei contra." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Contra, exatamente. Pronto, eu agradeço que nas votações estejam muito atentos para evitar estas coisas. Alguma declaração de voto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." - ----------

3.7.8.1. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Antes de produzir a declaração de voto, também dizer que há uma regra no Regimento que diz que, durante as votações, não podem estar presentes outras pessoas que não sejam os Deputados. E, neste caso, estava um cidadão aqui mesmo na ponta da sala. Portanto, também no futuro tem de se ter mais cuidado com isso. ----------

----------Em relação à declaração de voto. A Coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta recomendação de reforço dos instrumentos… Posso, Senhores Deputados?" ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor de continuar, Senhora Deputada." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, mas está barulho na sala." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor de continuar, Senhora Deputada. Eu agradeço silêncio na sala." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

----------"A Coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta recomendação de Reforço dos instrumentos de política de saúde, tornando-a mais próxima, inovadora e solidária, por considerar que o reforço dos cuidados de proximidade e do apoio às pessoas idosas e aos seus cuidadores constitui uma prioridade para o Concelho de Oeiras. ----------

---------- A Evoluir Oeiras defende, no seu Programa Eleitoral sufragado em dois mil e vinte e cinco, um Concelho inclusivo e cuidador, que responde aos desafios do envelhecimento, da fragilidade e da dependência, promovendo o apoio às pessoas idosas, aos cuidadores e à comunidade. Defendemos igualmente uma articulação eficaz entre os serviços públicos, a utilização da inovação ao serviço das pessoas e políticas de proximidade que reforcem a qualidade de vida e a autonomia da população. Valorizamos, assim, particularmente as propostas que promovem uma melhor articulação entre os serviços municipais, as estruturas de saúde e a comunidade, contribuindo para combater o isolamento, a dependência e a fragilidade social. Entendemos igualmente... Pois, foi porque fui interrompida, Senhora Presidente. Entendemos igualmente que a inovação tecnológica pode desempenhar um papel importante na melhoria dos cuidados prestados, desde que seja acompanhada pelas necessárias garantias de proteção de dados, transparência e reforço dos recursos humanos. ----------

---------- Muito obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada. Mais alguma declaração de voto? A Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) e depois o Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)." ----------

3.7.8.2. A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "Obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- É só para indicar que irei entregar uma declaração de voto por escrito." ----------

---------- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: ----------

---------- "Consideramos que o reforço dos cuidados de proximidade, o apoio aos cuidadores informais, a prevenção do isolamento social e a utilização da tecnologia para melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerável são objetivos meritórios e que merecem ser incentivados. -

---------- Numa sociedade cada vez mais envelhecida, é fundamental criar respostas que

permitam às pessoas viver com dignidade, segurança e acompanhamento adequado, promovendo uma melhor articulação entre os serviços de saúde, os serviços sociais e a comunidade.----------

----------Entendemos que a implementação destas medidas deverá salvaguardar plenamente a proteção dos dados pessoais e clínicos dos utentes, garantindo que a partilha de informação ocorre com todas as garantias legais e éticas. ----------

----------Da mesma forma, qualquer recurso à inteligência artificial ou a sistemas automatizados deve ser transparente, supervisionado e colocado ao serviço das pessoas, sem nunca substituir a componente humana que é essencial nos cuidados de proximidade. Com estas reservas, o PAN acompanhou favoravelmente a proposta." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)."----------

3.7.8.3. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte **Declaração de Voto:** --

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------A CDU absteve-se nesta proposta de recomendação porque consideramos que estas matérias da saúde e do apoio social carecem de um estudo muito, muito cuidadoso daquilo que são as competências do Poder Central e do Poder Local.----------

----------A experiência que tem havido é que esta descentralização de competências, frequentemente, não é acompanhada pelos recursos necessários, o que, naturalmente, cria grandes injustiças e desigualdades a nível nacional, e não podemos, naturalmente, deixar que essas situações se perpetuem. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguma declaração de voto? Senhora Deputada, faz favor."----------

3.7.8.4. A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte **Declaração de Voto:**---------

---------- "A Iniciativa Liberal, apesar de ter votado a favor, acredita que algumas das propostas são redundantes com o que já existe a nível nacional e local. Mas entendemos que poderia ser efetuado um levantamento exaustivo dessa oferta, sistematizada de forma a fornecer uma informação clara aos munícipes e cuidadores da oferta disponível. ----------

---------- Identificamos, ainda, como interessante a possibilidade do Município negociar, de forma conjunta, a contratação de dispositivos de SOS ou de pânico, de forma a disponibilizar, de uma forma mais acessível ou gratuita, no caso de idosos sem recursos financeiros e que estão em isolamento, para permitir uma assistência mais rápida e evitar situações, como já aconteceram noutros locais, de pessoas que são descobertas vários meses depois, falecidas em casa. ----------

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25), faz favor." ----------

3.7.8.5. A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "Boa tarde, mais uma vez.----------

---------- Esta proposta de recomendação do Partido Socialista limita-se a reproduzir orientações e objetivos que já integram a estratégia municipal. Por estas razões, entende-se que a proposta não acrescenta um contributo diferenciador ou uma mais-valia operacional suficientemente demonstrada, motivo pelo qual o meu sentido de voto foi contra.----------

---------- Tenho dito." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguma declaração de voto, senhores deputados? Não? Então poderemos passar à moção "Regionalização, um imperativo democrático", da CDU." - ----------

3.8. MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO",

APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção mencionada em título, que a seguir se transcreve: ----------

----------"Constitucionalmente consagradas há cinquenta anos as Regiões Administrativas continuam por concretizar. ----------

----------Para lá do que esta omissão em si significa no completamento do edifício do poder local, o que está em na Regionalização não é só o cumprimento de um imperativo constitucional para a criação do nível regional na Administração do Estado, é também a criação de um instrumento de combate às desigualdades e assimetrias regionais e de desenvolvimento equilibrado e harmonioso do País e ainda uma possibilidade de aprofundamento da democracia com a participação e o controlo pelas populações das decisões políticas que a elas se dirigem.----------

----------Com a Regionalização há três possibilidades que se abrem:----------

---------- A possibilidade de definir, ao nível regional, a estratégia de desenvolvimento que se pretende prosseguir em vez de ela ser imposta de fora, a partir do Poder Central e desligada das necessidades das Regiões e das populações;----------

----------A possibilidade de estabelecer prioridades de investimento e mobilizar recursos para o seu cumprimento, tomando essas decisões a partir de órgãos eleitos pelas populações e perante as quais esses órgãos respondem; ----------

----------A possibilidade de termos uma efetiva descentralização e uma adequação da administração do Estado e dos seus serviços.----------

----------Atendendo aos importantes avanços que a experiências de organização supra-municipal, como a da Área Metropolitana de Lisboa, têm mostrado, a criação da Regionalização permite o planeamento e execução de medidas dirigidas às necessidades das populações e ao desenvolvimento regional em matérias tão relevantes como a elaboração e execução de planos de desenvolvimento económico de curto e médio prazo, o apoio às atividades produtivas, a definição

de prioridades de investimento em transportes coletivos, infraestruturas ou equipamentos sociais, o ordenamento do território e conservação da natureza e de recursos hídricos, a promoção da cultura física e do desporto, a valorização da cultura e do património. ----------

---------- A Regionalização comporta ainda uma resposta coerente e insubstituível para dar coerência a uma clara delimitação de atribuições e competências entre os vários níveis da administração, para criar condições para uma política de desenvolvimento regional com a ativa participação das autarquias e dos agentes económicos e sociais; para garantir a defesa da autonomia do poder local. ----------

---------- Assim, e tendo em conta que se encontram agendadas para discussão na Assembleia da República iniciativas legislativas com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas, a Assembleia Municipal de Oeiras reunida a vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis delibera reiterar a importância e a urgência em materializar o nível regional, apelando à sua implementação num horizonte que permita a sua eleição em dois mil e vinte e nove, em simultâneo com as restantes autarquias."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "É esta a moção, e eu ponho à vossa discussão esta moção. ----------

---------- Senhora Deputada, eu sei que é costume pôr, mas eu penso que isso nem está certo, mas pronto. É costume pôr a aceitação da moção. E pronto, eu ponho à apreciação da Assembleia a aceitação desta moção apresentada pela CDU."----------

3.8.1. VOTAÇÃO - ADMISSÃO DA MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão da Moção, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro

Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado).----------

----------O Senhor Deputado Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------**"DELIBERAÇÃO N.º 141/2026**----------

----------**ADMISSÃO DA MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO**

DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e seis votos a favor, sendo dezanove do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, admiti-lo a discussão. ----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Portanto, foi aprovada por maioria, a aceitação da moção. E, agora, sim, coloco à vossa discussão. Quem pretende usar da palavra relativamente a esta moção? Quem pretende inscrever-se? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor." ----------

3.8.2. O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente, consideramos que a regionalização em Portugal é uma reforma pouco vantajosa, embora reconheçamos que, em teoria, esteja associada ao reforço até da própria Democracia, mas em parte. ----------

---------- Defendemos que a criação de regiões administrativas vai aumentar a burocracia e os custos do Estado, sem garantir melhorias significativas na governação em geral. Defendemos uma maior eficiência dos serviços públicos já existentes, cuja prioridade deverá ser a redução do desperdício financeiro e não a criação de novas estruturas regionais.----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Muito obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre esta moção? Então podemos passar à votação. Peço desculpa, Senhor Vice-Presidente, faz favor."----------

3.8.3. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------

----------Duas ou três notas sobre a posição do Executivo Municipal sobre a matéria da regionalização. ----------

----------Nota prévia: a Constituição da República Portuguesa, conforme aprovada em mil novecentos e setenta e seis, previa três níveis de poder: um central, um local e um regional. ------

----------Desde setenta e seis até boje, nunca foi materializado o nível do poder regional, e não foi materializado, não se percebendo muito bem porquê.----------

----------Sem querer entrar demasiado na discussão teórica do assunto, há algo que não quero deixar de dizer. O poder regional, ainda que não democrático, existe. O poder regional não é um poder regional; é um poder central desconcentrado, com o qual nós lidamos todos os dias, e muitos de nós nem sequer se apercebem. O argumento financeiro é um argumento altamente falacioso, porque, como a maior parte dos que estão presentes nesta sala tem obrigação de saber, os políticos são muito menos bem pagos do que os gestores públicos aos quais estão equiparados os gestores do poder desconcentrado do Estado. Poder desconcentrado esse sombrio, nada, efetivamente nada transparente, nada fiscalizado, que não é escolhido por ninguém e a ninguém respeita senão aos chefes que os nomeiam.----------

----------Acreditem que eu lido com isso todos os dias, eu e outros como eu lidamos com isso todos os dias, com os gestores do nível intermédio da administração que, não respeitando o poder democrático que os elege, certamente respeitarão os chefes que os nomeiam.----------

----------E é contra este estado de coisas que, de uma vez por todas, nós temos de tomar posição.

----------Ou bem que temos um poder regional democraticamente sufragado, transparente e

escrutinado, ou continuaremos a ter um poder regional desconcentrado, opaco, que ninguém fiscaliza e que está há anos na mesma.----------

---------- Se há bocado disse-se que o princípio da insanidade é fazer as mesmas coisas esperando resultados diferentes, assim está o nosso país: vai fazendo o mesmo, esperando resultados distintos. O resultado é o conhecido.----------

---------- Como tal, da parte do Executivo Municipal de Oeiras, não temos como não ser totalmente a favor do avanço da regionalização, com tudo o que isso implica também para nós, porque a criação de um poder regional democrático não vai buscar apenas competências ao poder central, terá necessariamente de ir buscar outras ao poder local, com o objetivo do desenvolvimento do país. ----------

---------- Disse, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Então, estamos em condições de passar à votação." ----------

3.8.4. VOTAÇÃO MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra

Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com três votos contra do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Sandra Cristina Amaral Monteiro e João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia) e duas do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira). ----------

----------O Senhor Deputado Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------"**DELIBERAÇÃO N.º 142/2026**----------

----------**MOÇÃO – "REGIONALIZAÇÃO, UM IMPERATIVO DEMOCRÁTICO", APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** ----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político

Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com três votos contra do Partido Chega, e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 e duas do Partido Iniciativa Liberal, reiterar, tendo em conta que se encontram agendadas para discussão na Assembleia da República iniciativas legislativas com vista à criação e instituição em concreto das regiões administrativas, a importância e a urgência em materializar o nível regional, apelando à sua implementação num horizonte que permita a sua eleição em dois mil e vinte e nove, em simultâneo com as restantes autarquias. -----

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

3.8.4.1. O Senhor Deputado José Shirley (CH) fez a seguinte **Declaração de Voto**:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Apenas para dizer que vamos entregar uma declaração de voto por escrito. ----------

---------- Muito obrigado" ----------

---------- O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: ----------

---------- "O Grupo Municipal do CHEGA votou contra a presente moção por entender que a regionalização não constitui a resposta adequada aos desafios que o País enfrenta. ----------

---------- Com a Regionalização, a implementação das regiões administrativas implicaria a criação de um novo nível de administração pública, com o consequente aumento da despesa pública, da burocracia e da complexidade administrativa, sem que exista qualquer garantia de uma melhoria efetiva dos serviços prestados aos cidadãos.----------

---------- Ora, o CHEGA defende que os objetivos de coesão territorial, desenvolvimento regional e redução das assimetrias devem ser prosseguidos através do reforço da capacidade de atuação dos municípios e das entidades intermunicipais já existentes, sem a criação de novas estruturas político administrativas. ----------

----------O Grupo Municipal do CHEGA entende, assim, que a regionalização não constitui uma prioridade para os portugueses, devendo os esforços do Estado concentrar-se na resolução dos problemas que mais afetam o dia-a-dia dos cidadãos, nomeadamente nas áreas da habitação, da saúde, da mobilidade, da segurança e do custo de vida.----------

----------Por estas razões, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA votaram contra a presente moção apresentada pelo Deputado Único da CDU." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Senhor Deputado Jorge Rato (PS), depois Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) e Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)."----------

3.8.4.2. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte **Declaração de Voto**:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------O Partido Socialista associa-se ao texto da moção apresentada pela CDU porque se identifica com o modelo de organização do poder local inscrito na Constituição da República Portuguesa. ----------

----------Cinquenta anos após a aprovação da nossa Constituição, a criação das regiões continua adiada e, com isso, falha o combate às desigualdades em territórios; subsistem as assimetrias regionais crónicas, e o país continua incapaz de pensar e agir de forma concertada nas políticas supramunicipais. ----------

----------A moção apresentada identifica de forma muito objetiva as áreas em que a regionalização seria uma mais-valia, dando o exemplo da Área Metropolitana de Lisboa, onde muitas das questões essenciais para a qualidade de vida das populações têm sido concretizadas fruto da cooperação intermunicipal. Desta forma, o Partido Socialista votou favoravelmente esta moção.----- ----------

----------Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor."----- ----------

3.8.4.3. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Entendemos que a aproximação da decisão política aos cidadãos e aos territórios pode contribuir para uma Democracia mais participada, para um desenvolvimento mais equilibrado e para melhorar respostas às especificidades de cada região. A regionalização encontra-se prevista na Constituição e pode constituir um instrumento importante para combater desigualdades territoriais, reforçar o planeamento regional e promover uma gestão mais próxima em áreas como o ordenamento do território, a mobilidade, o ambiente e a conservação da natureza. ----------

---------- Consideramos igualmente que a criação das regiões administrativas deve ser acompanhada de transparência, de uma clara definição de competências e dos recursos necessários ao seu funcionamento, evitando a duplicação de estruturas e o aumento da burocracia. Com este entendimento, o PAN acompanhou favoravelmente esta recomendação." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." ----------

3.8.4.4. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Muitos dos desafios que hoje enfrentamos em Oeiras — da mobilidade à habitação, do ordenamento do território à proteção ambiental — ultrapassam os limites administrativos do Concelho e exigem uma visão e uma capacidade de coordenação à escala regional e metropolitana.

---------- O nosso Programa Eleitoral defende precisamente uma governação mais participada, descentralizada e cooperativa, capaz de responder de forma mais eficaz às necessidades das populações e de promover um desenvolvimento territorial mais equilibrado e sustentável.---------

---------- Assim, a coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta moção por considerar

que a regionalização constitui um importante instrumento de aprofundamento da Democracia, de descentralização do poder e de aproximação das decisões às populações. ----------

----------Entendemos, contudo, que qualquer processo de regionalização deve ser acompanhado por elevados padrões de transparência, de participação cidadã e de escrutínio democrático. Com este entendimento, acompanhámos favoravelmente esta iniciativa da CDU. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais nenhuma declaração de voto? Passamos então à proposta de recomendação apresentada pela Iniciativa Liberal." ----------

3.9. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DO JULGADO DE PAZ NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA INICIATIVA LIBERAL ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: ----------

----------"Um. Enquadramento ----------

----------Completam-se no próximo mês de julho vinte e cinco anos da publicação da Lei número setenta e oito/dois mil e um que implementou os Julgados de Paz em Portugal. ----------

----------Os julgados de paz, são instrumentos fundamentais para acelerar e descentralizar a justiça, tornando-a mais célere e acessível a todos. Contribuem para que os munícipes e as empresas instaladas em Oeiras possam obter decisões em tempo útil, reforçam a confiança da comunidade em geral e promovem o desenvolvimento económico. Desta forma prestigiam a justiça ao proporcionarem um modelo de proximidade, em que o poder judicial se alia ao poder local para a resolução de litígios. ----------

----------O município de Oeiras manifestou, no passado, pela Deliberação cento e trinta e sete/dois mil e vinte e seis, a vontade política unânime de dotar o Concelho com um julgado de

paz, em regime de agrupamento com o Município de Cascais, que desde dois mil e dez dispõe desse mecanismo, contudo o modelo de agrupamento previsto na Proposta noventa e sete/dois mil e dezassete revelou-se inconsequente por se ter considerado pouco conveniente face às necessidades do munícipes de Oeiras. ----------

---------- Dois. Objetivo ----------

---------- Decorridos quase dez anos desde as últimas deliberações, e face à impossibilidade de um acordo intermunicipal que permita o efetivo funcionamento de um Julgado de Paz em moldes convenientes aos munícipes de Oeiras, o Concelho dispõe hoje de todas as condições para acolher um julgado de paz no seu território. ----------

---------- Oeiras registou, na última década, um crescimento significativo tanto da sua população residente como da sua atividade económica. Este aumento da densidade populacional e empresarial traduz-se numa maior procura por mecanismos de resolução de litígios rápidos, acessíveis e eficazes, reforçando a necessidade de dotar o concelho de meios próprios de justiça de proximidade. ----------

---------- Três. Vantagens ----------

---------- São conhecidas de todos e por demais evidentes as vantagens deste instrumento, das quais destacamos: ----------

---------- Rapidez processual: Os processos são resolvidos em muito menos tempo do que nos tribunais judiciais comuns. ----------

---------- Custos reduzidos: O valor máximo da taxa é fixado em setenta euros (aplicável à parte vencida) ou em cinquenta euros se houver acordo na fase de mediação, valor este que é repartido pelas partes. ----------

---------- Foco na conciliação e mediação: Os processos privilegiam a resolução pacífica e amigável antes da sentença. ----------

---------- Simplicidade e informalidade: Os trâmites são menos complexos, podendo o cidadão

apresentar o pedido sem obrigatoriedade de constituir um advogado.----------

----------Proximidade: Promovem a participação ativa dos intervenientes na resolução do seu próprio conflito----------

----------Eficiência: Segundo os relatórios anuais da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), os Julgados de Paz apresentam taxas de resolução superiores às dos tribunais judiciais, com tempos médios de decisão de dois a três meses, enquanto os tribunais judiciais comuns podem demorar vários anos até à decisão final.----------

----------Quatro. Proposta----------

----------Face ao exposto, o grupo municipal da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão ordinária três/dois mil e vinte e seis de vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, delibere recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que desenvolva, no prazo de doze meses, todas as ações necessárias à criação e instalação de um Julgado de Paz no concelho, incluindo:----------

----------Iniciando a negociação formal com o Ministério da Justiça, assegurando a celebração do protocolo indispensável à instalação do Julgado de Paz;----------

----------A identificação e disponibilização de instalações municipais adequadas;----------

----------A estimativa dos encargos financeiros."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Proposta de recomendação. Quem pretende inscrever-se? Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25)."----------

3.9.1. A **Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Ora, as vantagens dos Julgados de Paz são várias e a Câmara de Oeiras tem conhecimento disso. E nesse sentido, há uns anos, penso que em dois mil… antes de dois mil e sete, dois mil… eu lembro-me que fiz parte da Comissão dos Julgados de Paz, em representação

do Município de Oeiras, e nessa altura existia já um espaço totalmente equipado que estava à espera da nomeação dos Julgados de Paz, tudo assumido pelo Município. Foi realmente com bastante desagrado que me foi dito que afinal não iria haver em Oeiras os Julgados de Paz e que, lamentavelmente, não era possível; iria ser criado um em Cascais, e assim, sem mais alguma explicação, Oeiras ficou sem os Julgados de Paz que ansiava e que tinha preparado tudo para receber. --- ----------

---------- Sempre que me falam nos Julgados de Paz, eu me lembro dos tempos que perdi naquela Comissão na discussão, realmente, infrutífera, porque era o Ministério da Justiça que decidia e, portanto, o facto de ter sido prometido à Câmara de Oeiras e a Câmara de Oeiras ter investido na preparação do espaço e em tudo o que era necessário para a instalação dos Julgados de Paz, foi finalmente dito que não contássemos com isso, que não havia e que não se justificava.----------

---------- Neste momento, não sei se alguma coisa mudou, mas a verdade é que me parece que, se alguma coisa mudou, deve ser o Ministério da Justiça a comunicar à Câmara de Oeiras o que foi alterado para esta mudança de decisão sobre os Julgados de Paz. ----------

---------- Eu acho que, da parte da Câmara de Oeiras, muito foi feito e, portanto, agora esperemos que haja novas e que essas novas sejam realmente a concretização da criação dos Julgados de Paz em Oeiras, mas isso com um compromisso sério de que assim será.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25)**, **Primeiro-Secretário**, disse o seguinte:

---------- "Muito obrigado, Senhora Deputada. Mais algum dos senhores deputados? Faz favor, Senhora Deputada Marina Pereira (IL)." ----------

3.9.2. A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Excelentíssimos membros da Assembleia, estimados assistentes e outras pessoas em forma remota.----------

---------- A Iniciativa Liberal defende, em grande forma, a proximidade que este sistema de

Julgados de Paz introduz e que facilita na resolução de vários tipos de conflitos, tornando mais fácil aos cidadãos, aos munícipes a resolução dos seus pequenos conflitos a nível de condomínio, a nível de prestadores de serviços e a nível de pequenos comércios. Acho que isso é uma vantagem que já dispensa apresentações. Há uma história de Julgados de Paz no país que, como é dito na proposta, tem vinte e cinco anos. O que é que se passou no passado? Com que tipo de negociações? Acho que pode ir para o museu, não é? Como se costuma dizer, de passado vivem os museus. ---

----------Neste momento, na zona metropolitana de Lisboa, somos praticamente o único Concelho que não tem um Julgado de Paz em funcionamento. Penso que, para quem se gosta de exibir, entre aspas, se promover como um Município que anda à frente em tudo, o Município tem tudo a ganhar em promover a instalação de um Julgado de Paz em defesa dos seus munícipes em primeira via, porque são eles os primeiros beneficiados. E, portanto, deve lutar junto das instâncias competentes e de acordo com a lei que está prevista, compete, ou pode competir ao Município a proposta dessa iniciativa. E, portanto, deve este Executivo — não estou a falar agora do Executivo passado, nem do antepassado, nem do outro anterior, nem de qual era o Governo que estava na altura, nem o que é que foi — neste momento há um Governo e há um Executivo Camarário. E este Executivo Camarário deve promover aquilo que está ao seu alcance para servir os seus munícipes e promover a instalação do Julgado de Paz. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." ----- ----------

3.9.3. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, muito rapidamente, para perceber da parte da Câmara Municipal, do Executivo, qual é que é a posição atual. ----------

---------- Nós, no Salão Nobre, podemos ver já algumas propostas aprovadas aqui nos anteriores

mandatos, pelo menos quatro, e uma delas aprovada por unanimidade para a criação de Julgados de Paz. ---- ----------

---------- Gostaríamos que esta proposta fosse um novo fôlego. Nós próprios também propusemos isso em sede do Direito à Oposição. Gostávamos que fosse uma realidade em Oeiras, mas gostávamos de saber porque é que não é uma realidade, ou porque é que não pode ser. -------

---------- Muito obrigado."----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)." -

3.9.4. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Nós, nesta matéria, há muito tempo que defendemos uma rede nacional pública de Julgados de Paz. A justiça e a proximidade da justiça é um instrumento fundamental de acesso à Democracia, um instrumento de justiça, uma justiça real, uma justiça que dá resposta às condições e às necessidades diretas das pessoas.----------

---------- E parece-nos que aqui a principal responsabilidade está mesmo no Poder Central. Parece-nos também que há aqui uma contradição insanável do ponto de vista da autoria desta proposta, porque quem a propõe está permanentemente a defender menos Estado, corte de gorduras, desmantelamento de serviços públicos, quando é precisamente o oposto que precisamos, o que precisamos é o reforço dos serviços públicos, o reforço do Estado como garante das condições de acesso à justiça, de equidade e de desenvolvimento.----------

---------- Portanto, vamos acompanhar a proposta. Não podemos deixar de evidenciar esta contradição insanável. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Mais nenhum dos senhores deputados pretende inscrever-se?

Senhora Deputada Anabela Brito (IL), eu não tinha aqui visto. Foi agora mesmo." ----------

3.9.5. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Para dizer ao Senhor Deputado João Santos (CDU) que a Iniciativa Liberal defende a proximidade com a população e não o contrário. ----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Mais alguém pediu a palavra? Mais ninguém? Portanto, mais nenhum dos senhores deputados pretende intervir sobre este ponto? Então dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, querendo."----------

3.9.6. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.----------

----------Na verdade, a Senhora Deputada Elisabete Oliveira (INOV25) já disse, em traços gerais, qual é a posição do Executivo Municipal. Então, vamos olhar para a história. Apesar da Iniciativa Liberal não gostar de história, não é? Não vos sabia niilistas, não aconteceu nada até agora — o mundo começa agora e nós temos ideias maravilhosas para dar ao mundo, ainda que totalmente contraditórias, como ficou bem exposto há pouco na última intervenção.----------

----------Os Julgados de Paz têm origem no final da década de noventa, início da década de dois mil, em Portugal, com negociação por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses com o Governo da República. E, curiosamente, o Vice-Presidente, então, da Associação Nacional de Municípios Portugueses chamava-se Isaltino Morais e foi ele o representante da Associação Nacional de Municípios junto com o Governo, na Comissão Instaladora dos Julgados de Paz. Naturalmente, porque o Município de Oeiras era mais do que a favor do Julgado de Paz.----------

----------Agora vejam a importância do Julgado de Paz em Oeiras, que pode ser, de facto, importante, se o Ministério da Justiça quiser. ----------

---------- Ato contínuo, o que é que o Município de Oeiras fez? Arranjou instalações, equipou-as, como disse a Senhora Elisabete Oliveira (INOV25), gastou o dinheirinho. Eu pensava que a Iniciativa Liberal preservava que o dinheiro público fosse bem investido. O dinheiro foi todo investido. E, à última da hora, o que é que o Ministério da Justiça fez? "Não, não vamos pôr um Julgado de Paz em Oeiras, vamos pôr um Julgado de Paz em Cascais." ----------

---------- E aquilo que estão a propor agora, que o Município volte novamente a falar com o Ministério da Justiça, o Município já fez, e o Ministério da Justiça diz: "Ah, não, só admitimos Julgado de Paz em Oeiras se for uma secção do Julgado de Paz em Cascais."----------

---------- Quando é que isto aconteceu? Provavelmente, a mais incompetente das Ministras da Justiça desde o Vinte e Cinco de Abril, porque só alguém muito incompetente pode propor que, no Município, se crie uma instituição, ou um tribunal, ou algo análogo, dependente de outro município, como se não fosse a existência do tribunal relacionada com a existência do município, não é? Mas pronto. Como aquela ministra da Justiça tentou prejudicar várias vezes o Município de Oeiras, ao ponto de ter encerrado aqui o Tribunal Comercial — Oeiras tem as empresas, mas o Trihunal Comercial pôs em Cascais, onde estava o Vice-Presidente do partido dela na altura. Nós estamos assim, estamos assim. O Ministério da Justiça é que não quis. Quando o Ministério da Justiça quiser — e atenção, senhores deputados, Vossas Excelências, alguns de Vossas Excelências têm experiência política suficiente para saber que tem de haver compromisso do lado de lá — porque, senão, continuamos nós a contar a mesma história. Nós arranjamos instalações, pagamos tudo, como já fizemos no passado, e depois, à última hora, o Ministério da Justiça... afinal, já não queremos. ----------

---------- Acresce a isto, que é importante: apesar de nós acreditarmos que os Julgados de Paz podem ter um papel na comunidade a desempenhar, têm perdido importância crescente na sua atividade, porque os custos têm sido imputados, e aqui entroncando no que disse o Senhor Deputado do Partido Comunista, aos municípios. Ou seja, o Poder Central é uma forma dos

Governos… utilizam os Julgados de Paz para desinvestirem na área da justiça, também deixando aos municípios o investimento nesta matéria das pequenas questiúnculas, como se sobrasse sempre aos municípios pagar a conta. ----------

----------Portanto, da parte do Executivo Municipal de Oeiras, Julgados de Paz, sim, se o Município da Justiça disser que é importante ter, porque para nós é importante, mas queremos o compromisso.----------

----------E não, Senhora Deputada, Senhores Deputados, a história não começa hoje. Nós não fazemos uma tábua rasa de tudo o que está para trás e esquecemos que já foi criado, já foram criadas as condições para haver Julgado de Paz, depois o Ministério da Justiça diz que não quer. Como tal, agora é o Ministério da Justiça que diz que quer. Quando o Ministério da Justiça disser que quer, nós cumprimos. ----------

----------Disse, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

----------"Se faz favor, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor."----------

3.9.7. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL) fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Obrigada. ----------

----------Realmente, o Senhor Vice-Presidente deve estar hoje cansado do fim de semana, porque… deve estar cansado do fim de semana, porque nós temos história e temos memória. E o processo já tem dez anos. É exatamente pelo processo ter dez anos é que estamos aqui a falar dele e a recordá-lo, e alguma ação devia ser feita. E o Executivo só não insiste naquilo que não quer, porque há muitas coisas que o Executivo… que foram negadas ao Executivo e insiste. Insiste no

SATUO, insiste em muitas coisas e muitas coisas, muitas vezes dúbias e com algumas reticências. ---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais ninguém para intervenções? Já estamos na segunda ronda, faz favor." ----------

3.9.8. A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Só também para dizer que, eventualmente, justamente na nossa proposta, o primeiro passo que nós pedimos para ser dado é estabelecer o protocolo. Portanto, depois de estarem as coisas escritas, a seguir é que se faz investimentos, e não… Pois, pronto. Esses documentos não estavam disponíveis para consulta. Não sei se houve já alguma coisa assinada pelos intervenientes. Isso não está disponível para consulta.----------

---------- Sabemos que houve já deliberações nesse sentido. Agora, o que é que levou a estabelecer o local, investimentos, etc., sem haver um protocolo… É que, ou então, se há um protocolo, alguém tem de executar o protocolo. Não sei. Pronto. Ou então vão ao Julgado de Paz para executar o protocolo." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhora Deputada. Podemos passar à votação desta proposta."----------

3.9.9. VOTAÇÃO ----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira

Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Carla Alexandra Ferreira de Oliveira).-------

----------O Senhor Deputado Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação. ----------

----------Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

----------**"DELIBERAÇÃO N.º 143/2026**----------

----------**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – CRIAÇÃO DO JULGADO DE PAZ NO CONCELHO DE OEIRAS, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA INICIATIVA LIBERAL**----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em

título, o qual foi rejeitado por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25. ----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Portanto, foi rejeitada. Ora, eu vou pedir ao Senhor… Declarações de voto, faz favor."

3.9.9.1. O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ------ ----------

---------- "Senhora Presidente, é só para referir, ao abrigo do artigo vinte, alínea e), relativamente à declaração de voto, que o Partido Chega votou a favor pela criação dos Julgados de Paz, porque faz parte do nosso programa eleitoral desde dois mil e vinte e um até à data, a sua criação.---- ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)." ----------

3.9.9.2. A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ------ ----------

---------- "A criação do Julgado de Paz em Oeiras constitui um instrumento essencial para aproximar a justiça dos cidadãos, tornando-a de forma mais célere, acessível e eficaz. Trata-se de uma solução que tem demonstrado resultados positivos em vários concelhos do país, contribuindo

para a resolução de conflitos de menor complexidade e reforçando a confiança dos cidadãos nas instituições. ----------

----------Este é, aliás, um objetivo que o Partido Socialista tem vindo a defender de forma consistente ao longo dos anos, através de propostas apresentadas, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, bem como a inclusão destas prioridades nas Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e seis. ----------

----------Recordamos igualmente que, em dois mil e vinte e dois, o processo conheceu desenvolvimentos concretos, tendo o protocolo necessário à instalação do Julgado de Paz estado na secretária da então Secretária de Estado, Anabela Pedroso, aguardando o necessário avanço por parte do Município. ----------

----------Mais importante do que discutir o modelo institucional mais adequado, seja ele autónomo ou em articulação com outros municípios, é garantir que Oeiras dispõe, finalmente, do Julgado de Paz ao serviço da sua população. É esse o objetivo que esta recomendação ajuda a concretizar e que justifica o voto favorável do Partido Socialista." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor." ----- ----------

3.9.9.3. A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------"Trata-se de um objetivo que o próprio Município de Oeiras já reconheceu como importante há vários anos, sem que tenha sido possível concretizá-lo. ----------

----------Entendemos que um Julgado de Paz pode contribuir para uma justiça mais próxima, mais acessível e mais célere para os cidadãos e para as pequenas empresas do Concelho. Esperávamos, por isso, que esta recomendação pudesse servir de impulso para retomar um processo que há muito merecia ter sido concluído. ----------

----------Oeiras orgulha-se frequentemente de estar na linha da frente da inovação e da

modernização administrativa. Por isso, é difícil compreender que continue sem um instrumento de justiça de proximidade que muitos outros concelhos já disponibilizam aos seus cidadãos. ---------

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)."----------

3.9.9.4. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "Obrigada. ----------

---------- A Coligação Evoluir Oeiras votou favoravelmente esta recomendação por considerar que a criação do Julgado de Paz representa um importante reforço na justiça de proximidade e no acesso dos cidadãos aos seus direitos. ----------

---------- Num Concelho com a dimensão, complexidade e dinâmica económica de Oeiras, é fundamental disponibilizar mecanismos de resolução de conflitos mais céleres, acessíveis e próximos das pessoas, contribuindo para uma resposta mais eficaz das necessidades da população.

---------- Valorizamos igualmente o recurso à mediação e à conciliação, promovendo soluções consensuais e uma cultura de resolução pacífica dos conflitos.----------

---------- Entendemos que esta iniciativa devia ser concretizada com rigor, garantindo a adequada avaliação dos encargos envolvidos, mas consideramos que os benefícios para os munícipes justificam plenamente o apoio a esta recomendação e esperamos mesmo que ela se possa concretizar a breve prazo. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguma declaração de voto? Não? Então, passa-se à seguinte proposta de recomendação do Evoluir Oeiras. Eu, vou pedir o favor do Senhor Primeiro-Secretário ler." ----------

3.10. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE

FITNESS OUTDOOR, INCLUINDO EQUIPAMENTOS ADAPTADOS A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO -- ----------

----------O **Senhor Deputado Rui Miller (INOV25), Primeiro-Secretário**, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: ----------

----------"O Concelho de Oeiras possui uma área territorial de cerca de quarenta e cinco vírgula nove quilómetros quadrados e uma população residente de cento e setenta e um mil setecentos e sessenta e sete habitantes, de acordo com os Censos dois mil e vinte e um, correspondendo a uma densidade populacional de aproximadamente três mil setecentos e quarenta e quatro habitantes por quilômetro quadrado. ----------

----------A promoção da atividade física regular constitui um dos mais importantes instrumentos de prevenção da doença, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das populações. Neste contexto, os equipamentos de fitness outdoor assumem um papel relevante por permitirem a prática gratuita e acessível de exercício físico em espaço público, contribuindo simultaneamente para o combate ao sedentarismo, para o envelhecimento ativo e para a ocupação saudável dos espaços verdes urbanos. ----------

----------Estudos e orientações de planeamento de equipamentos desportivos locais apontam para um rácio indicativo entre um espaço de fitness outdoor por cada cinco mil a oito mil habitantes. Considerando a população residente do concelho, tal corresponderia a uma rede entre vinte e um e trinta e quatro espaços distribuídos pelo território. Contudo, encontram-se atualmente identificados apenas dezassete equipamentos deste tipo. ----------

----------A literatura especializada demonstra igualmente que a utilização destes equipamentos aumenta significativamente quando os mesmos se localizam a uma distância pedonal de aproximadamente quinhentos a oitocentos metros dos utilizadores. Assim, o reforço da rede existente permitiria aumentar a cobertura territorial, reduzir desigualdades de acesso e aproximar

a prática desportiva dos munícipes. ----------

---------- Importa reconhecer que Oeiras tem vindo a afirmar-se como um concelho de referência na promoção da atividade física e na valorização dos espaços públicos, investindo na criação de parques urbanos, percursos pedonais e cicláveis e diversas infraestruturas desportivas. Ainda assim, subsistem oportunidades de melhoria, nomeadamente ao nível da oferta de equipamentos de fitness outdoor em várias zonas do concelho. ----------

---------- Por outro lado, o atual contexto socioeconómico tem levado muitos cidadãos a reduzir despesas associadas à prática desportiva em espaços pagos, tornando particularmente relevante a disponibilização de alternativas gratuitas e de proximidade. ----------

---------- O próprio Plano Municipal de Desenvolvimento e Inovação no Desporto e Atividade Física Oeiras dois mil e vinte e um-dois mil e trinta identifica a necessidade de reabilitar e expandir este tipo de equipamentos, reforçando a importância da sua integração numa estratégia municipal de promoção da atividade física. ----------

---------- Verifica-se ainda que a maioria dos equipamentos atualmente existentes não contempla soluções adequadas para pessoas com mobilidade reduzida ou outras limitações funcionais. A criação de novos espaços deverá, por isso, observar princípios de acessibilidade universal e inclusão, incorporando equipamentos adaptados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, designadamente a Norma Europeia EN dezasseis mil seiscentos e trinta.------

---------- Existem diversos espaços públicos de elevada utilização que poderão beneficiar deste investimento, nomeadamente a Quinta de Cima, o Jardim Municipal de Oeiras, o Parque dos Poetas e o Jardim da Quinta Real de Caxias, entre outros locais a identificar pelos serviços municipais competentes. ----------

---------- Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua terceira sessão ordinária de vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, delibere propor à Câmara Municipal de Oeiras que:----------

----------Um. - Proceda ao levantamento e diagnóstico da atual rede municipal de equipamentos de fitness outdoor, identificando carências territoriais e oportunidades de expansão;----------

----------Dois. Desenvolva um plano de reforço da rede municipal de equipamentos de fitness outdoor, privilegiando zonas com menor cobertura e maior densidade populacional; ----------

----------Três. Avalie a instalação de novos equipamentos (adaptados com base na norma europeia EN dezasseis mil seiscentos e trinta.) em espaços públicos estratégicos do Concelho, designadamente na Quinta de Cima, Jardim Municipal de Oeiras, Parque dos Poetas e Jardim da Quinta Real de Caxias;----------

----------Quatro. Garanta que os novos equipamentos integrem soluções adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida e cumpram os requisitos técnicos e de segurança previstos nas normas aplicáveis;- ----------

----------Cinco. Considere a integração deste investimento nos instrumentos municipais de planeamento e execução do Plano Municipal de Desenvolvimento e Inovação no Desporto e Atividade Física Oeiras dois mil e vinte e um-dois mil e trinta."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Quem pretende usar da palavra sobre esta proposta de recomendação? Algum dos senhores deputados? Não? Ninguém pretende usar da palavra? Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra? Também não. Então, vamos pôr à votação esta proposta de recomendação."----------

3.10.1. VOTAÇÃO ----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi rejeitada por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz

Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado) e com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). ----------

---------- Os Senhores Deputados Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira e Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estavam presentes na altura da votação.----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 144/2026** ----------

---------- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FITNESS OUTDOOR, INCLUINDO EQUIPAMENTOS ADAPTADOS A PESSOAS**

COM MOBILIDADE REDUZIDA, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO ----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título o qual foi rejeitado por maioria com vinte e três votos contra, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 e com doze votos a favor, sendo três do Partido Socialista, três do Partido Chega, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza. ----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi rejeitada a proposta de recomendação. Declarações de voto, senhores deputados. Quem pretende? Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)." ----------

3.10.1.1. A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------"O Concelho de Oeiras destaca-se pela excelente infraestrutura para a prática de fitness na via pública. Encontra dezenas de parques com equipamentos gratuitos e ainda programas municipais regulares de exercício ao ar livre, orientados por profissionais. ----------

----------Face ao exposto, o meu voto foi contra." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Mais alguém pretende fazer declarações de voto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) e, depois, o Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)."----------

3.10.1.2. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de**

Voto: ------ ----------

---------- "A Coligação Evoluir Oeiras votou, naturalmente, a favor desta proposta, por ser uma proposta equilibrada, fundamentada, alinhada com objetivos amplamente reconhecidos na promoção da saúde, do envelhecimento ativo, da inclusão e da atividade física para todos. --------

---------- A proposta que apresentámos não pretendia substituir o trabalho já desenvolvido pelo Município. Pelo contrário, reconhecia o investimento realizado nos espaços púhlicos de equipamentos desportivos, mas identificava oportunidades concretas para reforçar a cobertura territorial da rede fitness outdoor e melhorar a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. Como disse a Deputada Celina (INOV25), existem muitos equipamentos em Oeiras. Existem cerca de dezassete, insuficientes. Mas nenhum deles é acessível, Senhora Deputada. Portanto, as pessoas com limitações no Concelho de Oeiras devem ter gostado muito da sua declaração de voto.----------

---------- Lamentamos, por isso, que tenha sido rejeitada esta proposta e, infelizmente, continuaremos a assistir aos discursos do "rolo compressor", com a ideia de que muito já foi feito em Oeiras, que pouco ou nada haverá ainda para fazer, ou o silêncio completo, tanto da bancada como do Executivo.----------

---------- A experiência demonstra precisamente o contrário. Várias propostas..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Terminou o seu tempo, Senhora Deputada. Terminou o seu tempo." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "Várias propostas inicialmente rejeitadas acabam por se revelar proveitosas…"-------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada, terminou. Peço desculpa. Terá de terminar." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

----------"Eu vou enviar, Senhora Presidente, a declaração de voto."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Não, Senhora Deputada. Não disse que ia enviar agora, não vai enviar." ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

----------"Pronto, tudo bem. Ficará incompleta. Ficará completa. É a Democracia à INOV." --

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Pronto, muito bem. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor." ----------

3.10.1.3. A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Consideramos que a promoção da atividade física, da saúde preventiva e do envelhecimento ativo deve constituir uma prioridade das políticas públicas locais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população.----------

----------Valorizamos igualmente a preocupação com a acessibilidade universal e com a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida, garantindo que o espaço público possa ser usufruído por todos.-- ----------

----------Entendemos que qualquer reforço da rede de equipamentos deve assentar num diagnóstico rigoroso que avalie a utilização dos equipamentos existentes, o seu estado de conservação, as necessidades de manutenção e a existência de zonas do Concelho efetivamente carenciadas deste tipo de oferta. ----------

----------Por este motivo, o PAN acompanhou favoravelmente a presente recomendação." ----

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)."----------

3.10.1.4. O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** fez a seguinte **Declaração de Voto:**----------

----------"Senhora Presidente. ----------

----------A proposta apresentada constitui um contributo relevante e oportuno para a promoção

da saúde pública no Concelho de Oeiras, e o Partido Socialista votou a favor e associa-se em reconhecer, de forma clara, a importância da atividade física regular como instrumento de prevenção da doença e melhoria da qualidade de vida.----------

---------- Nas orientações estratégicas que já definimos para o Município, o reforço da rede de equipamentos de fitness ao ar livre, gratuitos e acessíveis, responde não apenas a uma das necessidades identificadas em termos de cobertura territorial, mas também a uma realidade social onde cada vez mais cidadãos procuram alternativas de baixo custo para a prática desportiva. -----

---------- Destacamos ainda a natureza inclusiva, ao prever a integração de equipamentos adaptados a pessoas com mobilidade reduzida, alinhados com normas técnicas europeias.---------

---------- Votámos favoravelmente. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH)." ----------

3.10.1.5. O Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH) fez a seguinte **Declaração de Voto:** ----- ----------

---------- "Senhora Presidente, face à proposta votámos a favor. ----------

---------- Se discute cada vez mais a promoção do estilos de vida saudável e o envelhecimento ativo, sendo inexplicável que esta proposta, já apresentada também no mandato anterior, até por jovens das escolas na vigência de uma Sessão da Comissão da Juventude, com impacto tão direto na qualidade de vida dos munícipes, fique pelo caminho, ou seja sucessivamente protelada.-------

---------- Mais grave é quando projetos já previstos ficam suspensos por opção política ou falta de prioridade. ----------

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado. Mais nenhuma declaração de voto? Então, passamos à

última proposta, também do Evoluir Oeiras. Eu vou pedir o favor ao Senhor Segundo-Secretário que leia." -- ----------

3.11. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – DIA INTERNACIONAL PARA O COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO ----------

----------O **Senhor Deputado Nuno Custódio (INOV25), Segundo-Secretário**, leu a Proposta de Recomendação mencionada em título, que a seguir se transcreve: ----------

----------"No dia dezoito de junho assinala-se o Dia Internacional para o Combate ao Discurso de Ódio, instituído pela Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/setenta e cinco/trezentos e nove. Esta data visa sensibilizar governos, instituições e cidadãos para a necessidade de prevenir e combater um fenómeno que constitui uma ameaça crescente à dignidade humana, à convivência democrática e à coesão social.----------

----------As Nações Unidas definem o discurso de ódio como qualquer forma de comunicação, oral, escrita ou comportamental, que ataque ou utilize linguagem pejorativa ou discriminatória relativamente a uma pessoa ou grupo em razão da sua identidade, nomeadamente origem étnica, nacionalidade, religião, género, orientação sexual, deficiência ou outras características protegidas. O discurso de ódio fomenta a discriminação, a exclusão e a hostilidade, podendo constituir um fator de escalada para fenómenos de violência e radicalização. ----------

----------A crescente utilização das plataformas digitais e das redes sociais ampliou significativamente o alcance deste fenómeno. Estudos recentes da UNESCO revelam que sessenta e sete por cento dos utilizadores da Internet afirmam ter encontrado discurso de ódio online, enquanto oitenta e cinco por cento manifestam preocupação com o impacto da desinformação e dos conteúdos hostis na estabilidade das sociedades democráticas. A mesma organização alerta para o facto de o discurso de ódio online se encontrar em expansão, exigindo respostas concertadas ao nível da educação, da literacia digital e da cidadania. ----------

---------- Também diversos organismos internacionais têm alertado para o aumento de discursos discriminatórios e xenófobos no espaço público europeu, sublinhando a necessidade de uma resposta firme das instituições democráticas. O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos tem referido que a normalização de discursos que desumanizam grupos ou minorias constitui um risco para a coesão social e para a defesa dos direitos fundamentais.--------

---------- O combate ao discurso de ódio não se confunde com limitações à liberdade de expressão. Pelo contrário, procura garantir que o debate democrático decorra num ambiente de respeito pela dignidade humana, pela diversidade e pelos direitos fundamentais, promovendo uma cultura de diálogo, tolerância e inclusão. ----------

---------- O Concelho de Oeiras caracteriza-se pela sua diversidade social, cultural e geracional, constituindo um território onde convivem cidadãos de múltiplas origens e percursos de vida. A promoção de uma cultura de respeito mútuo, inclusão e cidadania ativa representa, por isso, um importante fator de coesão social e de fortalecimento da comunidade. ----------

---------- O Município de Oeiras tem vindo a demonstrar um compromisso com estes valores através da implementação de políticas públicas de promoção da igualdade, inclusão e não discriminação, materializadas, designadamente, no Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Oeiras (PMINDO) dois mil e vinte e quatro-dois mil e trinta. ----------

---------- Neste contexto, importa reforçar a sensibilização específica para a prevenção e combate ao discurso de ódio, particularmente no ambiente digital e junto das gerações mais jovens, contribuindo para aprofundar o trabalho já desenvolvido pelo Município nesta matéria.----------

---------- Face ao exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida na sua terceira sessão ordinária de vinte e três de junho de dois mil e vinte e seis, delibere propor à Câmara Municipal de Oeiras que:----------

---------- Um - Assinale anualmente o Dia Internacional para o Combate ao Discurso de Ódio, através da promoção de iniciativas públicas de sensibilização dirigidas à comunidade; ----------

----------Dois - Desenvolva, em articulação com os agrupamentos de escolas, associações juvenis e demais parceiros locais, ações de educação para a cidadania digital, prevenção do discurso de ódio online, combate ao cyberbullying e promoção do respeito pela diversidade; -----

----------Três - Integre, no âmbito da monitorização e execução do PMINDO dois mil e vinte e quatro-dois mil e trinta, informação relativa às iniciativas desenvolvidas na prevenção da discriminação, intolerância e discurso de ódio, promovendo a divulgação de boas práticas de inclusão e convivência intercultural."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Alguém pretende inscrever-se para falar sobre esta proposta de recomendação? Quem pretende usar da palavra? Ninguém? Senhor Presidente da União de Juntas de Freguesia, Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), faz favor." ----------

3.11.1. O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** disse o seguinte:--- ----------

----------"Cara Presidente. ----------

----------Relativamente a esta proposta de recomendação, nós concordamos com o que está aqui mencionado. Nós praticamos. É algo que está aqui bem escrito. Ficaria bem a qualquer grupo político, escrever e mencionar o que está aqui. ----------

----------Mas vejam só, desde a existência do Grupo Evoluir Oeiras, que as redes sociais digitais inundaram-se de falsas informações, do incentivo ao ódio, colaboradores próximos, militantes, candidatos deste grupo, a ofenderem o Presidente da Câmara, Vice-Presidente, Vereadores e Presidentes de Junta. A própria forma como os deputados do Evoluir Oeiras se comportam nesta Assembleia Municipal, desrespeitam os seus colegas, o Presidente da Câmara, Vereadores, a própria Presidente da Assembleia, a anterior, os próprios incentivam ao ódio. Isto aqui parece-me um ato de penitência por parte do Evoluir Oeiras, mas nós, todos os dias, e na relação que temos com associações, instituições, escolas, está tudo o que está aqui previsto... é realizado no dia a dia

dessas entidades desportivas, culturais e nós mesmos, pela nossa forma como abordamos e atuamos no dia a dia. ----------

---------- Disse." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada. Mais alguém pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." ----------

3.11.2. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção em **Defesa da Honra:** ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. Em defesa da honra." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "É, diria, inadmissível este tipo de comentários de um Presidente de Junta que bloqueia munícipes nas suas redes sociais quando o comentário não lhe agrada. E faz esta prática há vários mandatos, o que é gravíssimo. São munícipes da sua freguesia, mas, como não pensam como ele, são bloqueados.----------

---------- Senhora Presidente, eu nem vou entrar em mais detalhes, porque claramente o Senhor Presidente de Junta não sabe sequer o que é discurso de ódio.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhora Deputada. Senhor Presidente de União de Juntas de Freguesia Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)."----------

3.11.3. O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** disse o seguinte: -- ----------

----------"Cara Presidente, só para dizer, com toda a frontalidade, que a forma como a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) se comporta desde o início é de lamentar, com os colegas, com a Presidente, com o Presidente da Câmara, com os Vereadores, não só presencialmente, como online. E, a partir do momento em que estamos a passar falsa informação aos munícipes relativamente às iniciativas da Câmara e às políticas da Câmara, estamos a incentivar o ódio. ----

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Senhor Deputado João Viegas (INOV25)."----------

3.11.4. O **Senhor Deputado João Viegas (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já, cumprimento-a a si e cumprimento também o Senhor Vice-Presidente, o resto da Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. ----------

----------Quando alguém presencia uma injustiça, é sua obrigação, é sua obrigação ontológica responder. E a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), perdeu, com todo o respeito, uma boa oportunidade para ficar calada, porque a Senhora Deputada está a fomentar o ódio. E devo-lhe dizer que o Senhor Presidente Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) foi o candidato que foi para o terreno pelo movimento INOV, foi o primeiro a ir. E sabe o que é que diziam dele? "É um monhé que veni dos bairros sociais." Era o que diziam dele. A Senhora Deputada defende uma ideologia de igualdade. O Senhor Presidente Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) é um exemplo para a sociedade oeirense. É um exemplo. Foi um homem que veio do Brasil. Foi um homem que lutou contra a exclusão, a xenofobia, a vida toda. Se ele tem o direito de eliminar algum comentário, é um direito que lhe assiste, Senhora Deputada. Ficou muito mal, porque atirou no alvo errado.----------

----------Senhor Presidente, tenho muito orgulho em ser seu amigo. Tenho muito orgulho no

Presidente que o Senhor é.----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada." ----------

3.11.5. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, queria só realçar que o Grupo INOV escolheu o Presidente de Junta Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), para fazer esta intervenção nesta proposta.

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "... Senhora Deputada. Senhor Deputado António Moita (INOV25). Senhores Deputados. vamos, vamos... Senhor Deputado António Moita (INOV25), faz favor."----------

3.11.6. O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Senhora Presidente, este último comentário é absolutamente intolerável. ----------

---------- Os Senhores Presidentes de Junta representam os órgãos de que fazem parte. O grupo entendeu, enfim, que cada um poderia assumir a posição que quisesse relativamente a esta proposta. E, nesse sentido, e porque o grupo tem posições distintas sobre a forma como deve encarar esta proposta, entendemos que não devíamos fazer intervenção de qualquer tipo. A razão foi exclusivamente essa. Eu não me queria estar a justificar, mas queria, perante alguém que incentiva a não existência do discurso de ódio, que concordamos todos com ela, cada intervenção que faz é um incentivo a que o contrário possa acontecer. E isso é que não pode voltar a acontecer. Não é pelas intervenções da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) que eu voto positivamente este parecer que aqui está, esta proposta de recomendação que aqui está. É pelo seu texto, porque, se fosse pelas intervenções da Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), o sentido de voto era outro, era contra. Mas, como concordo com este texto que há aqui, irei

expressar a minha posição. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)." ----------

3.11.7. O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito rapidamente, vou cumprimentá-la. ------

----------Eu nem sequer era para participar, mas a Deputada Mónica Albuquerque (CEO), de facto, goza com todos os deputados. É a única pessoa aqui que não respeita a Presidente da Mesa. A Presidente da Mesa manda-a calar, manda-a acabar o discurso, e ela continua como se fosse uma locomotiva. ----------

----------E, relativamente ao Deputado Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), ela devia respeitar, para além todos os deputados. Ela não sabe o que é o Deputado Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas). Eu tenho o prazer, desde o nascimento dele, praticamente, de conhecer toda a família. E, se houve alguém que, de facto, foi motivo de ódio, foi o Deputado Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) e alguns membros da sua família. Por isso, a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) nem sabe rigorosamente o que é o ódio, nem nunca viveu no meio do ódio, e vem cá dar lições de moral a toda a gente. Ela é que promove o ódio em muitas situações. --------

----------Disse, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra ou está acabada esta questão? Muito bem. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)."----------

3.11.8. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Eu queria só reforçar que o líder de bancada do INOV condenou as minhas declarações, em resposta às declarações do Senhor Presidente de Junta, mas não condenou as

declarações do Senhor Presidente de Junta, que foram prévias às minhas, obviamente, o que é absolutamente lamentável.----------

---------- Em relação ao Deputado que acabou de falar, é lamentável, Senhor Deputado, que continue a referir-se aos outros deputados, que são seus colegas, como "ela". Não é "ela", é a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), que está aqui eleita, como o Senhor está. E a Deputada Mónica Albuquerque (CEO) foi sempre respeitosa com todos os colegas desta Casa. Não há ninguém que tenha nada a apontar, nem mesmo a Mesa.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Muito bem. Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra quanto a esta proposta de recomendação? Faz favor." ----------

3.11.9. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Há alturas em que o tiro sai pela culatra, e este é um desses momentos.----------

---------- Senhora Deputada, dizer apenas o seguinte: nem o Movimento INOV, nem o Executivo Municipal escolheu o Deputado Inigo (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) para fazer esta intervenção. É uma decisão própria e apenas ao próprio diz respeito. ----------

---------- Todavia, não quero deixar de dizer que naquilo que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), e eu trato-a sempre por Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), referiu, não deixa de estar subjacente o habitual paternalismo, que não é bem-vindo, Senhora Deputada. O diabo está sempre nos detalhes. Nós não escolhemos ninguém pela cor da pele. Jamais. Jamais. Portanto, a sua afirmação está eivada de um paternalismo inadmissível. Aqui olhamos para todos como iguais. É só isso, Senhora Presidente."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. Vamos… Senhora Deputada, sim." --------

3.11.10. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: --------

----------"Deixe-me lembrar ao Senhor Vice-Presidente as declarações do Deputado João Viegas (INOV25), nesta Casa, antes das minhas, porque claramente não estava, então, com atenção ao paternalismo que foi exercido pelo Senhor Deputado João Viegas (INOV25).----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada. Senhores Deputados, estamos em condições de passar à votação desta proposta." ----------

3.11.11. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta de Recomendação, a qual foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e Carla Alexandra Ferreira de Oliveira), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins), dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), com onze votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Celina Maria Quintas

Nascimento Mendonça e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 (António Maria Passos Rosa Lopes da Costa), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), e com uma abstenção do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia).----------

---------- O Senhor Deputado Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, não estava presente na altura da votação.----------

---------- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 145/2026**----------

---------- **PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO – DIA INTERNACIONAL PARA O COMBATE AO DISCURSO DE ÓDIO, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CEO**----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliherou por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras, dois do Partido Iniciativa Liberal, um da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, com onze votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25, um do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, e com uma abstenção

do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, propor à Câmara Municipal de Oeiras que: ----------Um - Assinale anualmente o Dia Internacional para o Combate ao Discurso de Ódio, através da promoção de iniciativas públicas de sensibilização dirigidas à comunidade;----------

----------Dois - Desenvolva, em articulação com os agrupamentos de escolas, associações juvenis e demais parceiros locais, ações de educação para a cidadania digital, prevenção do discurso de ódio online, combate ao cyberbullying e promoção do respeito pela diversidade; -----

----------Três - Integre, no âmbito da monitorização e execução do PMINDO 2024-2030, informação relativa às iniciativas desenvolvidas na prevenção da discriminação, intolerância e discurso de ódio, promovendo a divulgação de boas práticas de inclusão e convivência intercultural. ----------

----------Foi deliberado ainda que a presente proposta deverá ser publicada no sítio institucional da Assembleia Municipal de Oeiras e que seja dado conhecimento da mesma à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Portanto, foi aprovada esta proposta de recomendação. Declarações de voto. Alguém pretende fazer? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)."----------

3.11.11.1. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte **Declaração de Voto**: --- ----------

----------"Votámos favoravelmente esta proposta de recomendação, por entendermos que o combate ao discurso de ódio constitui uma responsabilidade fundamental de todas as instituições democráticas. ----------

----------Numa sociedade plural e diversa, como é o Concelho de Oeiras, a defesa da dignidade humana, da igualdade de direitos e do respeito pela diferença deve traduzir-se em ações concretas de sensibilização, de educação e de cidadania. ----------

---------- A crescente disseminação de discursos discriminatórios, particularmente nos espaços digitais, representa um desafio à convivência democrática e à construção de comunidades mais inclusivas e solidárias." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor."----------

3.11.11.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte **Declaração de Voto**:

---------- "O combate ao discurso de ódio não é apenas uma questão de linguagem ou de comportamento. É, acima de tudo, uma questão de respeito pela dignidade humana. Por detrás de cada insulto, de cada discriminação ou de cada mensagem de intolerância, existe uma pessoa real, com sentimentos, com medos e com direito de viver em segurança e com respeito. ----------

---------- Numa sociedade diversa como a nossa, a diferença não deve ser motivo de exclusão, mas sim uma oportunidade de enriquecimento coletivo. Por isso. consideramos importante investir na educação, na cidadania digital e na promoção de uma cultura de respeito, especialmente junto das gerações mais jovens. Porque uma comunidade mais forte não é aquela onde todos pensam da mesma forma, é aquela onde todos sabem viver juntos, respeitando as suas diferenças." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)." ----------

3.11.11.3. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) fez a seguinte **Declaração de Voto**: ------ ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- A Coligação Evoluir Oeiras apresentou e votou favoravelmente esta proposta, por considerar que a promoção do respeito, da inclusão e da cidadania constitui um dever permanente das instituições democráticas, lamentando, no entanto, que a proposta não tenha sido acompanhada por toda a Assembleia. ----------

---------- A proposta procura reforçar a sensibilização para o combate ao discurso de ódio,

promover a cidadania digital e contribuir para uma cultura de respeito e convivência democrática. Esta recomendação está também alinhada com princípios que o próprio INOV afirmava defender no seu Manifesto Eleitoral, nomeadamente a construção de uma comunidade livre, aberta e justa, assente na inclusão, na igualdade de oportunidades e na coesão social. Por isso, saudamos que, pelo menos, parte da bancada do INOV tenha sido fiel ao seu mandato.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. O Senhor Deputado José Shirley (CH) vai fazer chegar uma declaração por escrito. É isso?"----------

----------O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Isso mesmo. ----------

----------Muito obrigado" ----------

3.11.11.4. O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve:----------

----------"O Grupo Municipal do CHEGA votou contra a proposta de recomendação do Grupo Municipal do Evoluir Oeiras por considerar que a mesma representa mais um exercício de afirmação ideológica do que uma resposta aos problemas concretos dos oeirenses. ----------

----------O CHEGA condena todas as formas de violência, discriminação e incitamento ao ódio. Contudo, a defesa destes princípios não pode servir de pretexto para a promoção de conceitos vagos, subjetivos e suscetíveis de interpretações arbitrárias, como o de «discurso de ódio», colocando em risco a liberdade de expressão, um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade democrática. ----------

----------Tem sido recorrente assistir à instrumentalização destes temas por parte de partidos e movimentos da esquerda e da extrema-esquerda, que aproveitam matérias sérias e relevantes para introduzir agendas ideológicas e promover narrativas políticas polarizadoras, procurando associar

posições políticas legítimas a fenómenos de intolerância e condicionando, dessa forma, o debate democrático. ----------

---------- É precisamente isso que esta recomendação demonstra. Em vez de apresentar soluções para os problemas reais que afetam diariamente os munícipes, o Grupo Municipal Evoluir Oeiras opta por dedicar o seu tempo a este tipo de iniciativas. ----------

---------- Num concelho onde persistem dificuldades nas áreas da habitação, da mobilidade, do trânsito e da qualidade dos serviços públicos, é legítimo questionar se estas são, de facto, as prioridades que o Grupo Municipal Evoluir Oeiras pretende apresentar aos oeirenses.----------

---------- O CHEGA rejeita a utilização da Assembleia Municipal como palco para a promoção de agendas políticas que, sob a capa de causas consensuais, acabam por servir para estigmatizar posições divergentes e limitar o pluralismo democrático. ----------

---------- O CHEGA defende uma política municipal centrada na resolução dos problemas concretos das pessoas, na defesa da liberdade de expressão e na garantia de que o debate democrático permanece livre, plural e aberto a todas as opiniões legítimas.----------

---------- Por estas razões, os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA votaram contra a presente proposta de recomendação."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. Senhor Presidente da União de Juntas, Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas), faz favor."----------

3.11.11.5. O **Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

---------- "Cara Presidente, o voto foi negativo porque o partido ou movimento político que apresentou esta proposta é um dos principais causadores, desde a sua existência, de tudo o que tem havido de incentivos ao ódio, desinformação, insultos a dirigentes da Câmara, a dirigentes da Junta, das Juntas de Freguesia, tenta criar tumultos sociais em redor de mentiras criadas, de

realidades paralelas. E, para além disso, para além disso, tem um comportamento diário que não é nada aprovável, principalmente, exercendo cargos como este na Assembleia Municipal, de extrema relevância, e todos os dias, em todas as Sessões, não respeitando as regras básicas da Democracia, não respeitarem o próximo, nem quem dirige os trabalhos, nem quem exerce aqui as suas funções. Por isso, e nós exercemos tudo o que está aqui mencionado, somos também contra. Mas, para além das boas palavras e da retórica, o principal é nos atos que praticamos. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito ohrigada, Senhor Presidente da União de Juntas. Neste momento, não temos mais nenhuma proposta. Encerrou-se esta parte. E pergunto se alguém pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor." ----- ----------

3.12. A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção: ----

----------"Senhora Presidente da Assembleia Municipal. ----------

----------O relatório do Tribunal de Contas sobre a Oeiras Viva merece uma análise séria, mas merece também uma reflexão sobre a forma como a informação chegou a esta Assembleia.-------

----------O relatório deu entrada no Município no dia dezoito de março. A Assembleia Municipal apenas tomou conhecimento formal no dia vinte e nove de maio, dois meses depois.--

----------Num Concelho onde tanto se fala de transparência, esta proposta e este relatório ficou na gaveta durante dois meses. Quanto ao conteúdo do relatório, sejamos claros: não está em causa a continuidade da Oeiras Viva, nem a importância do trabalho que desenvolve para o Concelho. Também não está em causa a confiança que o Partido Socialista tem depositado na empresa municipal ao longo dos anos. Mas confiança não significa complacência. Pelo contrário, quanto maior a confiança, maior a exigência. E aquilo que o Tribunal de Contas nos diz é que continuam a existir obrigações legais que não foram cumpridas, procedimentos que não foram observados e

instrumentos de governação que simplesmente não existiam. Estamos a falar de uma empresa municipal que tem a obrigação de conhecer a legislação que a rege e de a cumprir integralmente. ---------- Por isso, importa perceber, em primeiro lugar, a alteração dos estatutos aprovada por esta Assembleia no dia dez de março, já foi formalmente comunicada ao Tribunal de Contas ou continua por comunicar?----------

---------- Em segundo lugar, com a correção da composição da Assembleia Geral, como será garantida a necessária separação entre os órgãos municipais e os órgãos societários da empresa, garantindo, assim, uma efetiva separação entre as funções de gestão da empresa e as funções de acompanhamento e controlo exercidas pela Câmara? ----------

---------- Terceiro, que medidas foram ou estão a ser adotadas para assegurar a verificação da publicitação dos contratos no Portal Base antes da realização de pagamentos, evitando a repetição de situações identificadas pelo Tribunal de Contas, de pagamentos ilegais no valor de quarenta e cinco mil euros? ----------

---------- Quarto, quando será finalmente elaborado, aprovado e divulgado ainda o relatório de boas práticas do Governo Societário, obrigação legal que continua por cumprir? ----------

---------- Senhoras e Senhores Deputados, o problema não é o Tribunal de Contas ter feito recomendações. O problema é que algumas destas recomendações incidem sobre matérias que nunca deveriam ter chegado a esse ponto.----------

---------- A transparência não pode ser apenas um slogan institucional, muito menos uma bandeira associada a prémios recebidos. Tem de traduzir-se em procedimentos, em controlo, em prestação de contas e em respeito pelas regras.----------

---------- É esse o caminho que esperamos da Oeiras Viva e é esse o compromisso que os munícipes legitimamente exigem de todos nós. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)." ----------

3.13. A **Senhora Deputada Celina Mendonça (INOV25)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Boa tarde, novamente. ----------

----------O Dia Mundial do Refugiado é celebrado a vinte de junho e foi instituído pela Organização das Nações Unidas para homenagear a coragem, a força e a resiliência de milhões de pessoas que foram obrigadas a deixar os seus lares devido a guerras, perseguições, violência ou violações dos direitos humanos. A coragem dos refugiados manifesta-se na capacidade de recomeçar. Deixar para trás a família, os amigos, a cultura e as memórias exige uma força extraordinária. Mesmo diante da incerteza, muitos encontram a esperança e seguem em frente, reconstruindo as suas vidas com dignidade e determinação. ----------

----------Ao refletirmos sobre o Dia Mundial do Refugiado, somos convidados a recordar todas as pessoas que, por força das circunstâncias, tiveram de abandonar a sua terra, os seus bens e os seus projetos de vida que construíram. Entre essas pessoas encontram-se também os retornados portugueses que regressaram a Portugal num período marcado por profundas mudanças políticas e sociais. Muitos retornados chegaram com poucas posses, deixando para trás casas, negócios, amigos e memórias. Tal como acontece com outras populações deslocadas, enfrentaram desafios de integração, adaptação e reconstrução das suas vidas num novo contexto. A sua experiência recorda-nos o desenraizamento humano que pode assumir diferentes formas de afetar pessoas e diversas origens, embora os conceitos de refugiado e retornado tenham significados jurídicos e históricos distintos, ambos remetem para experiências de perda, incerteza e recomeço. Em comum, encontramos a necessidade de acolhimento, compreensão e oportunidade para reconstruir um futuro. Recordar estas histórias é reconhecer a capacidade humana de resistir à adversidade, seja através dos refugiados de hoje ou dos retornados de ontem. Aprendemos que a dignidade, a esperança e a solidariedade são valores essenciais para superar os desafios da deslocalização e

construir sociedades mais inclusivas. ----------

---------- Meus Senhores e minhas Senhoras, o eco desta coragem toca nas comunidades que os acolhem, lembrando-nos a importância da empatia, da solidariedade e do respeito pelos direitos humanos. Cada gesto de acolhimento contribui para transformar o medo em esperança e a exclusão em oportunidade. ----------

---------- Em Oeiras, vários bairros e urbanizações cresceram rapidamente nessa época para acolher a nova população, e muitos retornados tiveram um papel importante no comércio, nos serviços e na dinamização económica do Concelho. ----------

---------- A história dos retornados em Oeiras é uma história de coragem e recomeço. Entre a perda e a esperança, milhares de pessoas reconstruíram as suas vidas e ajudaram a moldar o Concelho que hoje conhecemos. Recordar este percurso é valorizar a capacidade humana de adaptação e a importância do acolhimento em tempos de mudança. ----------

---------- Atualmente, a memória desta experiência faz parte da história coletiva do Concelho. Muitas famílias continuam a preservar relatos, fotografias e tradições que testemunham um período marcante de mudança e resiliência. ----------

---------- E o elevado número de autarcas eleitos em Oeiras desde o Vinte e Cinco de Abril demonstra não apenas a plena integração dos retornados na comunidade local, a plena integração, mas tamhém a sua determinação em contribuir ativamente para a construção da Democracia e para o desenvolvimento do Concelho. Constituiu, assim, uma prova de integração bem-sucedida dos retornados e da sua vontade férrea de participar ativamente na vida cívica, política e social do Concelho.- ----------

---------- Parabéns a todos os autarcas que, ao longo das últimas décadas, ajudaram a construir um Concelho de Oeiras mais desenvolvido, mais inclusivo e mais próspero, e o transformaram numa referência nacional de desenvolvimento e inovação. O seu empenho, dedicação e o espírito de serviço público foram fundamentais para o progresso e a qualidade de vida que hoje distinguem

Oeiras. Na pessoa do Senhor Vice-Presidente, Doutor Francisco Rocha Gonçalves, oriundo de uma antiga colónia portuguesa e autarca ao serviço de Oeiras, expresso o meu reconhecimento e gratidão a todos aqueles que, com dedicação e espírito de serviço público, contribuíram para o desenvolvimento do Concelho e para o fortalecimento da nossa Democracia.----------

----------Assina, Celina Nascimento Mendonça (INOV25), portuguesa nascida em Moçambique, autarca em Oeiras desde mil novecentos e oitenta e um.----------

----------Tenho dito."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)."------

3.14. A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara, que não está, caros munícipes.----------

----------Gostaria de felicitar o Município pela iniciativa "Mercado no Bairro", que leva gastronomia, artesanato e música ao vivo a algumas zonas do concelho. É sempre positivo ver investimento na dinamização do espaço público e na promoção do comércio local.----------

----------No entanto, ao olhar para o cartaz, não pude deixar de reparar que existem bairros que parecem ter descoberto a fórmula da juventude eterna. Recebem renovação, atividades e animação, enquanto outros continuam a praticar um estilo mais… vintage.----------

----------Refiro-me, naturalmente, à freguesia de Linda-a-Velha, Algés, Cruz Quebrada-Dafundo. Um local onde os moradores assistem, com genuína admiração, às melhorias que acontecem noutros pontos do concelho, quase como quem vê um programa de viagens: é bonito, é inspirador, mas acontece sempre noutro sítio.----------

----------Enquanto alguns mercados são palco de música ao vivo, gastronomia e convívio, os habitantes de Linda-a-Velha vão-se especializando noutra atividade cultural: que é esperar. Esperar por obras, esperar por requalificações e esperar por iniciativas que valorizem o bairro da

mesma forma que valorizam noutras localidades.----------

---------- Assim, pergunto ao Executivo se existe algum plano concreto para a renovação e dinamização do mercado de Linda-a-Velha, prometido desde dois mil e dezassete, tal como um centro cívico ou mesmo um centro de congressos, ou se devemos concluir que a estratégia passa por preservar o bairro como património histórico vivo, mantendo-o exatamente como está para as gerações futuras o apreciarem. ----------

---------- É que não só este espaço foi transformado num estaleiro da Junta de Freguesia, como aguardamos ansiosamente pelo vídeo que o Senhor Presidente vai fazer no mercado de Linda-a-Velha, pois temos de mostrar ao mundo o quanto temos orgulho no Presidente que cumpre sempre aquilo que promete. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. Mais alguma intervenção? Não? Senhora Deputada Anabela Brito (IL)."----------

3.15. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Eu queria só perguntar quais são os mecanismos que o SIMAS, já que é o responsável pela rede em baixa, tem para fazer face a situações excecionais como a que ocorreu há dias e que interditou..."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada já terminou o seu tempo. Terminou o seu tempo, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- ----------

---------- "... a praia de Santo Amaro de Oeiras. ----------

----------Obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, eu mais não faço do que cumprir o meu dever. Senhor Presidente…"----------

3.16. O **Senhor Deputado António Lopes da Costa (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caros colegas Presidentes de Junta.------- ----------

----------Eu não compreendo a intervenção aqui, uma vez mais, vinda do CHEGA e dirigida à nossa União de Freguesias. E eu não sei se o CHEGA, de facto, está completamente alheado da realidade da nossa União de Freguesias e do Concelho, mas o que é certo é que, ao longo deste mandato, seja nós, seja a Câmara Municipal, já organizámos diversas iniciativas em Linda-a-Velha, em Algés, na Cruz Quebrada, por exemplo. Enfim, em Linda-a-Velha nós tivemos a Caça aos Ovos, numa parceria com a Nestlé. Houve o Dia do SIMAS, também, no Jardim das Amendoeiras. Vai haver o "Há Prova" neste fim de semana, também no mesmo local. Enfim, nós tivemos, em Miraflores, o Festival da Criança. Tivemos, no Parque Urbano de Miraflores, também a final dos Jogos de Oeiras, enfim, que foi um autêntico sucesso. Os concertos das Festas de Oeiras que estiveram ao rubro, portanto, com muita atividade. E, na Cruz Quebrada, neste momento temos um arraial promovido pela SIMECQ com o apoio…" ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Desculpe, peço desculpa, já passou o seu tempo. Portanto, terá de terminar…Terminou mesmo, passou o seu tempo. Sim, senhor. Quem mais tinha pedido a palavra? Estava primeiro o Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), que tinha pedido a palavra. Faz favor." ----- ----------

3.17. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- É uma intervenção para, em primeiro lugar, saudar a rejeição do pacote laboral na Assembleia da República, fruto de uma luta persistente que mobilizou milhares de trabalhadores, quer do setor privado, quer do setor público, milhares de sindicalistas, particularmente da CGTP e, no caso da esfera local, do STAL, e as forças que integram a CDU, como o PCP, Os Verdes e muitos independentes, que deram todo o seu apoio, voz e expressão institucional. Esta foi a derrota de uma visão da sociedade e de um modelo de economia que subalternizam não só o valor do trabalho, mas também o da qualidade de vida, o da garantia de uma vida familiar com tempo e condições, de uma vida com estabilidade e confiança para os trabalhadores de todas as gerações, de todas as origens, de todos os níveis e qualificações. Não podemos deixar passar este momento, mostrando que vale a pena lutar e que a vida política está mesmo nas mãos de quem se mobiliza, sonha e trabalha de forma coerente e consequente. ----------

---------- Em segundo lugar, e aproveitando também esta perspetiva de que a qualidade de vida e o desenvolvimento do território passam também pelo respeito por direitos laborais, pela qualidade dos serviços públicos, pela capacidade de nos movermos e chegarmos ao trabalho, à escola e aos locais de lazer, manifestamos a nossa apreensão e total discordância pelas iniciativas anunciadas de privatização da Linha de Cascais.----------

---------- Tal como no pacote laboral, entendemos que é fundamental que haja uma mobilização expressiva para que não aconteça o que se veio a verificar no caso da Fertagus, em que os investimentos pesados cabem ao Estado, os proveitos e lucro são arrecadados por privados e os utentes acabam à espera no cais, ou apertados como sardinhas em lata, ou sem ligações atempadas a autocarros. ----------

---------- Neste sentido, questionamos a autarquia, a Câmara Municipal, pela sua posição sobre este tema. - ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH), tem quarenta... Sim, faz favor." ----------

3.18. O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**:

----------"Eu peço desculpa por este Ponto de Ordem e compreendo a flexibilidade que a Mesa tem, mas eu lembro que o tempo máximo previsto para o Período Antes da Ordem do Dia é de uma hora e meia. Já vamos em mais de duas horas, como digo, compreendo a flexibilidade que a Mesa tem, mas não queira deixar de referir que o tempo é este e não deveríamos, por hábito, exceder este tempo. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------A Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH) tem quarenta e sete segundos. Faz favor."

3.19. A **Senhora Deputada Filipa Lourinho (CH)** referiu o seguinte: ----------

----------"Tudo bem. É muito rápido. ----------

----------Só queria referir aqui ao nosso Presidente da Junta que eu referia-me precisamente ao cartaz do Mercado no Bairro (inclusive trouxe aqui), onde estão presentes o Mercado de Paço de Arcos e os outros mercados, e falta aqui precisamente o Mercado de Linda-a-Velha que, neste momento, confirma-se que continua a ser um estaleiro da Junta. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém tinha pedido...? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." ----- ----------

3.20. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Começo por relembrar ao Deputado do INOV que fez o Ponto de Ordem que as declarações de voto e tudo isso acrescem a esse tempo. ----------

---------- Gostaria de trazer a esta Assembleia o caso de uma munícipe que nos contactou, residente em Nova Oeiras, mãe de duas crianças, e recentemente viúva. ----------

---------- Quando a família chegou a Portugal os seus dois filhos foram colocados numa escola da Outurela, em Carnaxide, apesar de residir em Nova Oeiras. Um dos filhos tem necessidades educativas específicas e esta decisão obrigou a mãe a longas deslocações diárias em transportes.-

---------- Ora, verificámos que a legislação aplicável às matrículas para o presente ano letivo estabelece a prioridade para alunos com necessidades educativas específicas, precisamente para garantir as respostas educativas adequadas às suas necessidades. Por isso, continua a ser difícil compreender como é que não foi encontrada ainda uma solução mais próxima da área de residência desta família, ou o fornecimento de transporte gratuito e a criança, por causa disso, não está a frequentar a escola. Que medidas concretas vai a Câmara tomar para garantir que esta família tenha uma resposta escolar adequada próxima da residência e compatível com as necessidades da criança?--- ----------

---------- Relativamente ao Plano Estratégico para os Mercados Municipais, já aqui abordei a questão. A proposta devia vir à Assembleia porque se trata de um Plano Estratégico para cumprir a lei setenta e cinco/dois mil e treze. ----------

---------- Ora, fizemos um requerimento e obtivemos uma resposta surreal que diz que o Plano não consubstancia um Plano Estratégico *stricto sensu*, como desculpa para que um Plano Estratégico não seja votado aqui nesta Assembleia. Ainda mais grave depois do Senhor Vice-Presidente e da respetiva Vereadora do pelouro terem dito que não havia problema nenhum, que iriam corrigir a situação e que a proposta viria à Assembleia Municipal. ----------

----------Assim, queria solicitar, Senhora Presidente, os seus bons ofícios para que fosse elaborado um parecer jurídico por entidade independente, já que pelos vistos não podemos contar com o bom senso da Câmara. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Senhor Deputado José Shirley (CH), faz favor." ----------

3.21. O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------Muito rapidamente, apenas para dizer que ouvi bastante bem a intervenção do Senhor Deputado do PCP onde falou do pacote laboral e agradeceu o seu chumbo. Eu só queria recordar ao Partido Comunista Português e a toda a esquerda que o pacote laboral foi chumbado graças aos votos do CHEGA, Senhor Deputado. Portanto, convinha agradecer também ao CHEGA, porque graças ao CHEGA e aos sessenta votos deste grupo parlamentar chumbou-se o pacote laboral. Era sempre bom relembrar, Senhor Deputado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Terminou o seu tempo. Terminou o seu tempo...----------

----------Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor."----------

3.22. A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte:----------

----------"Na última semana os oeirenses foram confrontados com a notícia da interdição temporária da Praia de Santo Amaro de Oeiras na sequência de uma descarga de lixiviados na Ribeira da Laje provocada pela rotura de uma conduta da Tratolixo. Independentemente de ter sido um percalço, estamos perante uma situação que não pode ser encarada com ligeireza. Falamos de uma praia com Bandeira Azul, de uma das zonas balneares mais frequentadas do Concelho, numa altura temperaturas elevadas e num fim de semana em que milhares de pessoas procuravam

usufruir do litoral de Oeiras.----------

---------- Mais do que apurar culpas, importa apurar factos e garantir que são retiradas consequências. Os munícipes têm o direito de saber porque ocorreu esta rotura, quanto tempo decorreu até a sua deteção, qual o impacto ambiental efetivo da descarga e que medidas estão a ser implementadas para evitar que situações semelhantes se repitam."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)."----------

3.23. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** observou o seguinte: ----------

---------- "Obrigado, Senhora Presidente. ----------

---------- Apenas para dizer ao Senhor Deputado do CHEGA que os trabalhadores sabem muito quem é que se mobilizou e sabem muito bem a quem agradecer. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigado, Senhor Deputado. ----------

---------- Senhores deputados, vamos evitar diálogos cruzados no meio da Assembleia. Não há mais nenhuma intervenção? Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente." ----------

3.24. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Vou tentar responder de modo telegráfico, porque compreendo que a vossa urgência só se aplica depois quando chega a vez do Executivo falar. Mas dizer o seguinte: agradecer à Senhora Deputada do CHEGA as palavras elogiosas em relação ao que o Município tem vindo a fazer em Linda-a-Velha, porque não deve conhecer certamente o Parque das Amendoeiras, não conhece as iniciativas que o Senhor Presidente da União de Freguesias já aqui referiu. Também, certamente, não esteve atenta à deliberação da Câmara Municipal que aprovou o PIP (Pedido de

Informação Prévia) para a Praça da Música, na Avenida Vinte e Cinco de Abril, que está em fase de negociação do contrato de urbanização, porque, naturalmente, depois do PIP aprovado, só podem os projetos ser aprovados pelo Executivo Municipal se o promotor pagar as infraestruturas, ou o reforço de infraestruturas têm de pagar. Também não sabe, porque não podia saber, mas quem fala antes da hora, acontece-lhe sempre isto, que o projeto para as obras do Mercado Linda-a-Velha está concluído e o concurso público para a sua requalificação irá ser lançado no segundo semestre deste ano. Portanto, eu agradeço sempre quando nos dão oportunidade de dizer isto: que o projeto está pronto e brevemente será lançado o concurso. Portanto, Senhor Presidente da União de Freguesias, na sequência do que vinha dizendo, o mercado vai ser totalmente requalificado. Convido os deputados que não conhecem o Parque das Amendoeiras para conhecerem o Parque das Amendoeiras, para se interessarem pelo projeto que vai nascer na Casa da Música, de facto, o Centro Cultural é maravilhoso. O estudo prévio é lindíssimo, portanto, ficará Linda-a-Velha servida com uma praça enorme, com o melhor centro cultural do Concelho. Já tem a praça nova construída, terá novas infraestruturas para servir estes novos equipamentos, portanto, ao que parece, está muito melhor do que aquilo que a Senhora Deputada referiu. ----------

----------Depois, agradecer também à Iniciativa Liberal por, mais uma vez, demonstrar o desconhecimento. Nada tem a ver a distribuição de água em baixa com uma descarga decorrente... Vossa Excelência disse que os SIMAS era responsável pela distribuição da água em baixa, e é responsável pela distribuição de água em baixa. Onde é que o SIMAS tem a ver com isto? Naturalmente... Quando oiço, oiço sempre uma "mezinha" a ser rezada, eu espero sempre que terminem..."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores deputados... vamos ver se conseguimos prosseguir. Faz favor, Senhor Vice-Presidente." ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o

seguinte: -- ----------

---------- "Eu tenho todo o tempo, ainda tenho dezassete minutos para usar, portanto não me incomoda, Senhora Presidente. Já sabe, eu tenho muita condescendência.----------

---------- O que é que o Executivo pode fazer ou a Câmara pode fazer para evitar que uma obra que estava a ser realizada num município vizinho parta um coletor ou uma saída de uma estação de tratamento no município vizinho, a água saia contaminada e contamine uma ribeira? Quer dizer, podemos dizer ao Município de Cascais "não façam obras", ou "quem faz as obras evitem acidentes", tudo aquilo que nós sabemos. O que é que aconteceu na descarga da semana passada? Simples. Há uma intervenção no Concelho de Cascais, há um acidente, há uma descarga ilegal, é detetada tempestivamente, é reparada, no entanto, não se pôde evitar a descarga. Aconteceu um acidente. Coisas que acontecem nas nossas vidas todos os dias. Aconteceu um acidente, foi detetado, foi reparado. O que é que nós fizemos? Análises imediatamente e informámos as entidades competentes. No caso, a delegada de saúde interditou a banhos a praia de Santo Amaro e dizer, Senhora Deputada, não é preciso fazer discursos tremendistas sobre isso. Se houver um acidente, se houver uma avalanche, não podemos por uma placa a dizer "proibido avalanche". Há uma avalanche, há uma avalanche. No caso concreto, houve um acidente. O que nós podemos fazer é reparar (foi feito por quem de direito), fazer as análises, transmitir publicamente e tudo isto aconteceu muito rapidamente. Agora, posso garantir também o seguinte: já foram feitas novas análises, do ponto de vista bacteriológico está tudo bem. Todavia, a senhora delegada de saúde espera pelo resultado da análise química que foi feita, que deve ser conhecido o resultado final da semana. Quando for conhecido o resultado no final da semana, podemos ou não restringir ou levantar a proibição de banhos que cabe à senhora delegada de saúde. O que nós fazemos é fazer o que sempre fizemos: análises sempre que possível, sempre que há incidentes. Fizemos a nossa função. ---- ----------

---------- Quanto à questão que nos foi trazida da escola. Mais uma vez, vamos evitar os

discursos tremendistas. Trata-se de uma família que veio de um outro país, que se instalou no nosso Concelho, ou passou a residir no nosso Concelho depois do período de inscrições. Os alunos foram colocados na única escola que tinha lugar disponível, a criança com cuidados especiais ou à criança com cuidados especiais foi garantido o transporte da porta de casa até à escola, que era noutra freguesia, efetivamente. Senhora Deputada não diga que não, porque foi o que me foi transmitido pelo vereador do pelouro. Foi o que me foi transmitido há pouco pelo vereador do pelouro. Foi garantido tudo. Tudo. Não podemos garantir a colocação numa escola depois do período das matrículas a quem se inscreve fora do período de matrículas. Há um novo período a correr, que esperamos que possa ser encontrada a solução próximo da residência. Como sempre fazemos, foi acompanhado pelos serviços de educação. ----------

----------Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

----------Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)."----------

3.25. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) referiu o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------Só dizer que não é essa a informação que temos da família.----------

----------Também referir que as análises da qualidade da água das ribeiras, balneares, etc., não têm sido convenientemente colocadas no site dos SIMAS. ----------

----------Também queria ainda questionar. A vinte de junho realizou-se na Quinta de Cima um evento privado que gerou inúmeras queixas de moradores devido ao ruído produzido durante várias horas. Tendo conhecimento que foi emitida uma licença especial de ruído para este evento, pedimos esclarecimento das condições em que a autorização foi concedida, quais os limites sonoros autorizados, que mecanismos de fiscalização foram implementados e quantas reclamações foram registadas.----------

---------- Senhora Presidente, temos outras questões e pedidos de documentação, faremos chegar..." - ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Terminou o seu tempo."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ----------

---------- "... faremos chegar um requerimento escrito.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Sendo assim... Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU), faz favor."----------

3.26. O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** solicitou o seguinte:----------

---------- "Obrigado, Senhora Presidente. É rápido. Apenas para pedir ao Senhor Presidente uma resposta à questão que coloquei sobre a linha de Cascais. ----------

---------- Obrigado." ----------

3.27. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- À questão que... Foi transmitido que seria feita por escrito, naturalmente o Município responderá por escrito. ----------

---------- Quanto à possível..., vamos evitar a palavra "privatização". Concessão, concessão da gestão da linha de caminho de ferro de Cascais, porque privatizar linhas de caminho de ferro é um bocadinho complicado. Deve ser concessionar a gestão. Ora, da nossa parte, há muito tempo que nós vimos advogando que alguma coisa tem de acontecer na caminho de ferro de Lisboa/Oeiras/ Cascais. Porque a verdade é que, desde os anos cinquenta, não há máquinas novas a correr. Mais de vinte milhões de passageiros foram perdidos nas últimas décadas. Portanto, como está não pode continuar. O que é que nós sempre advogámos? Se possível, a sua entrega aos municípios ou a

concessão da gestão, na defesa da qualidade do serviço e na melhoria do serviço prestado aos cidadãos. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que não pode o Estado fazer todos os investimentos para depois ficar o concessionário com a carne, depois nós termos roído os ossos. Verificando-se que nós não estamos numa circunstância em que o investimento já está todo realizado, à partida, não temos nada a opor. Mas dizer outra coisa. Esta linha de caminho de ferro corre os municípios ou os concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais. Serve não apenas estes concelhos, mas serve a Área Metropolitana de Lisboa. Quem vive na margem sul, ou em Loures, ora em Vila Franca de Xira e trabalha nos parques empresariais de Oeiras deve ter um serviço público de transporte que lhe permita chegar ao seu local de trabalho com condições de conforto e segurança. É nesse espírito que nós entramos nesta nova informação, e que esperamos que esta nova informação seja capaz de dar aos cidadãos. Até lá, pouco mais sabemos para além disto. Nós sabemos de algo que foi tornado público, mas que não nos foi transmitido a nós institucionalmente. Depois de sabermos institucionalmente o que pretende efetivamente ser posto em prática, podemos dizer mais. Até agora, só podemos ter esta posição de princípio. Nada temos contra a concessão da gestão, desde que seja defendido o interesse público e servido quem tem de ser servido, que são os cidadãos. Uma concessão que se limita a dar parte de leão ao concessionário, ficando para o Estado o investimento, não é no nosso interesse. ----------

----------Muito obrigado, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente." ----------

4. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

----------**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Temos agora a intervenção do público. E eu peço à senhora que se inscreveu, Senhora Paula Ambrósio, o favor de se dirigir para expor o assunto que a traz, que diz "bem-estar animal". Faz favor. Portanto, tem cinco minutos." ----------

4.1. A **Senhora Paula Ambrósio, munícipe de Oeiras,** fez a seguinte intervenção:----------

---------- "Muito boa tarde. ----------

---------- O que me traz aqui novamente hoje é o bem-estar animal e, antes de iniciar a minha intervenção, informo que entreguei um documento escrito com a fundamentação jurídica daquilo que eu hoje aqui vou proferir. ----------

---------- Atendendo a que o protocolo número quatrocentos e quarenta e quatro de dois mil e vinte e seis, celebrado entre a Câmara e a LPDA no dia três de junho, doravante o protocolo, altera a forma de gestão das colónias felinas do Concelho, não deveria o regulamento seiscentos e seis/dois mil e dezanove, doravante o RCCG, ter sido revisto antes e não depois? ----------

---------- A revisão foi aprovada por esta Assembleia em dois mil e vinte e cinco. Passou mais de um ano. Continua sem resultado público, mas o protocolo que depende desse mesmo regulamento já está assinado. A sequência é no mínimo estranha. Acresce que o Município foi recentemente notificado pelo Provedor de Justiça de que a resposta dada no âmbito da qucixa sobre o RCCG suscitou dúvidas adicionais. Foi solicitada nova pronúncia. O regulamento continua sob escrutínio externo. Mas o protocolo que nele assenta foi celebrado como se nada se passasse. Por isso pergunto: não deveria a revisão ter sido concluída antes da celebração do Protocolo? A Câmara Municipal pode celebrar protocolos, mas não pode substituir, por via contratual, a revisão de um regulamento cuja alteração depende desta Assembleia. ----------

---------- Continuando. O protocolo obriga o Município a informar os cuidadores, tratadores e apanhadores registados das ações protocoladas com a LPDA e da disponibilidade da mesma para integrar a estrutura. Peço que retenham este ponto. O Município compromete-se a informar os cuidadores depois da assinatura. Mas, passadas várias semanas, continua a não ser conhecida qualquer comunicação formal sobre a implementação prática do protocolo. Quanto aos valores previstos no protocolo limito-me a uma observação. Os montantes destinados à alimentação, desparasitação e vacinação de colónias são manifestamente reduzidos, ridículos até, quando

comparados com os custos reais suportados pelos cuidadores. Recordo ainda que a legislação nacional atribui à entidade promotora do programa a responsabilidade pelas despesas associadas à manutenção das colónias. Por isso, a questão mantém-se: como foram calculados os valores e quem suporta os custos que o protocolo não cobre? Solicitei ao Município os documentos que fundamentam o protocolo. A resposta veio acompanhada apenas da proposta de deliberação, de uma informação interna e do próprio Protocolo. E uma frase final: "Não dispomos de outra documentação, para além da ora fornecida." O Município disse-o. Não fui eu.----------

----------Da documentação disponibilizada não resultam critérios de seleção das noventa e três colónias, memória de cálculo dos valores previstos ou elementos que permitam compreender como se chegou às decisões tomadas. E há mais. A portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete, que regula o programa CED, prevê duas formas de atribuição da respetiva gestão. Da documentação disponibilizada pelo Município, não consigo perceber qual delas foi seguida. Se a gestão foi atribuída por iniciativa da Câmara, gostaria de saber que outras organizações de proteção animal foram consideradas. Se foi atribuída mediante proposta da LPDA, gostaria de conhecer essa proposta. Porque, neste momento, nenhuma dessas respostas resulta da documentação disponibilizada. E há outro problema. Neste momento, coexistem dois instrumentos distintos para regular a mesma realidade. O RCCG e o Protocolo. Dois instrumentos, a mesma matéria com soluções diferentes. Isto não é uma mera sobreposição administrativa. É uma contradição prática. E, num Estado de Direito, um protocolo não substitui um regulamento.----------

----------E, já agora, uma cláusula merece atenção. O Protocolo obriga a LPDA a guardar sigilo sobre informação e documentação relativa ao Município durante cinco anos após o termo do contrato. Estamos a falar de um programa público, financiado com dinheiros públicos, executado em espaço público, relativo à gestão de colónias de gatos errantes. Por isso pergunto: que informação é considerada suficientemente sensível para justificar uma obrigação de sigilo desta natureza? Porque há uma contradição curiosa. Publicita-se o contrato, mas sela-se a execução.---

---------- Para terminar, deixo três requerimentos: ----------

---------- Primeiro. Que a Assembleia solicite formalmente à Câmara a exibição integral do processo administrativo que conduziu à proposta de deliberação quatrocentas e dezanove/dois mil e vinte e seis, incluindo, se existir, a proposta da LPDA referida na portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete. ----------

---------- Segundo. Que a Assembleia recomende a suspensão do protocolo quatrocentos e quarenta e quatro, de dois mil e vinte e seis, até que as questões de fundamentação, participação, igualdade e competência aqui suscitadas sejam devidamente esclarecidas. ----------

---------- Terceiro. Que a Assembleia solicite ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos de duas questões concretas. Que outras organizações de proteção animal foram consideradas antes da escolha da LPDA? E com que base, em que critérios e cálculos foi fixado o montante de vinte mil euros? ----------

---------- A questão que hoje trago não é sobre gatos, é sobre as decisões deste Município são tomadas com explicação ou sem ela. Com fundamento ou sem ele. Com consulta ou sem ela. Com transparência ou sem ela. E é também saber se aquilo que esta Assembleia decide pode depois ser alterado por outra via. ----------

---------- Muito obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Dou agora a palavra a cada um dos grupos políticos municipais, querendo. Quem pretende usar da palavra? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor." ----------

4.2. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Muito rapidamente para saudar a participação do público. Como já previa, haverá pouca participação, uma vez que a hora foi adiantada em relação à revisão do Regimento anterior.

É sempre difícil, da maneira como as coisas estão, fazer algum comentário, porque nós não sabemos a resposta da Câmara que devia ser primeira, devia ser antecipada à dos Deputados. ----

----------E, portanto, saudar só a participação da cidadã em relação à questão do bem-estar animal. Concordamos com a visão, achamos que já era tempo de o Regulamento das colónias ser revisto e gostávamos que isso fosse uma realidade a curto prazo, e gostaria de saber, por parte do Senhor Vice-Presidente, o que é que falta para, de facto, isto ser uma realidade.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais algum dos senhores deputados pretende usar da palavra? Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)."----------

4.3. A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

----------"Muito obrigada.----------

----------Agradecer a participação da munícipe e requerer formalmente à Senhora Presidente que agende, de uma vez, a reunião em sede de Comissão com o Senhor Vereador, a propósito desta matéria, já aqui solicitada por vários partidos políticos. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém pretende usar da palavra? Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor." ----- ----------

4.4. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte:----------

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Como sempre, a Iniciativa Liberal agradece a participação dos munícipes e aguarda os comentários do Senhor Vice-Presidente, dado que ele fala depois nós. Portanto, temos de aguardar

o que é que ele tem para dizer. ----------

---------- Obrigada." ----------

4.5. A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Mais ninguém pretende usar da palavra? Senhores deputados, da parte da Mesa, a Mesa irá marcar uma conferencia da segunda Comissão, que tem a ver com o bem-estar animal. Irá marcá-la brevemente.----------

---------- Senhor Vice-Presidente, pretende usar da palavra?" ----------

4.6. O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, com a sua autorização, eu ia passar a palavra ao Vereador Nuno Neto, depois eu digo uma coisa no final."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito bem. Faz favor, Senhor Vereador Nuno Neto."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhor Vereador, por favor."----------

4.7. O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos:----------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora Munícipe.----------

---------- Sobre a questão da implementação do Protocolo, dizer que foi assinado recentemente e estamos em fase de implementação do mesmo. Prevê-se uma visita a cada colónia com o elemento da LPDA que fará a articulação e a implementação dos apoios a conceder com o médico veterinário municipal. E essa visita tem como objetivo esclarecer cada cuidador de colónia dos apoios a que tem direito, a verificação do estado sanitário de cada um dos animais e a verificação das condições da colónia. E a implementação desta forma garantirá que a informação a transmitir a cada cuidador relativamente à sua colónia é transmitida de forma partilhada entre a Câmara

Municipal e a LPDA.----------

----------Esclarecer também, no que se refere ao valor que, conforme resulta do texto do Protocolo, estão previstos vinte mil euros. E recordo que assinámos o Protocolo em junho deste ano e, portanto, o valor calculado foi calculado como sendo o valor adequado para a implementação do Protocolo no primeiro ano de vigência. Mas também se refere no Protocolo que o valor será ajustado em função das necessidades em cada ano. E, portanto, naturalmente, com a boa-fé que existe entre as duas instituições (Câmara Municipal e LPDA) não sobrará despesa para a LPDA com esta transferência de competências ao nível operacional na implementação dos apoios. ----- ----------

----------Referir também que há questões por responder que se referem a um assunto que é paralelo ao Protocolo, que é a questão do Regulamento. E considerando que a senhora munícipe tem questionado a validade legal do documento, essas questões têm sido respondidas pelo Gabinete Jurídico, que é quem responde pela validade legal de documentos municipais. No mais, estou, como já afirmei, disponível para, no momento em que for marcada a reunião com os senhores deputados, prestar todos os esclarecimentos que entendam e fornecer todas as informações que se mostrem necessárias e adequadas. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vereador. De nada. muito obrigada. ----------

----------Assim sendo vamos continuar os nossos trabalhos."----------

5. PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

5.1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro (os documentos relativos a esta Informação Escrita ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Quem pretende inscrever-se relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos? Faz favor. Quem pretende inscrever-se? Ninguém... Então... Pretende inscrever-se? Faz favor, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** interveio e disse o seguinte: ---

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Queria abordar alguns temas no âmbito da Informação do Presidente.----------

---------- O primeiro é o tema da mobilidade. Continua a dominar a lógica rodoviária, porque continua a existir um desequilíbrio tão grande entre investimentos em novas infraestruturas rodoviárias e investimento em mobilidade ativa quando os objetivos climáticos e de sustentabilidade apontam precisamente no sentido contrário. A secção de mobilidade é uma lista enorme de variantes, vias, rotundas, parques de estacionamento em desenvolvimento, etc. Em contraste, as referências a mobilidade suave resumem-se essencialmente à ciclovia Nova Oeiras/ estação da CP, ciclovia Algés/Jamor e ao prolongamento da via de distribuição principal com ciclovia. E, portanto, gostaria de saber o porquê destas opções. ----------

---------- Em segundo lugar, o estacionamento na Quinta Real de Caxias. O processo nunca veio à Assembleia Municipal de Oeiras. Eu gostaria de sugerir que fosse agendado um Ponto de Ordem sobre este tema numa próxima Assembleia, ou a discutir em reunião da Comissão de Ambiente, para que sejam remetidos aos deputados todos os documentos sobre este projeto. Que seja esclarecido qual é o ponto da situação do mesmo e se a Câmara Municipal já tem os pareceres obrigatórios da APA e da CCDR com a concordância deste parque de estacionamento na zona da Quinta Real de Caxias. ----------

---------- Também já que estamos a falar da Quinta Real, perguntar o que é que se passa com o Hotel Real de Caxias, porque há dois anos que visitámos o projeto Revive para transformação num hotel, e de que maneira é que a Câmara Municipal está a acompanhar o processo, porque a

degradação local continua e há dois anos que diziam que "agora é que é", "agora é que é" mas, na verdade, continua a não ser.----------

----------Depois, relativamente à participação pública que é praticamente invisível neste relatório. Uma das coisas que mais salta à vista, é aquilo que, de facto, não aparece. Há centenas e centenas de páginas de atividade municipal, mas praticamente nada sobre participação pública, fóruns de cidadãos, processos deliberativos, orçamento participativo, consultas públicas, etc. E relembro que algumas destas coisas estavam no programa do INOV.----------

----------Também relativamente à transparência e controlo de empresas municipais, o Gabinete de Auditoria refere vários incumprimentos de prazos por parte das entidades participadas. Que ações tomou então este gabinete e o Executivo para que isto não volte a acontecer no futuro relativamente a empresas municipais?----------

----------Depois, perguntar em relação à ponte pedonal de Algés quando estará terminada e se será aberta ou não para o NOS Alive para utilização.----------

----------Também referir, finalmente, os gastos excessivos da contratação pública realizada durante este período. Edificio Fórum municipal, arquitetura de interiores, oito milhões de euros, mais um milhão para aquisição de equipamentos de rede para o Município, para o Fórum municipal. Aquisição de prestação de serviços, desenvolvimento da plataforma E-VERDE por dezoito mil euros, sem referir sequer de que se trata esta plataforma em trezentas e cinquenta e uma páginas de relatório. Aquisição de serviços de realização de refeições tipo churrasco, quarenta e nove mil euros. Aquisição de bonés e polos Oeiras Valley para o golfe, seis mil euros. Aquisição de aguardente, dezoito mil euros. Colocação de estrutura de outdoors e produção de cartazes e mupis, dezassete mil mais trinta e sete mil euros.----------

----------Muito obrigada, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

---------- Senhora Deputada, faz favor." ----------

---------- A **Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Muito boa tarde, Senhora Presidente da Assembleia. Senhor Vice-Presidente, excelentíssimos senhores aqui presentes e público a assistir remotamente. ----------

---------- Relativamente ao documento de Informação do Senhor Presidente à Assembleia Municipal, temos a assinalar que nem sempre maior número de páginas corresponde a mais ou melhor informação. Acreditamos que os serviços dispõem de meios que poderiam conduzir a um documento de informação com melhor qualidade se esse fosse, de facto, o objetivo deste Executivo. ----------

---------- Iniciámos a nossa análise pela mensagem do Senhor Presidente, onde o mesmo nos informa que, no dia quinze de abril, teve lugar a instalação da tão desejada e demorada ponte pedonal no Dafundo. Constatamos porém, que não adianta uma data para quando se estima que esta poderá vir a ser utilizada. Na prática, ficamos na mesma. Aproveitamos ainda assim para questionar, como este funcionamento virá a conviver com a realização dos eventos de forma a impedir a acumulação de um número excessivo de peões que possa pôr em causa a segurança de todos. ---------- ----------

---------- Relativamente a pedidos de reunião e audiência recebidos pelo GAP, saudamos a inclusão da informação de quantos dos pedidos dos munícipes foram satisfeito ou concretizados e, sem surpresa, verificamos que para cento e setenta e sete pedidos, foram concretizadas quarenta e cinco audiências, o que nos parece um valor diminuto. ----------

---------- Quanto à informação sobre processos judiciais que envolvem a Câmara mantém-se a ausência de informação sobre qual o litígio envolvido nas dez ações judiciais iniciadas no período.

---------- Já relativamente à atividade da divisão administrativa e contraordenações da Polícia Municipal, é incluída a informação sobre o número de processos iniciados e o número inferior dos que ficaram concluídos, o que traduz uma dinâmica de acumulação de processos que vão ficando

para trás, e que continuamos sem saber qual é o número total. ----------

----------Na informação prestada sobre as ocorrências reportadas pelo Meu Bairro verifica-se a mesma tendência: a velocidade de entrada de ocorrências continua a ser significativamente superior à de conclusão, o que nos permite a ideia de que o bolo se avoluma cada mês que passa o que, aliás, adere perfeitamente às informações que vamos tendo de contactos com munícipes que manifestam frequentemente demora ou ausência de respostas. Estes dados traduzem dificuldade ou mesmo incapacidade do Município em atender ou solucionar em tempo útil as queixas ou dificuldades dos munícipes, e que se vai agravando à medida que o tempo passa. Na ausência de uma figura independente como seria o provedor do munícipe, ou o portal municipal de participação cidadã propostos pela Iniciativa Liberal e rejeitados pelo INOV, os munícipes sentem-se cada vez mais abandonados e sem respostas, quando são postos perante dificuldades. ----------

----------Relativamente à informação sobre a execução orçamental da receita, gostávamos de salientar que, relativamente à previsão de receita do IMI, o valor que já era previsto era já de quarenta por cento mais em relação ao de vinte e cinco. E sofreu ainda uma correção em alta de mais cinco por cento. Portanto, o saque infligido aos oeirenses e que agora o Executivo simula surpresa e boas intenções de futuro ajustamento em sede de benefícios fiscais, correspondeu ao pretendido pelo Executivo e era já conhecido do mesmo. Cinquenta por cento dos setenta milhões de euros de incremento previsto na receita da autarquia provêm dos aumentos de receita do IMI e do IMT. Por outro lado, o valor previsto cobrar pela derrama tem uma queda de quinze por cento, o que não condiz com a imagem do Município que floresce a nível económico, uma vez que a taxa não desceu. Qual a justificação para esta quebra de receita? ----------

----------Para finalizar, gostava de solicitar..."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Terminou o seu tempo, Senhora Deputada."----------

----------**A Senhora Deputada Marina Pereira (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o

seguinte: -- ----------

---------- "... só a informação detalhada sobre os valores cobrados para a taxa turística em anos anteriores." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, peço desculpa, mas isto é igual para todos. Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faz favor." ----------

---------- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção: -------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Da leitura da Informação Escrita do Presidente gostaria de colocar algumas questões sobre matérias que consideramos particularmente relevantes para a qualidade de vida dos oeirenses. - ----------

---------- Começamos pelo bem-estar animal e o prémio PET Friendly. Gostaria de colocar uma questão específica. Durante anos, foi referido existirem cerca de três centenas de colónias de gatos no Concelho, no entanto, o protocolo recentemente celebrado com a LPDA (Liga Portuguesa dos Direitos do Animal) abrange apenas noventa e três colónias estabilizadas. Gostaríamos de saber o que aconteceu às restantes colónias identificadas e por que razão não se encontram abrangidas por este modelo de acompanhamento. ----------

---------- Relativamente à habitação, importa perceber quantas habitações municipais entrarão efetivamente em utilização até ao final de dois mil e vinte e seis, quantas famílias permanecem em lista de espera, qual o número atual de candidaturas ativas e que respostas estão a ser preparadas para jovens e famílias de classe média que não conseguem aceder nem à habitação municipal, nem ao mercado privado. ----------

---------- No domínio das alterações climáticas, gostaríamos de conhecer o ponto de situação do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, as medidas previstas para proteger a população durante ondas de calor e as metas definidas para a redução do consumo de água nos

espaços verdes municipais.----------

----------No âmbito da economia circular e gestão de resíduos, perguntamos qual foi a adesão ao serviço gratuito de recolha de grandes eletrodomésticos, se existem dados que demonstrem uma redução das deposições ilegais e qual o ponto de situação da recolha de biorresíduos no Concelho.

----------Relativamente à transparência e às entidades participadas, o relatório refere atrasos na entrega de informação por diversas entidades municipais e participadas. Como avalia o Executivo estes incumprimentos e que medidas pretende adotar para reforçar a Prestação de Contas e o cumprimento atempado dos deveres de informação?----------

----------Relativamente aos relatórios do Tribunal de Contas sobre a nomeação de dirigentes em regime de substituição, gostaríamos de saber que conclusões retirou o Executivo, se foram implementadas recomendações e se houve alterações de procedimentos.----------

----------E, finalmente, uma nota sobre o futuro regulamento municipal para o exercício da atividade de caravanismo e autocaravanismo. Está prevista a criação de áreas específicas de estacionamento e de zonas de serviço? Houve auscultação das associações representativas do setor durante a elaboração do regulamento?----------

----------Obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Mais alguém? Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

----------"Senhora Presidente.----------

----------No que concerne à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, colocamos aqui duas questões.----------

----------Primeiro, face ao recrutamento. Solicito uma resposta ao Executivo Camarário se os procedimentos concursais atualmente em curso no que concerne aos onze dirigentes que visam

colmatar as situações identificadas pelo Tribunal de Contas, bem como qual é o ponto de situação em concreto face à regularização destas nomeações. Tendo sido tornado público pelo Tribunal de Contas, cito: "Uma ilegalidade generalizada e prolongada na nomeação de dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras, nomeadamente a ocupação de cargos de chefia em regime de substituição sem a abertura dos respetivos concursos públicos" considero fundamental, enquanto Deputado Municipal, obter um esclarecimento claro por parte do Senhor Vice-Presidente sobre esta matéria nada clarificada na Informação Escrita do Senhor Presidente face aos procedimentos concursais.

---------- Segunda questão: investimentos. Gostaria de saber como estão as verbas municipais adiantadas a título do Portugal vinte/vinte face aos projetos que não foram concluídos por estarem desertos ou incumpridos quanto aos prazos de conclusão como é o caso da FMH (Faculdade de Motricidade Humana) com um ponto seis milhões de euros a render juros aos anos na sua conta. A situação não foi imputável à Câmara relativamente ao procedimento, uma vez que foi imputável, portanto, ao concurso ter ficado deserto, neste caso a FMH mas, logicamente, há ali dinheiro camarário, ao qual tem de se dar aqui uma explicação. ----------

---------- A fim de beneficiarem logicamente, agora, do Portugal vinte/trinta - logicamente, estas entidades vão continuar com o dinheiro nas suas contas - e perguntamos se estão acauteladas estas recandidaturas, tendo presente estes milhões que estão logicamente ali a renderem juros e que não sabemos ao certo se irão ou não ter o fim pretendido. Contudo, é de honrar os mais de trinta investimentos do Portugal vinte/vinte em Oeiras que foram cumpridos com êxito. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado.----------

---------- Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25) e depois o Senhor Deputado Jorge Rato (PS)."------ ----------

---------- O **Senhor Deputado Alexis Gonçalves (INOV25)** fez a seguinte intervenção:--------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Mais uma vez cumprimento em si a Mesa, o Executivo, os Deputados, os serviços técnicos e quem nos está a ouvir. ----------

----------Está aí o Senhor Vice-Presidente para responder a uma série de questões que foram colocadas, mas há uma que eu gostaria de responder diretamente à Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO). Os dezoito mil euros que existem em bagaço não é para a Câmara Municipal de Oeiras fazer farras e andar a dar bagaço a toda a gente. Não sei se a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO) sabe, mas para se fazer Vinho de Carcavelos, existem três castas. É a casta do arinto, que leva setenta por cento; temos o ratinho, que são mais vinte por cento, cerca de vinte por cento; a galega dourada, que são nove por cento e temos o bagaço que é cerca de um por cento. Por isso, a Câmara Municipal de Oeiras necessita de comprar bagaço para a produção do Vinho de Carcavelos. Pode-se tentar que alguém nos ofereça o bagaço, mas até agora, nós não conseguimos, por isso a Câmara de Oeiras terá de continuar a comprar o bagaço. ----------

----------Disse, Senhora Presidente."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Senhor Deputado Jorge Rato (PS)." ----------

----------O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, muito obrigado. ----------

----------Acerca da Informação Escrita do Senhor Presidente, relativa a abril e maio de dois mil e vinte e seis, nomeadamente quanto à Direção Municipal de Educação Desenvolvimento Social e Cultura, o Partido Socialista identifica um conjunto de questões que nos suscitam pedidos de esclarecimento. ----------

----------Primeiro. A monitorização do pessoal não docente das escolas indica uma necessidade constante de substituições e de corrigir lacunas reconhecendo que a rede escolar opera no limite da sua capacidade de recursos humanos. Perguntamos: qual o plano de contingência para responder

às crescentes necessidades de substituição e qual a formação específica que será ministrada a estes novos recursos?----------

---------- Segundo. Em resultado de vistorias realizadas, conclui-se ser necessário intervenções estruturais urgentes em equipamentos e instituições parceiras. Que estratégia será seguida para garantir a segurança das crianças que frequentam estes estabelecimentos? ----------

---------- Terceiro. Relevando uma expressiva taxa de apoio ao associativismo, a vertente de RAAD (Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo de Oeiras), obras e equipamentos, demonstra uma execução crítica na melhoria física das sedes e recintos desportivos. Perguntamos: o que justifica a taxa de execução de apenas dez por cento? E como pensa o Executivo acelerar os processos de licenciamento e manutenção estrutural?----------

---------- Quarto. Na área do turismo, o grau de execução estava a trinta e um de maio em cerca de dezanove vírgula dois por cento. Perguntamos: está a estratégia do turismo excessivamente concentrada na gestão de eventos pontuais e na época alta? Como se pretende planear e sustentar a atração turística fora desta janela temporal? ----------

---------- Quinto. As bibliotecas municipais revelam níveis de afluência e procura, e um número de iniciativas muito relevante. Mas é reconhecido que existem fragilidades na modernização física das bibliotecas de Linda-a-Velha e Algés devido a uma tramitação muito lenta dos processos de obras. O que está pensado para, rapidamente, acelerar os projetos e as intervenções necessárias para colmatar a falta de conforto térmico destes espaços?----------

---------- Sexto. No que concerne às bibliotecas escolares e em face da informação disponibilizada, pergunta-se de que forma se acautela o plano de expansão previsto dada a urgência de aquisição de mobiliário. ----------

---------- Senhora Presidente.----------

---------- Aguardamos a resposta às questões colocadas esclarecendo assim algumas das afirmações que a Informação Escrita contém. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende... Faz favor, Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25)." --

----------O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (INOV25)** fez a seguinte intervenção:---------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente. Em si cumprimento todos os presentes e também quem nos assiste à distância.----------

----------O período em análise da Informação Escrita do Presidente evidencia algo muito claro e que, muitas vezes, parece que a oposição não consegue perceber: que Oeiras está com uma forte intensidade de atividade, destacando sempre, e nesta minha intervenção, duas grandes áreas. A primeira, a dinamização do território através de eventos, bem como a capacidade de resposta de uma estrutura municipal com a dimensão, a exigência e a complexidade inerentes a um Concelho com uma dinâmica que Oeiras tem.----------

----------Em primeiro lugar, no que respeita aos mercados, às feiras e aos eventos, o Município aposta de forma muito clara na utilização do espaço público como instrumento de política económica, cultural e social. Destacam-se iniciativas estruturantes como as Festas de Oeiras dois mil e vinte e seis e o próprio programa Somersby Hot Jazz dois mil e vinte e seis que refletem uma estratégia consistente de promoção do Concelho e de valorização do espaço público como fator de atratividade económica e turística. ----------

----------Esta opção tem tradução operacional significativa. Por exemplo, a Polícia Municipal realizou neste período seiscentas e trinta e três ações de fiscalização municipal e trezentas e vinte e seis ações de vigilância urbana, evidenciando assim, a dimensão de logística e de segurança também associada à realização de eventos, da gestão da circulação e ocupação do espaço público.

----------Por outro lado, nos próprios mercados municipais, que já foi aqui nesta Assembleia também abordado, observa-se uma estratégia de diversificação e de modernização com forte

ligação à sustentabilidade e à economia de proximidade. Destaca-se a continuidade, por exemplo, da parceria Foodlink - Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa que reúne quarenta e dois (quarenta e dois...) parceiros entre as entidades metropolitanas da CCDR, universidades e municípios com o objetivo de promover, até dois mil e trinta, um sistema alimentar mais sustentável, reduzindo a pegada carbónica, o desperdício alimentar e reforçando a lógica da proximidade. Este trabalho é complementado por iniciativas concretas como a integração do ponto de recolha da Cooperativa Fruta Feia, no Mercado de Oeiras, contribuindo para o combate ao desperdício alimentar. Para além disso, os próprios mercados municipais têm sido palco de uma atividade muito intensa e diversificada com dezenas de iniciativas de carácter económico, cultural e comunitário, como, por exemplo, o Território Criativo, o Mercado Pop Up, o Mercado do Bairro, Artes e Sabores, Vinhos e Petiscos, entre outros. No seu conjunto, estamos perante um ecossistema com elevada rotatividade de iniciativas que transforma os mercados em espaços híbridos de consumo, cultura e coesão social.----------

---------- Paralelamente, a dimensão dos recursos humanos revela uma organização altamente ativa, exigente e permanentemente mobilizada. Regista-se a realização de duzentos e trinta e cinco contratos em apenas dois meses, o que demonstra um elevado nível de atividade administrativa e de resposta operacional. Acresce também a apreciação de duzentas e oitenta e uma propostas em seis reuniões de Câmara, o acompanhamento de cento e oitenta e oito processos judiciais e a integração de setenta e cinco novos trabalhadores em ações de acolhimento e formação. Também é de destacar como bastante positivo o investimento em formação, ética e integridade, bem como a qualificação e acolhimento de novos trabalhadores. ----------

---------- É por tudo isto, Senhora Presidente (e vou terminar), que Oeiras afirma-se hoje como um município com forte capacidade de intervenção pública, altamente orientado para eventos, para a dinamização económica e para a execução contínua de políticas no terreno no contexto do Concelho de Oeiras. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais alguém pretende intervir? Não? Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente. Faz favor." ----- ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, o Executivo responderá por escrito a todas as questões." --------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

----------Sugeria que fizéssemos agora um pequeno intervalo, para depois regressarmos." -----

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, peço desculpa, nós ainda temos tempo para intervir caso se queira intervir. Na tabela de tempos. Neste Ponto de Ordem."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Sim, mas quer intervir?" ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: ----------

----------"Queria lamentar dois pontos. ----------

----------Primeiro, porque esta já é uma das várias reuniões ordinárias que nós temos para discutir a Informação do Presidente... Eu acho que é a quarta Informação Escrita deste mandato e sistematicamente o Senhor Presidente da Câmara, que é responsável pela elaboração deste documento, nunca está presente nesta Assembleia para falar com os deputados. E hoje ainda temos a surpresa do Senhor Vice-Presidente, com a pressa de ir ver o jogo de Portugal não querer responder aos senhores deputados. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- "Fazemos então agora... Pretende usar da palavra? Faz favor." ----------

---------- A **Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Era para fazer um requerimento oral acerca de todas as perguntas que eu coloquei e que não foram respondidas.----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Para fazer?"----------

---------- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** respondeu o seguinte:----------

---------- "Um requerimento oral. Para me responderem depois por escrito." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Mas fez o requerimento oral, essas questões que colocou."----------

---------- A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** esclareceu o seguinte:----------

---------- "Eu coloquei para me responderem. Como não foi respondido..." ----------

---------- **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Certo, mas o Senhor Vice-Presidente já disse que iria responder a todas as questões por escrito, não foi isso que foi dito?" ----------

---------- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

---------- "Eu não estou a dizer que impede, Senhora Deputada. Nem a Senhora Deputada é defensora da outra Senhora Deputada que falou. Não é defensora oficiosa dela."----------

---------- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----------"Portanto, Senhora Deputada, é assim... Pronto, é, é. Mas a Senhora Deputada não tem que... Eu estou a falar com a Senhora Deputada que requereu e não consigo, porque a Senhora Deputada não requereu nada. Portanto.., é isso. Se a Senhora Deputada quiser fazer, até por escrito pode fazer, e apresenta. Não tem... Mas está à vontade. ----------

----------Podemos fazer agora algum intervalo ou querem continuar? Se quiserem..."----------

----------**APRECIADA** ----------

----------**Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Pronto, então fazemos um intervalo de cinco minutos. Fazemos um intervalo de cinco minutos."-- ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente, posso? Eu acho que podíamos fazer o intervalo e depois rapidamente ter a votação da urna, porque assim, quando chegarmos do intervalo...." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Vamos fazer um intervalo de cinco minutos." ----------

----------**INTERVALO** ----------

----------A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo. -- ----------

5.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 542/2026 – DMAG/DFP/DPOC – relativa à Prestação de Contas Consolidadas 2025 (os documentos relativos a esta proposta ficam arquivados, como anexos na pasta desta Sessão) ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos com o ponto dois.--------

---------- Quem pretende usar da palavra? Faz favor, Senhor Deputado. Faz favor."----------

---------- O **Senhor Deputado Pedro Martins (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, em si cumprimento todos os presentes e aqueles que assistem remotamente, em direto ou em diferido. ----------

---------- Analisar e discutir as contas consolidadas do Município de Oeiras pode ser um tema enfadonho, até porque está calor e a seleção está a jogar. Falar dessa análise em poucos minutos será sempre um exercício quase impossível. Como tal, e dado que estamos quase todos a pensar no mesmo, deixo as nossas conclusões em jeito de comentário técnico-tático.----------

---------- Quando analisamos as contas consolidadas do Município, tal como nossa seleção de futebol, elas parecem-nos quase irrepreensíveis no papel do ponto de vista técnico. Em teoria, quase nada a apontar. Contudo, quando passamos ao jogo jogado, as nossas conclusões são outras. As apostas em termos de estratégia técnica e tática são completamente opostas às que o Grupo Evoluir Oeiras defende e, como tal, não podemos acompanhar o documento. ----------

---------- A defesa do Município continua com uma organização demasiado rígida ao falhar nas rápidas e necessárias adaptações às alterações climáticas. O meio campo, ao apostar tudo em táticas ultrapassadas, como a do ferrolho automóvel ou a falta de transportes públicos alternativos, demonstra uma quase total falta de mobilidade. Finalmente no ataque, continuamos a depender de um único elemento com mais de quarenta anos de práticas e políticas falhando em ambição e capacidade de marcar golos. Pelo contrário, precisamos de mais qualidade de vida, menos trânsito automóvel, mais eixos verdes, ciclovias e menor crescimento da densidade habitacional de luxo, que em nada resolve os problemas atuais de habitação. ----------

---------- É tempo de fazer mais, ser mais criativo e olhar em frente para fazer o que ainda não foi feito. Contudo, quando procuramos detalhar o aspeto técnico das contas consolidadas não podemos deixar de ficar preocupados com as reservas e com a cuidada escolha de palavras efetuada pelo auditor externo. Depois, há algumas pontas soltas. Dos quase cinquenta milhões do contrato

de concessão com a E-Redes, às dúvidas levantadas, tal como em relação às contas consolidadas de dois mil e vinte e quatro em relação ao SIMAS e à separação Oeiras/Amadora.----------

----------Finalmente e, tal como em exercícios passados, continua a ser caricato que o auditor externo tenha que novamente voltar a descrever a incapacidade do Município que se diz o mais desenvolvido do país em regulamentar contabilisticamente as suas produções agrícolas, em concreto o vinho a granel. Sabemos que o INOV bem tem tentado desviar as atenções do tema dos custos excessivos com este tipo de bebida alcoólica e almoços de trabalho, mas quando até o auditor externo teima em trazer o tema para cima da mesa, não digam depois que a culpa é do Evoluir Oeiras. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Mais alguém pretende inscrever-se neste ponto? Faz favor, Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN)." ----------

----------A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** interveio e disse o seguinte: -----

----------"Senhora Presidente. ----------

----------A Prestação de Contas consolidadas constituem um instrumento essencial de transparência, permitindo conhecer a realidade financeira do grupo municipal como um todo e não apenas a situação isolada do Município. O PAN reconhece o trabalho técnico desenvolvido pelos serviços e o cumprimento das obrigações legais da consolidação das contas, contudo não podemos ignorar que a certificação legal das contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, não é uma certificação sem reservas. O auditor mantém uma reserva relacionada com a valorização dos inventários do vinho do Município, num montante próximo de um vírgula sete milhões de euros, referindo que continua a não ser possível apurar com o rigor necessário os custos de produção, envelhecimento e engarrafamento, em virtude da inexistência de um sistema adequado de

contabilidade analítica. Mais do que a questão do vinho em si, preocupa-nos aquilo que a situação revela sobre o mecanismo de controle interno e sobre a capacidade de monitorização do património municipal com valor significativo. ----------

---------- Gostaríamos, por isso, de saber que medidas concretas foram adotadas durante dois mil e vinte e cinco para corrigir esta situação e quando prevê o Município eliminar definitivamente esta reserva das suas contas.----------

---------- Por outro lado, verificamos uma crescente transferência de competências para entidades participadas, designadamente empresas municipais, que assumem hoje um papel cada vez mais relevante em áreas como a mobilidade, o estacionamentos, os transportes e a gestão de serviços públicos. Esta realidade exige níveis acrescidos de escrutínio, transparência e Prestação de Contas, tanto mais quando já tivemos conhecimento de atrasos na prestação de informação por parte de algumas entidades do universo municipal.----------

---------- Assim, reconhecendo o trabalho realizado e a conformidade global das demonstrações financeiras, mas entendendo que subsistem reservas e questões que merecem esclarecimentos e acompanhamento, o PAN optará pela abstenção nesta proposta. ----------

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Senhora Deputada Anabela Brito (IL)."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- As contas consolidadas hoje em apreciação revelam a existência de três grandes entidades municipais: Oeiras Viva, Parques Tejo e Municípia. Para a Iniciativa Liberal a proliferação de empresas municipais deve ser estritamente contida, porque cada nova entidade significa mais despesa, mais opacidade e mais distância entre o dinheiro dos contribuintes e o seu

uso efetivo. ----------

----------Comecemos pela Oeiras Viva. Registou um resultado líquido negativo de cerca de trezentos e vinte e seis mil euros com os fornecimentos e serviços externos a representarem uns brutais setenta e um por cento do volume de negócios. E não é só o resultado. A solvabilidade caiu para zero vírgula setenta e três, o que significa que a empresa já não consegue cobrir o seu passivo com meios próprios. Numa ótica liberal, atividades culturais e desportivas devem ser prestadas por privados, através de concessões transparentes e competitivas e não por entidades públicas que acumulam prejuízos crónicos suportados pelos munícipes. ----------

----------Vejamos agora a Parques Tejo. É verdade que apresentou lucro, mas um lucro inferior ao de dois mil e vinte e quatro, e isto apesar de continuar a receber contratos-programa pagos pelo próprio Município. Ou seja, o resultado positivo não decorre da eficiência da empresa, mas da transferência de recursos públicos.----------

----------E há a Municípia, que evidencia a mesma distorção de forma ainda mais clara. O seu lucro cresceu, mas o negócio real da empresa, o seu volume de negócios, reduziu. O que sustentou o resultado positivo não foi o mercado, foi um subsídio à exploração injetado pela Autarquia. Tirem o subsídio e o resultado positivo desaparece.----------

----------Três empresas, um único padrão: lucros artificiais sustentados não pela eficiência, mas pela injeção de dinheiro público. E há um ponto essencial, o dinheiro sai sempre do mesmo sítio: dos impostos dos cidadãos. O Município arrecadou cerca de duzentos milhões de euros em impostos, taxas e contribuições. Um valor elevadíssimo. Mas a máquina pública consumiu pela receita na totalidade e foi mesmo necessário reduzir a liquidez. O saldo de tesouraria teve uma quebra na ordem dos quarenta por cento. ----------

----------O que estas contas mostram é simples: há uma transferência sistemática de fundos do orçamento municipal para sustentar estruturas paralelas, empresas municipais, que revelam degradação de liquidez, ineficiência de custos e dependência crónica de subsídios públicos para

apresentarem resultados positivos. ----------

---------- Para a Iniciativa Liberal, este modelo de governação assente no crescimento do setor empresarial local, no aumento de gastos com pessoal e na escalada dos fornecimentos de serviços externos é errado e insustentável. Defendemos o contrário. Que estas atividades devem estar nas mãos do mercado, que a autarquia deve reduzir a sua intervenção económica e que o excesso de receita fiscal deve ser devolvido aos munícipes através da redução de impostos. Mais empresas municipais significam sempre a mesma equação: mais despesa, mais opacidade, mais distância entre os munícipes e o seu dinheiro.----------

---------- Por tudo isto, a Iniciativa Liberal votará contra esta proposta de contas consolidadas.

---------- Obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada.----------

---------- Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH), faz favor. ----------

---------- O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** interveio e disse o seguinte:

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- Face à apreciação dos documentos financeiros respeitantes à Prestação de Contas consolidadas de dois mil e vinte e cinco o Partido CHEGA irá se abster apenas e só por três razões.

---------- A primeira. É manifesto que a ausência de contabilidade analítica limita de forma significativa a clareza e o rigor na aferição dos custos reais da atividade municipal, impedindo uma avaliação objetiva da eficiência da despesa pública.----------

---------- Também (segundo), a existência de rubricas com valores materialmente relevantes como um ponto sete milhões de euros de inventários e o montante de duzentos e trinta e quatro mil setecentos e uni euros referentes a vinho engarrafado, sem que esteja devidamente esclarecida a sua natureza, fundamentação e enquadramento económico. É só ler.----------

---------- No plano da consolidação de contas, embora se reconheça o enquadramento técnico

no Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas e a integração de entidades como a Oeiras Viva, a Parques Tejo e a Municípia, a existência de diferentes métodos de consolidação associada a uma opinião do auditor e suas reservas que estão tipificadas, exige um acrescido nível de rigor e de elucidação que, todavia, não basta serem suficientes. Contudo, indago, porque é que nenhum dos vereadores fundamentou o seu sentido de voto. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), faz favor." ----------

----------O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** fez a seguinte intervenção: ----------

----------"Senhora Presidente, Senhor Presidente e Executivo, Senhoras e Senhores Deputados.

----------Em primeiro lugar para si, Senhora Presidente, começamos este ponto por lembrar Vossa Excelência que, porque como certamente saberá, este ponto devia ter baixado à Comissão respetiva para devida análise e parecer. Estamos em incumprimento do Regimento nesta Assembleia. ----------

----------O documento de contas consolidadas de dois mil e vinte e cinco vende uma ideia de solidez, mas o ROC obriga a descer à realidade. Uma parte importante da robustez de dois mil e vinte e cinco resulta de arranjos patrimoniais, transferências de competências e correções técnicas que alteram o campo de comparação. Quando o ROC chama a atenção para responsabilidades contingentes significativas, danos patrimoniais extraordinários e reconfiguração institucional de uma das entidades mais sólidas do grupo, o recado é claro: não há espaço para complacência.----

----------A consolidação das contas funciona como um grande cobertor estatístico que disfarça as partes mais débeis. Quando descemos ao perímetro real vemos que nem todas as empresas do grupo respiram com a mesma facilidade. Um grupo público pode mostrar bons rácios consolidados e, ainda assim, conter fragilidades no interior do seu perímetro, sobretudo ao nível da excessiva

tensão da tesouraria, da dívida de curto prazo, resultados degradados e da dependência de financiamento municipal. Nada que o Partido Socialista não tivesse já indicado nas apreciações individuais.----------

---------- Vejamos. Na Parques Tejo, os rendimentos cresceram dezasseis por cento, mas os gastos cresceram vinte e sete por cento. O EBITDA caiu treze vírgula seis por cento, EBIT caiu quarenta e nove vírgula quatro por cento e a liquidez geral degradou-se para menos de metade. O passivo corrente da Parques Tejo agravou-se e a empresa recorreu a financiamento bancário de curto prazo, com uma dívida de financiamentos obtidos a subir para mais de um vírgula um milhões de euros.----------

---------- A Oeiras Viva é, de longe, o caso mais preocupante dentro do perímetro. É uma empresa com deterioração simultânea de vários indicadores fundamentais. Resultado: margem operacional, liquidez e solvabilidade. Uma solvabilidade inferior a um é o tipo de sinal que nenhuma administração séria deveria banalizar, sobretudo num universo empresarial municipal que se pretende exemplar. Para o PS estamos perante duas hipóteses: ou a Oeiras Viva está a ser usada para cumprir missões públicas com um modelo económico estruturalmente mal calibrado, ou então, existe margem significativa de ineficiência e de falta de disciplina na gestão. Em qualquer dos casos, o resultado é o mesmo. A empresa tornou-se o ponto fraco mais explícito do perímetro consolidado. ----------

---------- A Municípia está melhor, mas não necessariamente mais forte. Está melhor, porque gastou menos em subcontratação, porque teve apoio municipal via contrato-programa e porque beneficiou de reversões contabilísticas.----------

---------- O ROC dá relevo à suposta intenção de processo de extinção do SIMAS e à criação de uma solução municipalizada autónoma. A experiência mostra que as reformas institucionais mal calibradas conseguem destruir rapidamente o que anos de estabilidade e competência técnica construíram.----------

----------Senhora Presidente, ----------

----------A arquitetura do controlo não está à altura da narrativa do Executivo. Se juntarmos as peças, o relato e o retrato tornam-se mais turvos. O ROC emite opinião com reservas; o Município não implementou um sistema de contabilidade analítica que permita disponibilizar informação fiável sobre algumas estruturas de custos; existem dezassete vírgula sete milhões de euros de responsabilidades contingentes não aprovisionadas; quarenta e nove vírgula um milbões de euros de ativos contingentes não reconhecidos ligados à concessão da E-Redes, ou sete vírgula dois milhões de euros de correções de exercícios anteriores com reexpressão das contas de dois mil e vinte e quatro. A Oeiras Viva está claramente fragilizada; a Parques Tejo cresce, mas sobre uma liquidez perigosamente estreita; a Municípia melhora, mas com uma qualidade de resultados pouco robusta; os SIMAS de Oeiras e Amadora são fortes, mas entram num processo reorganizativo potencialmente fragilizador.----------

----------Senhora Presidente, ----------

----------No PS, a boa prática pública faz-se com controlo fino, responsabilização e coragem para assumir onde está o problema, antes que ele se torne despesa permanente ou crise reputacional. ----------

----------Votamos contra. Muito obrigado."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

----------Mais algum dos senhores deputados pretende intervir? Faz favor, Senhor Deputado."

----------O **Senhor Deputado Rui Pessanha (INOV25)** interveio e disse o seguinte:----------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------Em relação a este ponto, um ponto prévio, tendo em conta as intervenções que já foram realizadas. Já tivemos ocasião não só de apreciar as contas individuais da Câmara, bem como as diversas contas das empresas municipais. De qualquer modo, estamos neste momento a analisar,

ou a debater, as contas consolidadas do Município referentes a dois mil e vinte e cinco, as quais apresentam, de um modo geral - e a minha intervenção vai ser muito telegráfica e independentemente das intervenções que foram feitas - apresentam, de facto, de um modo geral, uma situação bastante confortável em termos económico-financeiros, nomeadamente com variações positivas acrescidas em relação a dois mil e vinte e quatro. ----------

---------- O perímetro da consolidação que integra a Oeiras Viva, a Parques Tejo, a Municípia e o SIMAS, como já foi referido, apresenta em continuidade uma situação financeira robusta, nomeadamente em relação ao balanço, o qual manifesta globalmente uma evolução que mantém estabilidade. ----------

---------- Igualmente uma breve análise à demonstração de resultados, a qual evidencia um resultado operacional superior ao verificado em dois mil e vinte e quatro. ----------

---------- E, por fim, os indicadores da gestão mantêm-se estáveis, apresentando valores confortáveis, nomeadamente a estrutura financeira através da autonomia, da solvabilidade e da liquidez.--- ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado.----------

---------- Mais alguém pretende intervir neste ponto? Faz favor, Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)."----------

---------- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** fez a seguinte intervenção: ---------

---------- "Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

---------- O nosso comentário também é relativamente breve. ----------

---------- Em primeiro lugar, uma posição que sabemos que é mais de princípio, da nossa perspetiva sobre o universo das empresas municipais. Como é sabido, entendemos que é uma solução que não contribui para a clarificação daquilo que é o serviço público e para a harmonização

de processos, inclusivamente de vínculos do ponto de vista laboral. E, portanto, há aqui uma questão de princípio que não acompanhamos na sua génese. De qualquer modo, é o quadro que temos e, portanto, é sobre esse que temos de nos debruçar. ----------

----------E, naquilo que são as matérias mais formais e financeiras que estão aqui retratadas, não nos levantam objeções e, desse ponto de vista, também saudamos os serviços envolvidos nesta elaboração. ----------

----------Concretamente, alguns aspetos que gostaríamos aqui de destacar, têm a ver com um avanço que foi feito relativamente à celebração de contratos-programa e dou o caso, de facto da Municípia muito debatida em várias oportunidades e que, de certo modo, nos parece que é um passo positivo no sentido de clarificar aquilo que são as competências da Câmara Municipal e do seu universo de empresas municipais, já com resultados que claramente são positivos, também do ponto de vista financeiro. E também aqui saudamos uma decisão recente de reforçar com mais competências algumas atribuições e encomendas, digamos, contratuais da Câmara Municipal para com a Municípia. ----------

----------Naturalmente, o universo que aqui está em causa também tem aqui um ónus significativo que está nas suas margens. É um "elefante na sala" que não está neste documento, porque formalmente não tem de estar, que é a Tratolixo em que, naturalmente, é também uma empresa em que, em termos daquilo que são compromissos para o Município, face à sua elevadíssima dívida, nos levanta também grandes questões e, naturalmente, não podemos deixar de os considerar mesmo que formalmente não estejam neste documento. ----------

----------Neste sentido, e também porque muitas das opções que são tomadas não acompanham as nossas perspetivas de opção política e estratégica, o nosso voto será de abstenção. ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Deputado. ----------

---------- Mais algum dos senhores deputados pretende fazer alguma intervenção sobre este ponto? Não? Dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente."----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, sendo este documento eminentemente técnico, eu peço a sua autorização para que o Senhor Diretor Financeiro, com a licença do Senhor Deputado Nuno Carolo (PS), possa vir responder às questões." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Faz favor. Boa tarde. "----------

---------- O **Senhor Bruno Mouco, Diretor do Departamento de Finanças e Património**, prestou os seguintes esclarecimentos:----------

---------- "Senhora Presidente, muito boa tarde. Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

---------- Um breve esclarecimento relativamente a algumas questões técnicas que foram levantadas pelos senhores deputados e centrando-se no parecer e na certificação legal de contas que foi emitida ao grupo que concorre para a consolidação da conta do Município, só esclarecer o seguinte: -- ----------

---------- Relativamente às observações que o ROC faz sobre o vinho e sobre os inventários, decorre do facto de nós estarmos ainda a implementar a nova solução da AIRC (Associação de Informática da Região Centro) para a contabilidade de gestão que nos permitirá haver, ou fazer registar a produção desde o seu início até à venda da garrafa. Ou seja, neste momento, o Município de Oeiras está a desenvolver todos os esforços para que isso aconteça. Mais informo também que não são muitos os municípios no pals que produzem vinho e também ainda não vi nenhum município do país que tenha registado o vinho nas suas contas. O Município de Ociras, por uma questão de transparência, claro que o regista. Sem prejuízo, claro, de termos a reserva que temos.

---------- Relativamente ao ativo e de acordo com o ênfase, que já não é reserva, do ativo não

registado da E-Redes, esse facto resulta essencialmente pela falta de informação da própria E-Redes quanto aos próprios ativos para se poder então fazer a mensuração, de acordo com as regras. ----------O Município de Oeiras, adotando uma instrução da Comissão Nacional dos contabilistas acabou por passar de uma reserva a uma ênfase, da qual apesar de estar a fazer o reporte correto, não pode ainda relevar no ativo por falta de informação. ----------

----------Relativamente às responsabilidades contingentes. O Município regista todas as responsabilidades contingentes que não dão lugar a provisão, e isso está perfeitamente auditado e o ROC está certificado por esse fim, porque se não estivesse, claro que o ROC iria dizer que não estariam alguns processos em tribunal devidamente provisionados, algo que foi circularizado." --

----------Penso que será tudo, Senhor Vice-Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada.----------

----------Senhor Vice-Presidente."----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente. ----------

----------Termino dizendo que naturalmente que isto é um documento técnico, mas, em função do que foi dito, dizer duas ou três notas. ----------

----------Quanto aos contratos-programa com a Oeiras Viva, como referido ali pela Senhora Deputada da Iniciativa Liberal, explicar que a Oeiras Viva desempenha funções contratualizadas com o Município, funções que são do Município. Naturalmente quem havia de pagar? O Município. Fá-lo melhor do que a Câmara fazia e fá-lo com a melhor qualidade e com o melhor objetivo de promoção de justiça social possível. Imagino que não seja preocupação de Vossa Excelência, a justiça social e a equidade social, mas, hélas, é da nossa parte.----------

----------Depois, e sem tomar muito tempo, ouvindo o Senhor Deputado do Evoluir Oeiras e a sua análise técnico-tática, Senhor Deputado, se fosse a si tinha algum cuidado, porque olhando a

política de Oeiras técnico-tática e olhando para o resultado das últimas eleições, vocês perderam de goleada. ----------

---------- Obrigado, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Vice-Presidente.----------

---------- Não sei se querem algum esclarecimento mais? Não? Posso dispensar a sua presença, muito obrigada.----------

---------- Sendo assim, podemos passar à votação deste ponto dois da nossa Ordem de Trabalhos. ----------

---------- Portanto, foi aprovada esta proposta."----------

5.2.1. VOTAÇÃO ----------

---------- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com sete votos contra, sendo

três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes Martins) e dois do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), uma da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). ----------

----------Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação. ----------

----------**"DELIBERAÇÃO N.º 146/2026**----------

----------**PROPOSTA C.M.O. N.º 542/2026 – DPOC – PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2025**----------

----------A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e quarenta e dois barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número vinte da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de junho, e deliberou por maioria, com vinte e três votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com sete votos contra, sendo três do Partido Socialista, dois do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras e dois do Partido Iniciativa Liberal, e com cinco abstenções, sendo três do Partido Chega, uma da Coligação Democrática Unitária e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, aprovar o documento relativo à Prestação de Contas Consolidadas de dois mil e vinte e cinco, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. ----------

---------- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Declarações de voto, quem quiser fazê-las... Faz favor, Senhor Deputado."----------

5.2.1.1. O **Senhor Deputado Pedro Martins (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**: --------

---------- "A Coligação Evoluir Oeiras votou contra a Prestação de Contas consolidadas de dois mil e vinte e cinco não estando em causa a qualidade técnica das contas, nem o trabalho dos serviços municipais. ----------

---------- As contas refletem as decisões tomadas ao longo exercício, o problema é precisamente esse. Refletem opções políticas com as quais não concordamos. A Coligação Evoluir Oeiras defende um modelo de desenvolvimento mais sustentável, mais transparente e mais participado. Com maior aposta na habitação acessível, na mobilidade ativa e coletiva, na proteção ambiental e na participação cidadã. ----------

---------- Contudo, estas contas traduzem a continuidade de uma estratégia assente, sobretudo, em grandes infraestruturas, como o fórum municipal, expansão viária e projetos de forte componente material, sem a mesma ambição noutras áreas que consideramos prioritárias, urgentes e necessárias para o futuro do Concelho. ----------

---------- Estas são contas financeiramente sólidas, mas que espelham prioridades políticas diferentes das nossas. Por isso, votamos contra. E também não encontro nas contas que analisámos qualquer referência aos resultados eleitorais, portanto, uma coisa não tem nada a ver com a outra.

---------- Disse."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Obrigada, Senhor Deputado.----------

---------- Mais alguma declaração de voto? Não há mais declarações de voto então. Como? Por escrito. O Senhor Deputado José Shirley (CH) vai apresentar a declaração de voto escrita. Mais ninguém?" ----------

5.2.1.2. O **Senhor Deputado José Shirley (CH)** fez chegar a sua **Declaração de Voto Escrita,** documento que a seguir se transcreve:----------

----------"O Grupo Municipal do CHEGA optou pela abstenção na proposta da Prestação de Contas Consolidadas de dois mil e vinte e cinco, tendo em consideração as conclusões constantes do Relatório e Parecer do Auditor Externo e da Certificação Legal das Contas.----------

----------O auditor externo, a sociedade APPM SROC, emitiu uma opinião com reservas, identificando limitações que impedem a validação rigorosa de parte da informação financeira apresentada.----------

----------Em concreto, o auditor refere que, apesar das melhorias verificadas, «ainda não foi possível apurar com rigor o custo de produção, custo de envelhecimento e de engarrafamento do stock de vinho a granel e engarrafado», acrescentando que «o Município, até à data, não procedeu à implementação de um sistema de contabilidade analítica, o que limita a disponibilização de informação fiável sobre o apuramento dos referidos custos».----------

----------Perante uma Certificação Legal das Contas emitida com reservas, o Grupo Municipal do CHEGA entende que deve prevalecer uma posição de prudência, rigor e responsabilidade institucional.----------

----------A presente abstenção não representa uma rejeição global das contas apresentadas, mas traduz a necessidade de que as situações identificadas pelo auditor externo sejam devidamente corrigidas, garantindo maior fiabilidade, transparência e robustez da informação financeira em exercícios futuros."----------

5.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 562/2026 – DMOGAH/DHM/GEHM – relativa à Aquisição pública de habitações ao abrigo do Aviso N.º 01/CO2-i01/2021, Investimento RE-C02-i01, Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Componente 02 – Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência. Aprovação da minuta de contrato de compra e venda (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na

pasta desta Sessão) ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Quem pretende inscrever-se para usar da palavra relativamente a este ponto? Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção:-----

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Relativamente à proposta de aprovação da minuta de contrato de compra e venda para aquisição pública de habitações, em primeiro lugar, tratando-se de um procedimento cuja adjudicação foi aprovada em dois mil e vinte e quatro, gostaríamos de saber se entretanto foi realizada alguma avaliação, ou diligência adicional, relativamente à estrutura empresarial das entidades envolvidas e às questões que foram oportunamente levantadas pela Coligação Evoluir Oeiras, na Assembleia de dezanove de março de dois mil e vinte e quatro, quanto à transparência e credibilidade do promotor que colocámos na altura. ----------

---------- Em segundo lugar, considerando a cessão da posição contratual entretanto ocorrida, gostaríamos de perceber qual a mais-valia concreta desta alteração para o Município e se foram produzidos pareceres ou avaliações adicionais que sustentam esta decisão. ----------

---------- E em terceiro lugar, gostaríamos de saber qual o calendário previsto para a conclusão do processo de aquisição, atribuição e efetiva ocupação destas noventa habitações pelas famílias beneficiárias.----------

---------- E, em último, tendo em conta a localização da intervenção, tal como já referimos em dois mil e vinte e quatro, junto de áreas classificadas como Reserva Ecológica Nacional e de zonas identificadas com suscetibilidade de fenómenos erosivos, gostaríamos de saber se foram efetuadas avaliações complementares, ou se existem condicionantes específicas que o Município entenda relevantes para salvaguardar a sustentabilidade ambiental e também a segurança da futura intervenção. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém pretende intervir? Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)."--------

----------O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte:--------

----------"Muito obrigado, Senhora Presidente.----------

----------Esta proposta decorre de um enquadramento mais alargado de financiamento pelo PRR, tendo a CDU mantido uma posição de concordância com as iniciativas anteriormente desenvolvidas. Nesse sentido, e porque se trata de mais uma iniciativa de reforço do tão necessário parque habitacional público, acompanharemos esta proposta. ----------

----------No entanto, chamamos a atenção para o valor médio de aquisição futura preconizado neste contrato. Vinte e oito milhões e oitocentos mil euros, noventa fogos, o que dá um valor médio por fogo de trezentos e vinte mil euros e, por metro quadrado, um valor de três mil oitocentos e setenta euros. Dirão que este é o valor de referência do mercado residencial em Oeiras. É verdade e até está abaixo do valor atual.----------

----------O que nos leva a refletir, por um lado, sobre a capacidade destes instrumentos de financiamento público, definidos a nível nacional e alinhados com as políticas da União Europeia que fomentam a despesa pública num total alinhamento e dependência do mercado, sem promover instrumentos verdadeiramente alternativos de controlo público do solo, alimentando uma espiral imparável de valorização privada deste recurso fundamental para um ordenamento adequado do território e garante de um acesso justo e democrático à habitação.----------

----------Por outro lado, refletir sobre a dinâmica específica de Oeiras que, mantendo uma política reconhecidamente ativa de promoção pública de habitação, estimula ao mesmo tempo a gentrificação e o afastamento de vastas camadas da população por via de um modelo de ocupação do solo de grande exclusividade socioeconómica baseado em grandes promotores imobiliários e

sem as necessárias infraestruturas e equipamentos públicos fundamentais à coesão social e territorial.- ----------

---------- Fica a questão de se perceber até que ponto o retorno financeiro desta opção de valorização imobiliária através do IMI, do IMT, de várias taxas, chega para cobrir os enormes custos sociais e intergeracionais do cada vez mais inacessível e privilegiado acesso à habitação a quem deseja viver em Oeiras. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado. ----------

---------- Senhora Deputada Anabela Brito (IL)."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez a seguinte intervenção: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- A Iniciativa Liberal apoia a criação de habitação, mas exige o rigor documental que protege o património dos munícipes. E porque é uma oposição construtiva, analisou a minuta da escritura e a documentação relativa à aquisição das frações do lote um, dois e três, em Porto Salvo, e identificou sete questões para as quais pedimos esclarecimento. ----------

---------- Primeiro. A obra está concluída? Existe algum auto ou alguma vistoria de entrega? A descrição do imóvel na escritura é insuficiente. A escritura remete tudo para um documento complementar, mas o corpo da escritura não descreve minimamente o imóvel. Uma escritura deve identificar claramente o que está a ser comprado. Falta a localização completa do prédio. Os documentos não indicam a rua e há uma contradição grave: a propriedade horizontal fala em Barcarena; a minuta da escritura fala em Barcarena; o documento das Finanças fala em Avenida Cesária Évora, Porto Salvo, ou seja, os documentos não coincidem e a freguesia está errada. Isto pode impedir o registo predial e comprometer a validade da compra. A Câmara já recebeu a ficha técnica das habitações? Não há qualquer referência a ela. Não há referência a certificados

energéticos. As frações destinam-se a habitação, mas não há referência aos lugares de estacionamento. Neste momento, não sabemos o que estamos a comprar. Quanto às hipotecas, a minuta é vaga e insuficiente. A proposta de deliberação fala em apresentar o distrate da hipoteca, mas a minuta da escritura diz apenas "cujos cancelamentos se encontram assegurados". Isto é demasiado vago. O Município não pode comprar frações hipotecadas com base numa frase vaga. É necessário o distrate e deve constar que os cancelamentos são apresentados no momento da escritura. Embora o Simplex tenha eliminado a obrigatoriedade de exibir a licença de utilização na escritura em alguns casos, ela não eliminou a obrigação de os imóveis terem a documentação conforme, nem retirou o direito do comprador de exigir os autos de vistoria e a ficha técnica de habitação para a sua proteção. ----------

----------Disse."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, senhora Deputada.----------

----------Mais algum dos senhores deputados pretende intervir sobre este ponto? Não? Senhor Vice-Presidente." ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, o Senhor Vereador Nuno Neto começa e eu termino. Com a sua licença." --- ----------

----------O **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor, Senhor Vereador Nuno Neto." ----------

----------O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos: ----------

----------"Muito obrigado. Cumprimento todos de novo. ----------

----------Começando pelas últimas questões. Dizer que a comunicação de utilização que é o documento atualmente, está assegurado. Os certificados energéticos são apresentados no momento da escritura, conforme documento minuta que vos é presente para apreciação, porque é assim que

que a lei exige e é assim que funciona. Este documento foi visto, elaborado e revisto quer pelos serviços jurídicos do Município, quer pelo notário que garante a legalidade do ato e todas as frações estão identificadas de acordo com o que é exigido na lei e, mais, estão autonomamente valorizadas também.--- ----------

---------- Quanto ao valor, o preço, e fazendo referência ao Senhor Deputado João, da CDU, dizer que isto resulta de um concurso público e, nos termos do aviso, o valor de referência era o valor da mediano no Concelho, que era o valor que resultava na altura e que este concurso, o concorrente foi adjudicado num valor inferior ao valor-base por metro quadrado da mediana. É o valor que resultou do concurso. ----------

---------- Quanto a duas outras questões: a coesão territorial e a coesão social. A coesão territorial e a coesão social decide-se, ou define-se garantindo, por um lado, que os destinatários são diversos ou seja. as soluções diversas de habitação. os diferentes regimes de arrendamento fazem garantir que, a diferentes necessidades de destinatários, temos diferentes soluções. O que significa que, neste sistema de regime cruzado de rendas, misturando a renda apoiada, a renda social e mais, integrando estes edifícios em pequenos aglomerados no território, não causando pressão na urbe, o que significa que este prédio, por exemplo, este conjunto são noventa fogos, mas se olharmos para os conjuntos dos novos programas de habitação, temos conjuntos de doze fogos, dezoito fogos, quarenta e quatro fogos, todos com uma localização que não interfere na pressão urbana da envolvente. Com uma qualidade arquitetónica que retira e mitiga todo o estigma que pudesse haver ainda no século XXI na habitação pública, chamemos-lhe assim. Este tema, aliás, é tratado de forma que é reconhecida na sua qualidade na faculdade que Vossa Excelência dá aulas, e onde já nos cruzámos várias vezes e, portanto, acredito que reconhecerá, como todos reconhecem, que a preocupação da integração arquitetónica, da integração urbanística, da qualidade das habitações e na diversidade de resposta dos destinatários, garante a necessária integração e coesão social dos futuros residentes destes edifícios. ----------

----------No mais, Senhor Vice-Presidente, se eu me esqueci de alguma coisa..." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Faz favor, Senhor Vice-Presidente." ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:----------

----------"Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. ----------

----------A questão é outra. Dizer que Oeiras não olha pelas novas gerações é no mínimo absurdo. Ou que não olha com atenção para as diferenças sociais e os mais desfavorecidos no acesso à habitação, Senhor Deputado, eu não conheço quem olhe melhor. Disse parecido. Senhor Deputado, permita-me. Sabe que as palavras são polissémicas, mas têm significados. Têm significados. Oeiras é o único município do país, único, com um programa de habitação jovem construído com capitais próprios. Único. É o único município do país, único, com residências assistidas, contratualizadas umas com recurso a financiamento comunitário, outras com capacidade própria do Município. E ainda aquelas que não sejam totalmente financiadas, financiadas também com recursos próprios. É o município pioneiro na erradicação das barracas. O primeiro a acabar edifícios no âmbito desta nova fase de habitação pública. Aquele que está mais avançado em matéria de transformação de solos. Depois, e entroncando naquilo que disse, depois de durante anos, durante anos, o Senhor Presidente da Câmara Isaltino Morais ter andado a "pregar no deserto". Era um deserto. Este país transformou-se num deserto de ideias. Sem que noventa e nove por cento dos políticos percebessem a aberração que foi feita com o fim dos solos urbanizáveis. Como se os arquitetos fossem todos bandidos, os urbanistas, que não sabem o que é que é o desenvolvimento da cidade. E eu digo para Vossa Excelência que é arquiteto e que sabe muito melhor do que eu o que é que eu estou a dizer. Como é que uma lei diz que os arquitetos são todos incompetentes em Portugal, os urbanistas, e não sabem o que é que é o desenvolvimento da cidade? Objetivamente que sabem. O que é que aquele ato legislativo fez? Tornou os ricos muito ricos e os pobres mais pobres. Fez disparar os preços da habitação como se nós já não estivéssemos

num contexto onde a habitação iria ficar mais cara. Afundámos. Desde então, o que é que foi feito verdadeiramente para combater a alta dos preços? Quase nada. Todos os programas de habitação fizeram muito pouco em direção àquilo que o Senhor Deputado do Partido Comunista aqui nos trouxe. Nós não fazemos casas se não houver solos disponíveis. Não é possível. Nós podemos viver na ilusão de que há muitas casas vazias. Há muitas casas vazias no interior do país, onde não estão as pessoas que precisam delas. Como é que nós vamos ao encontro disto, se não há solos disponíveis para construir habitação? Ninguém está mais revoltado do que este Executivo Municipal que anda há anos a pregar no deserto. Perante, desculpem-me a dureza da expressão, a cobardia dos decisores da Administração Central rendidos ao politicamente correto e ao medo de assumirem o óbvio. Nós precisamos dos solos urbanizáveis para que as novas gerações consigam comprar casa; consigam arrendar casa; consigam ter uma casa decente para viver. Andamos há anos a "pregar no deserto". Depois. temos de ouvir afirmações como "a Iniciativa Liberal exige". Não exige nada. O que exige é a lei. A lei... O que o Município está é balizado na sua atuação pela lei. E depois este atestado de incompetência aos serviços do Município. Será que foi feito em solo com problemas de REN? Não é possível fazer. Será que foi feito com problemas sísmicos? Não é possível fazer. Porque os arquitetos e os engenheiros que projetaram são tontos? Depois, é preciso ver se o contrato na escritura..? Porquê, a notária não tem competência técnica para verificar se a escritura está de acordo com a lei? Onde é que nós vivemos? Nós estamos a viver num universo paralelo em que os senhores deputados querem assumir uma função e uma competência que não têm. A vossa competência é sobretudo política. Política. Critiquem politicamente se concordam ou discordam. Depois, perguntar se o Município vê os promotores. Isto resulta de uma hasta pública. Uma oferta pública de aquisição. Concorreu quem quis. Parem de lançar estes anátemas tontos, porque é uma tontearia o que se passa aqui. É feita uma oferta pública de aquisição. Aparecem dois concorrentes. Um foi inviabilizado. Três. Aparece um que vence. Investigaram o promotor? Não somos nós que temos de investigar. O promotor cumpre os requisitos legais para

atuar em Portugal? Se cumpre, cumpre; se não cumpre, cabe às instâncias judiciais tratarem do assunto. Mas nós vivemos em que universo? E depois dizem que estão preocupados com o problema de habitação? Bola. Não é para todos, claro. Bola. Estão preocupados em viver num sistema de vetocracia que tenta encontrar questiúnculas em tudo. E arranjar problemas com tudo. Tudo. Então acham que se marca uma escritura desta dimensão sem que quem realiza a escritura se precaver, tome conta de si própria? É que a senhora vai assinar. A notária vai assinar. Vai se responsabilizar pelo cumprimento legal do que está a escrito naquela escritura, naquele contrato. E vocês vêm pôr em causa se o contrato cumpre a lei? Mas em que universo paralelo é que nós estamos? Porque é que não criticam... A Iniciativa Liberal, por exemplo, pode criticar... "O mercado tem que resolver o problema de habitação", "É o mercado a resolver". Já toda a gente viu que o mercado não resolve nada neste caso, não é? Porque quando nós temos quarenta por cento de pobres, os pobres estão fora do mercado. O mercado não funciona para pobre. O pobre não tem acesso ao mercado. É pobre. Sem a economia a funcionar e sem que os pobres tenham recursos não existem no mercado. Se não for o Estado, nada. Então, qual é que é a solução? Tentar arranjar umas questiúnculas e tentar se substituir a quem legalmente tem condições para desempenhar os atos. Como? Como? Como é que é possível este país tomar decisões quando os decisores se comportam desta forma? Se comportam desta forma absolutamente irresponsável? A tentarem se substituir na função, de quem tem essa função legalmente para cumprir? Perdoem-me, mas vocês vivem num universo paralelo. O nosso problema é resolver os problemas das pessoas. Nos termos da lei, cumprindo a lei. Não me parece, sinceramente, que boa parte desta Assembleia Municipal esteja preocupada com isso. Não é esse o vosso problema, não é essa a vossa questão. Mas, os oeirenses julgarão. ----------

----------Obrigado, Senhora Presidente." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhor Vice-Presidente. ----------

---------- Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** interveio e disse o seguinte: ----------

---------- "Obrigada, Senhora Presidente.----------

---------- Para dizer que a proposta de deliberação que nos chegou diz o seguinte: "aprovação da minuta de contrato de compra e venda". É o que diz a proposta que nos chegou. Para além disso, foram adicionados documentos. E eu aconselho o Senhor Vice-Presidente e restantes a verem o documento sobre a propriedade horizontal, onde diz o seguinte: "Sito em Barcarena, Freguesia de Barcarena, Concelho de Oeiras". A não ser que o Senhor nunca tenha ido ao local para saber que aquilo não é Freguesia de Barcarena, que aquilo é Freguesia de Porto Salvo. Se calhar, o Senhor nunca lá foi, por isso deve ser isso a questão. Depois, se o Senhor for ver também o registo predial, no registo predial fala em garagens. Garagens essas que não vêm referidas na escritura. O Senhor, se calhar, nunca fez nenhuma escritura, mas as escrituras andam do proprietário para o comprador para corrigir erros e para chegar a um acordo total.----------

---------- Deixe-me dizer que, apesar de todo o respeito que tenho pelos serviços, os erros são grosseiros. Uma escritura onde não se refere a rua, a rua vem referida na proposta de deliberação e diz "Avenida Cesária Évora". O Senhor deve saber onde é que é a Avenida Cesária Évora, se já lá foi ao local." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, terminou o seu tempo, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** concluiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- ----------

---------- "Mais..."----------

---------- A Senhora Presidente da A.M. desligou o microfone. ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, terminou o seu tempo. Terminou o seu tempo.----------

----------Faz favor, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO).”----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte intervenção: ----

----------“Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------Eu queria dizer ao Senhor Vice-Presidente que as nossas declarações são nossas, e que o Senhor Vice-Presidente ainda não vem aqui decidir sobre o conteúdo de nenhuma declaração de nenhum deputado. Ou assim devia ser. Pelo menos do nosso Grupo Político, o Senhor Presidente ainda não decide que intervenções fazemos.----------

----------Depois, também dizer que o Senhor Vice-Presidente sabe muito bem que os deputados têm a obrigação de fiscalizar. E se não o fazem, deviam fazer, até porque têm responsabilidade civil sobre aquilo que votam aqui.----------

----------E, portanto, se há erros que têm de ser corrigidos, estamos no momento de fiscalizar, estamos no momento de apontar esses erros, estamos ainda na oportunidade de corrigir esse erros. Portanto, não é preciso com essa agressividade toda atacar os deputados que estão aqui proativamente a identificar erros nas propostas. A Senhora Deputada Anabela Brito (IL), segundo sei, já fez muitas escrituras, ou ajudou a fazê-las e, por isso, acho que devia ouvir os conselhos, devia retirar a proposta. Insto a que retirem a proposta, que corrijam estes erros e que volte à Assembleia para ser votada numa futura oportunidade e a breve prazo. ----------

----------Muito obrigada.”----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------“Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Mais alguém que pretende usar da palavra? Não? Mais alguém pretende usar da palavra? Senhores deputados, vamos à votação da proposta. Sim, Senhor Vice-Presidente, quer ainda usar da palavra? Faz favor.” ----------

----------O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguimte: ----------

----------“Quero sim, Senhora Presidente.----------

---------- Senhoras deputadas, eu peço imensa desculpa, não costumo "puxar dos galões", Senhora Deputada, por favor, "ponha-se no seu sapato". "Ponha-se no seu sapato". Perceba de uma vez por todas... Senhora Presidente, com a sua ajuda, isto é uma força de expressão. A Senhora Deputada Alexandra (PS) está muito nervosa na última semana, mas é consigo."----------

---------- **Vários senhores deputados intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhores Deputados, agradeço que tenham respeito uns pelos outros. Que tenham respeito uns pelos outros. Faz favor. Que tenham respeito uns pelos outros..." ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: -- ----------

---------- "Eu já uma vez disse à Senhora Deputada Alexandra (PS) que o problema da Senhora Deputada não é comigo, é com o seu Partido, como está à vista de todos. ----------

---------- Senhora Deputada da Iniciativa Liberal. Eu não fiscalizo moradas, nem quero fiscalizar. Um erro numa morada pode ser um erro material. Nem me interessa. Interessa-me que, nos termos da minuta do contrato, estejam os direitos e as obrigações das partes. Quando formos assinar é que tem de estar correto. Se Vossa Excelência está muito perturbada com isso, vote contra. Eu convivo bem, eu convivo bem com o seu voto contra a aquisição de casas para quem precisa em Oeiras. Convivo muito bem com isso, Senhora Deputada. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), o que eu faço são críticas políticas. Políticas. Porque Vossas Excelências estão descentrados do que são as preocupações políticas. É só isso. Não faço nenhuma avaliação pessoal. Nenhuma. Política, só."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Senhora Deputada, a Senhora Deputada pediu a palavra? Faz favor. Quem é que pediu

a palavra agora?"----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** respondeu o seguinte: ----------

----------"A Deputada Alexandra (PS) acho que pediu primeiro do que eu. Eu também pedi, sim." ------- ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim, sim. Faz favor, Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)"----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----------"Senhora Presidente, muito obrigada. ----------

----------Para dizer ao Senhor Vice-Presidente que não lhe reconheço a ele..., e tenho a certeza que nem o Presidente atual do Partido Socialista, nem o Presidente anterior, lhe permitiu alguma vez referir-se ao Partido Socialista. Fale do que sabe. Fale do que sabe.----------

----------Relativamente a esta proposta, Senhora Presidente, temos a perguntar-lhe o seguinte: havendo erros, havendo erros, o Partido Socialista não quer votar esta proposta contra. O Partido Socialista quer votar em consonância com aquilo que já votou na Câmara e também em consonância do que já votou nesta Assembleia nas propostas que antecederam esta, sobre esta mesma matéria. Mas não estamos confortáveis com esta atitude que a Senhora Presidente também já não esteve confortável em determinado momento, de deixar passar os erros materiais. Portanto, se há erros materiais, eles têm de ser corrigidos antes da votação, porque a votação incide sobre totalidade da proposta. Não vale a pena aqui fazemos de conta que sabemos jurídico, não é, o Senhor Vice-Presidente vem para aqui ensinar-nos lições de jurista, como se nós fôssemos todos tontinhos, não é? Porque o Senhor Vice-Presidente tem sempre aquela atitude de se colocar de forma sobranceira sobre todos os deputados e de querer dar lições. E aquilo que nós temos a dizer é muito simples, Senhora Presidente: para o Partido Socialista nós votamos a proposta favoravelmente se ela tem condições para ser votada. Havendo erros materiais, ela não tem condições para ser votada e nós saímos da sala. ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO), faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Concordo com a intervenção anterior, mas também gostaria de dizer que, quando se vai comprar uma casa, a escritura, o mínimo que tem que ter é a morada correta, porque senão... Quer dizer, eu acho que isto nem sequer é um erro material, acho que é um erro bastante mais grave e que devia ser corrigido e retirada a proposta. ----------

---------- E, aliás, tenho uma outra pergunta, porque nós já nos habituámos a que grande parte da maioria das propostas de deliberação que vão à Câmara... Senhora Presidente, estou a fazer uma intervenção, não sei se quer ouvir... Pronto. Já nos habituaram, até na Informação do Presidente, que a maioria das propostas que vão à reunião de Câmara não passam no Gabinete Jurídico e, portanto, eu gostaria de saber se, em relação a esta proposta concreta, se passou no Gabinete Jurídico.--- ----------

---------- Muito obrigada."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Eu vou dar a palavra ao Senhor Vereador Nuno para explicar estas incongruências que estão aqui a ser levantadas pelos senhores deputados." ----------

---------- O **Senhor Vereador Nuno Neto** prestou os seguintes esclarecimentos:----------

---------- "Senhora Presidente. ----------

---------- A identificação do imóvel está de acordo com a inscrição matricial. Está de acordo com a inscrição matricial. A referência a Barcarena, a inscrição matricial é Barcarena/Porto Salvo.

É a definição que vem do Instituto de Registos e Notariado. Esta proposta foi elaborada pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal, está validada pela notária que vai realizar a escritura e, portanto, está validada por quem vai e tem obrigação legal de garantir a legalidade dos documentos. ----------

----------Mais. Estão todos os documentos aqui identificados: os certificados energéticos, os registos prediais. Os certificados energéticos, Senhora Deputada, estão aqui, quando se diz: "foi declarado pela parte vendedora que foi entregue à parte compradora os certificados energéticos com os números SCE não sei quê, não sei quê, são tantos números que são duas páginas de números. Estão exibidos com o código de identificação, porque é assim que a lei exige, é assim que o notório faz. Mas se quiserem fotocópias dos certificados energéticos podem ser enviadas depois de serem entregues. Nesta fase, o que estamos a aprovar é a minuta e os certificados estão identificados com a matrícula de referência.----------

----------Não tenho mais nada a acrescentar." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito bem. ----------

----------Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faz favor." ----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

----------"Para agradecer as explicações ao Vereador Nuno Neto e considerando que as explicações foram dadas com tanta tranquilidade e capacidade de transmitir uma mensagem assertiva, o Partido Socialista votará naturalmente a favor."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada, Senhora Deputada.----------

----------Penso que o esclarecimento do Senhor Vereador Nuno Neto serenou-nos quanto à validade desta proposta para poder ser aqui votada. E, portanto, posto isto, eu ponho à votação o ponto três. Pretende ainda usar a palavra? Faz favor." ----------

---------- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: ----------

---------- "Quero sim. ----------

---------- Senhora Presidente, eu creio que ficou claro, mais uma vez, os exageros e a tentativa de bloqueio destas propostas. O que ficou aqui claro, e eu falo agora para o oeirenses que veem a transmissão, ainda que não sejam muitos fica gravado, é a tentativa permanente de bloquear a atividade do Município. A tentativa permanente e, no caso concreto, de impedir tempestivamente a aquisição de imóveis para atribuição a pessoas que deles necessitam. Qual é que é o objetivo de se estar na política senão servir? Qual é que é o objetivo para tentar permanentemente vetar? O objetivo não era perceber, não era entender, era tentar arranjar uma questiúncula para vetar. Felizmente que se esclareceu. No entanto, tenho quase a certeza de que tentarão dizer mais qualquer coisa para tentar impedir. ----------

---------- Muito obrigado, Senhora Presidente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da** A.M. disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada Anabela Brito (IL), faz favor." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, obrigada. ----------

---------- Para dizer que o..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** informou o seguinte: ----------

---------- "Já esgotou o seu tempo." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Muito bem. Apresento um protesto. Apresento um protesto. Faz favor, quero apresentar..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: ----------

---------- "Já esgotou o seu tempo." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte: ----------

----------"Quero apresentar.... Senhora Presidente..."----------

----------A **Senhora Presidente** da **A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, desculpe, eu estou a falar e a Senhora não me interrompe. A Senhora respeita a Presidente da Assembleia, que decorre do Regimento. A Senhora sistematicamente não quer respeitar. Portanto, vou dizer o seguinte: a Senhora Deputada terminou o seu tempo, portanto, não pode falar, porque, segundo o Regimento o seu tempo terminou. Eu não estou a impedi-la de falar, é o Regimento que o diz. Qual é o seu tempo? Não sou eu que a estou a impedir. Não subverta a realidade. Portanto, sendo assim, sendo assim, não tem direito a falar neste momento sobre este ponto. Está terminada a questão. E estamos em condições de passar à votação." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente, de acordo com o Regimento, gostaria de apresentar um protesto."

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Qual é o artigo, Senhora Deputada? Faz favor de dizer ao abrigo de que artigo apresenta um protesto." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"É só um minuto. Digo-lhe já qual é o artigo. Cinquenta e sete. Artigo cinquenta e sete." ------- ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"E esse protesto é para quê, Senhora Deputada? É protestar relativamente a quê? Tenho de lhe fazer essa pergunta, atento o número três do artigo. Esse protesto é relativamente a quê?"

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Ao que foi dito. Ao que foi dito..." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: ----------

----------"Olhe, Senhora Deputada, se é ao que foi dito, não são admitidos protestos a

esclarecimentos, a requerimentos, a recursos, a pedidos de esclarecimentos, a respostas..."--------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

---------- "Mas eu não estou a pedir esclarecimentos, Senhora Presidente. Estou a apresentar um protesto. Um protesto é um facto..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Mas vai apresentar um protesto em relativamente a quê?"----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

---------- "Um protesto... Se a Senhora ouvir, já vai saber pelo quê."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Por isso é que eu lhe estou a perguntar. É relativamente a quê, que vai apresentar?"-

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

---------- "Contra... Um protesto relativamente ao que foi dito e à forma como foi dito. Eu não vou... Não, desculpe, eu não vou apresentar nenhum esclarecimento. Eu não vou pedir nenhum esclarecimento."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Não é isso... Senhora Deputada, a Senhora Deputada não me está a ouvir e eu vou interromper, vou reunir com a Mesa. A Senhora explicou que vai fazer um protesto contra o que foi dito. Por quem? Contra o que foi dito por quem, Senhora Deputada?"----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

---------- "Senhora Vice-Presidente, não me parece.... Vamos lá ler então o número cinquenta e sete para que todos tenhamos conhecimento do que é que ele diz."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:----------

---------- "Senhora Deputada, eu fiz-lhe uma pergunta. O protesto é relativamente a quê? É relativamente a que intervenção e de quem? É isso que eu lhe estou a perguntar."----------

---------- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível**

transcrever o que foi dito. ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, eu sou a Presidente da Assembleia, eu estou a presidir a esta Assembleia. Agradeço respeito."----------

----------A **Senhora Deputada Anahela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

----------"Senhora Presidente, eu não vou fazer nenhum protesto... O meu protesto não é nenhum esclarecimento..." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"É sobre quê, Senhora Deputada?" ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"... não é nenhum requerimento, não é um recurso, Ok? Não é nada disso. É uma afirmação. É uma afirmação. O meu protesto é uma afirmação. É isso que é um protesto."-------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, o protesto que a Senhora está a referir relativamente a respostas que aqui foram dadas, a intervenções que aqui foram feitas não cabe..." ----------

----------A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Eu não disse que ia pedir nenhum esclarecimento. Eu não disse que ia pedir nenhum esclarecimento. Importa-se... Eu posso fazer um protesto?" ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Não é nada disso, Senhora Deputada. Quer parar um bocadinho e tentar ouvir o que eu lhe estou a dizer? "Sobre a mesma matéria, cada grupo político municipal, bem como cada deputado não inscrito, apenas pode apresentar um protesto"." ----------

----------A **Senhora Deputada Anahela Brito (IL)** disse o seguinte:----------

----------"Sim." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "O número três diz: "Não são admitidos protestos e esclarecimentos, a requerimentos, a recursos, a pedidos de esclarecimento e respetivas respostas, a defesa da honra, bem como a declarações de voto. ----------

---------- Eu não sei que protesto é que a Senhora Deputada quer fazer." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** disse o seguinte: ----------

---------- "Quero fazer um protesto que é uma afirmação que não tem nada a ver com o que está aqui dito." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada, faça o favor de fazer então o protesto." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez o seguinte **Protesto**: ----------

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Eu queria fazer um protesto contra a forma desviante com que foram utilizadas as palavras da Iniciativa Liberal. Nós não estamos contra a habitação, agora achamos escandaloso estar-se a votar uma escritura, ou admitir uma escritura que nem identificado o prédio tem. -------

---------- Muito obrigada." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Deputada. ----------

---------- Vamos então passar... Faz favor, Senhora Deputada." ----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

---------- "Muito obrigada. ----------

---------- Queria aproveitar este momento para dizer aos munícipes que nos estão a ouvir, apesar de serem poucos, que o Partido Socialista, aquilo que fez durante este debate foi muito claro. Foi tendo dúvidas, colocá-las e ter recebidas as respostas. E, por isso, naturalmente, agradecer à Senhora Presidente ter concedido a oportunidade de o Senhor Vereador esclarecer. ----------

---------- Muito obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Obrigada, Senhora Deputada. ----------

----------Então passamos à votação desta proposta. Foi aprovada por maioria esta proposta."--

5.3.1. VOTAÇÃO----------

----------A Senhora Presidente submeteu à votação este Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25 (Maria do Rosário Marinho Ferreira Barbosa, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Diana Leonor Alves Gonçalves Martins de Almeida, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Francisco Calado Ferreira Madail Herdeiro, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Sandra Cristina Amaral Monteiro, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Carla Alexandra Ferreira de Oliveira, João José Pinheiro Monge Lopes de Gouveia e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato e Nuno Filipe Penetra Carolo), três do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques, José Maria Landureza de Paiva Shirley Dias e Filipa Isabel Lucas Caeiro Lourinho), um da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25 (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25 (Jorge Manuel Martins Delgado), com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal (Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito e Marina Raquel Gonçalves Pereira), e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia e Pedro Gomes

Martins).-- ----------

---------- Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, do Grupo Político Municipal Inovar União Algés 25 e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar União Oeiras 25 não estavam presentes na altura da votação.----------

---------- **"DELIBERAÇÃO N.º 147/2026**----------

---------- **PROPOSTA C.M.O. N.º 562/2026 – GEHM - AQUISIÇÃO PÚBLICA DE HABITAÇÕES AO ABRIGO DO AVISO Nº. 01/CO2-I01/2021, INVESTIMENTO RE-C02-101, PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO, COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA - MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA**----------

---------- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e sessenta e dois barra dois mil e vinte e seis, a que se refere a deliberação número quarenta da Reunião da Câmara Municipal realizada em onze de junho, e deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, sendo vinte do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras 25, três do Partido Socialista, três do Partido Chega, um da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena 25, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide e Queijas 25 e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo 25, com dois votos contra do Partido Iniciativa Liberal, e com duas abstenções do Grupo Político Municipal Coligação Evoluir Oeiras dois, aprovar a aquisição de noventa frações destinadas a habitação, pelo preço por metro quadrado, no valor de três mil oitocentos e setenta euros, o que perfaz o montante total de compra e venda de vinte e seis milhões oitocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e quarenta euros, sendo que a despesa a realizar no ato de escritura pública, é de vinte e seis milhões oitocentos sessenta e quatro mil quinhentos e quarenta euros, deduzido o valor de mil euros, já liquidado como sinal e princípio de pagamento, à entidade "Madadna Portugal - Sic Imobiliária Fechada, Sociedade Anónima.", nos termos do contrato-promessa de

compra e venda de bem futuro, do acordo de cessão de posição contratual. ----------

----------A minuta de escritura pública de compra e venda, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.----------

----------Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da ata." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Declarações de Voto, quem pretende fazê-las? Alguém pretende fazer? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN)." ----------

5.3.1.1. A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Obrigada, Senhora Presidente. ----------

----------É para dizer que, dadas as explicações do Vereador Nuno Neto, o PAN votou favoravelmente. Não sei se me ouviram..." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Ouvimos. Está registado. Senhora Deputada Mónica Albuquerque CEO)." ----------

5.3.1.2. A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez a seguinte **Declaração de Voto**:

----------"Muito obrigada, Senhora Presidente.----------

----------O Grupo Político Evoluir Oeiras absteve-se nesta proposta. Não consideramos que tenham sido dados todos os esclarecimentos necessários e, por isso, apresentaremos uma declaração de voto escrita, uma vez que tem de ser mais completa do que aquela que eu tinha aqui para proferir oralmente. ----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto Escrita**, documento que a seguir se transcreve:----------

----------"A Coligação Evoluir Oeiras absteve-se nesta proposta. A habitação é uma prioridade central do nosso Programa Eleitoral. Defendemos o reforço do parque habitacional público, a promoção da habitação acessível e políticas que permitam às famílias viverem com dignidade e

permanecerem no concelho. Reconhecemos, por isso, a importância que estas noventa habitações podem ter para responder à atual crise da habitação e para aumentar a oferta pública disponível. -

---------- Contudo, este processo já foi apreciado por esta Assembleia em dois mil e vinte e quatro, ocasião em que levantámos um conjunto de preocupações relativamente à estrutura empresarial, à transparência e à credibilidade dos promotores envolvidos. Essas preocupações mantêm-se e continuam sem resposta suficientemente esclarecedora. ----------

---------- Acresce que a Coligação Evoluir Oeiras tem defendido um modelo de desenvolvimento urbano que combate a especulação imobiliária e a gentrificação, privilegiando a habitação como um direito e não como um mero ativo financeiro. É, por isso, essencial que o Município escolha parceiros cuja atuação e modelo de negócio estejam alinhados com os valores de transparência, responsabilidade e interesse público que devem orientar a política municipal de habitação.- ----------

---------- A nossa abstenção traduz este equilíbrio. Não queremos colocar em causa a disponibilização de habitação pública a quem dela necessita, mas também não podemos ignorar as reservas que continuam a existir relativamente ao processo e aos intervenientes envolvidos. ------

---------- Por fim, deixamos expresso que esta posição de voto é assumida com base nas garantias prestadas pelo executivo durante a presente sessão, assegurando a conformidade jurídica e técnica da documentação submetida à Assembleia Municipal. Caso se venha a verificar a existência de erros, omissões ou irregularidades suscetíveis de gerar prejuízo para o Município ou outras responsabilidades decorrentes deste processo, a Coligação Evoluir Oeiras considera que tais responsabilidades caberão ao executivo que elaborou, validou e assegurou a correção dos documentos submetidos a deliberação, e não a quem fundamentou a sua posição de voto nas informações prestadas e garantidas pelo órgão executivo." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Senhor Deputado Francisco O'Neill (CH)." ----------

----------O **Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, só para dizer que vamos entregar uma declaração de voto à Mesa também. --- ----------

----------Muito obrigado." ----------

----------**A Declaração de Voto não foi entregue.** ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores Deputados, informo que ainda não terminou, porque temos uma votação a fazer sobre a eleição para os representantes da CDU e do INOV para o Conselho Municipal de Educação. Portanto, não terminou a Sessão. Muito bem, portanto, eu tinha dito quem..." ----------

----------O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa. Senhora Presidente. Posso?" ------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Vamos então..."----------

----------O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Presidente, por favor." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Declarações de voto, se faz favor."----------

----------O **Senhor Deputado Nuno Carolo (PS)** disse o seguinte: ----------

----------"Não, as declarações de voto já acabaram. Eu esperei por este momento, é um ponto de Ordem à Mesa.----------

----------Gostava que tivesse defendido com o mesmo afinco o conceito de protesto como permitiu que as contas consolidadas fossem votadas sem terem ido à Comissão, o que é um erro bem pior do que a interpretação sobre a constituição. Eu prometi-lhe em reunião que diria diretamente aquilo que acho." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Muito obrigada, Senhor Deputado."----------

5.4. Designação dos representantes dos Grupos Políticos Municipais do IN-OV25 e da CDU para integrarem o Conselho Municipal de Juventude (os documentos relativos a esta Eleição ficam arquivados, como anexos na pasta desta Sessão) ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada?" ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:** --- ----------

---------- "Muito obrigada, Senhora Presidente. ----------

---------- Também para um Ponto de Ordem, para saber porque é que se nós sabemos desde as três da tarde que há um novo Ponto de Ordem na Assembleia de hoje e que vamos proceder à votação, porque é que até este momento (e já se passaram quatro horas da reunião) não há qualquer informação ainda no Salão Nobre sobre aquilo que vamos votar agora de seguida? Portanto, como é que ainda não sabemos quais são os candidatos que temos de opinar?"----------

---------- **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:----------

---------- "Senhora deputados, os senhores funcionários estavam aqui a assistir à Assembleia, os senhores deputados sabiam, foi dito no princípio e foi admitido..."----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** observou o seguinte: ----------

---------- "Nós sabíamos que esta votação..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "E foi admitido a..." ----------

---------- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Exatamente, mas admitido à votação, era para pôr no Salão Nobre, não era para chegar ao momento da votação sem se saber de nada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhora Deputada, sim senhor. Vamos então proceder à votação. Vamos distribuir os votos." ----- ----------

----------A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (CEO)** solicitou o seguinte: ----------

----------"Pedia à Senhora Presidente que enunciasse pelo menos os candidatos.----------

----------Muito obrigada."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Eu vou enunciar e eles estão no boletim de voto que vos vai ser distribuído. E estão enunciados porque é voto secreto, certo? Estão aqui enunciados:----------

----------INOV25. Efetivo - Afonso Morais.----------

----------INOV25. Suplente - André Cotrim.----------

----------CDU. Efetivo - João Rafael Santos. ----------

----------CDU. Suplente - Catarina Antunes." ----------

---------- O **Senhor Deputado António Moita (INOV25)** interveio e disse o seguinte: --------

----------"Senhora Presidente, posso? Era só para dar uma pequena explicação, porque aparentemente... Eu pedia só dois segundos. Era só para dar uma pequena explicação porque, aparentemente, este boletim de voto não é costume acontecer. ----------

----------Houve um erro na indicação das pessoas que faziam parte, ou que poderiam passar a fazer parte da Comissão Municipal de Juventude. Esse erro foi feito pelo INOV e foi feito pela CDU. Todas as outras forças políticas deram os elementos de forma certa, correta. O que acontece agora é que falta preencher os nomes quer da representação do INOV, quer da CDU. E, portanto, o nosso entendimento é que não sendo nós obviamente responsáveis pela indicação dos elementos que a CDU fez (foi ela que quis indicar), nós também fizemos a indicação conforme queríamos mas, do nosso ponto de vista, vota-se em todos. E, portanto, faz todo o sentido que a votação aconteça sobre todos, assim como aconteceu quando o Partido Socialista indicou os seus membros,

quando o Evoluir indicou os seus membros, quando o CHEGA indicou os seus membros. E, portanto, parece-nos que é a forma mais correta de isto ser feito, embora não seja hábito que haja um boletim de voto assim. ----------

---------- Muito obrigado."----------

---------- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Os senhores deputados..." ----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

---------- "Senhora Presidente, eu preciso de cinco minutos para ler o Regimento." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Sim, senhor. Faz favor."----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -------

---------- "Porque preciso de perceber se, efetivamente, estes nomes estão em consonância."---

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:----------

---------- "Os outros nomes que nós votámos da outra vez não estavam em consonância, porque não eram membros da Assembleia Municipal." ----------

---------- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: ---------

---------- "Sim, Senhora Presidente. Eu isso eu sei que passou, não devia ter passado. Essa parte eu já percebi. Também ninguém nos perguntou se queríamos indicar um suplente. Ninguém nos perguntou, por exemplo, vindo aqui novamente esta questão... ----------

---------- Vamos começar pelo princípio. São os nomes apresentados... Aquilo que a Senhora Presidente combina connosco em reunião de conferencia de representantes, é que nós indicávamos um nome. E nós indicámos um nome. Cada partido fez as indicações que entendeu que devia fazer. A Senhora Presidente trouxe à votação os nomes que foram indicados, sem ter verificado se eles podiam ou não ser verdadeiramente eleitos. Verificado posteriormente a eleição que a eleição é nula, devia ter perguntado ao Partido Socialista se também queria apresentar um suplente. Não o

fez. Segundo. É preciso compreender se os elementos que aqui estão podem ser realmente apresentados porque, que eu tenha conhecimento, o único elemento efetivo da CDU é o Deputado João Rafael Santos."----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Senhores Deputados, perante esta questão, que é aqui suscitada neste momento, eu vou dar sem efeito, vou retirar esta inclusão da Ordem de Trabalhos, e ver-se-á então posteriormente."----------

----------A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: ---------

----------"Muito obrigada." ----------

----------A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Muito obrigada." ----------

----------**ADIADA** ----------

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO ----------

----------A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos.

----------Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. ----------

----------A Presidente, ----------

----------O Primeiro Secretário, ----------

----------O Segundo Secretário, ----------

---------- ----------

---------- ----------

---------- ----------

ANEXO

OEIRAS VALLEY
PORTUGAL

MUNICÍPIO
OEIRAS

Na sessão da assembleia municipal de 23 de junho-sessão ordinária 3/26, a sra. deputada Anabela Brito, da IL, veio invocar que na sessão da AM de 9 de junho-sessão extraordinária 15/26, na votação da proposta apresentada pela IL-Portal municipal de Participação cidadã, o Sr. deputado João Viegas, do GPM INOV25 votou contra e absteve-se nesta proposta o que configura uma irregularidade que deve ser corrigida.

O sr. Deputado visado fez chegar a esta AM por e-mail enviado ontem, dia 24 de junho, a sua posição sobre esta afirmação esclarecendo o seu sentido de voto. Referiu que votou contra e que visualizou a gravação sendo claro que quando foi perguntado quem se abstinha o seu braço já não estava levantado.

A mesa da assembleia referiu na sessão onde tal questão foi levantada que iria apreciar.

Visualizando a gravação da sessão 15/26 de 9 de junho, constata-se que no momento da votação da proposta da IL o sr. Deputado João Viegas no momento em que a PAM colocou a proposta à votação e perguntou «quem vota contra? » levantou o braço expressando o seu sentido de voto contra. Tal sentido de votação também ficou anotado na folha dos apontamentos do Sr. Primeiro secretário.

Apesar de não ter ficado gravado o som quando a PAM perguntou «quem se abstém?» é visível da gravação de imagem que nesse momento o braço do sr. deputado já não se encontrava levantado, sendo a única abstenção existente na votação a da CDU.

A contagem dos votos relativa à proposta da IL está em consonância com a realidade.

Esclarecida a questão, por decisão unanime da mesa da assembleia municipal, determina-se que a transcrição do referido pela sra. deputada na sessão de 23 de junho e esta decisão da mesa sejam anexadas à ata da sessão a que respeita.

Dê-se conhecimento aos srs. deputados.

Oeiras, 25 de junho de 2026

A presidente,

O primeiro secretário,

O segundo secretário,

De: João Viegas <JViegas@parquestejo.pt>
Enviado: 24 de junho de 2026 15:07
Para: Presidente Assembleia Municipal
Cc: Ana Cristina Saavedra
Assunto: Esclarecimento sobre sentido de voto — Sessão AME 15/2026, Deliberação n.º 133/2026

E-MAIL EXTERNO: - Por favor analise bem todo o e-mail antes de abrir anexos ou carregar nos links recebidos -

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal,

Na sequência da questão suscitada pela Iniciativa Liberal na sessão de ontem dia 23 de junho na Sessão Ordinária 3/2026 da Assembleia Municipal, relativamente ao meu sentido de voto na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras n.º 15/2026, realizada em 09 de junho de 2026, no âmbito da Deliberação n.º 133/2026 — Proposta relativa ao Portal Municipal de Participação Cidadã apresentada pela IL— venho, pelo presente, prestar o devido esclarecimento.

Tendo revisto as imagens da referida sessão, confirma-se de forma inequívoca que o meu voto foi contra a proposta apresentada pela Iniciativa Liberal.

No momento da votação, recebi um telefonema, circunstância que fez com que o meu braço permanecesse levantado por mais tempo do que seria habitual. Contudo, a sequência da votação é clara: quando V. Ex.ª perguntou quem votava contra, levantei inequivocamente o braço; quando seguidamente foi perguntado por V. Ex.ª quem se abstinha, o meu braço já não se encontrava levantado.

Assim, para todos os devidos efeitos, esclareço que o meu sentido de voto na Deliberação n.º 133/2026 foi contra.

Com os melhores cumprimentos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE OEIRAS
Registo de Entrada n.º 818
em 24/06/2026
Destino

Grato

Com os melhores cumprimentos,

João Viegas
Deputado Municipal
Gupo INOV
+351 918 819 800

---------- **EXTRATO DA ATA DA 3ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA** ----------

---------- **MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE JUNHO DE 2026** ----------

---------- **ATA Nº. 19 / 2026** ----------

(....)

X. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

(...)

X.X. A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa**:--------

----------"Obrigada. Boa tarde. Senhora Presidente, um Ponto de Ordem à Mesa. ----------

---------- O seguinte. Na última Sessão de nove de junho, a Iniciativa Liberal apresentou uma proposta do "Portal municipal da participação cívica". Nessa votação, houve um deputado do INOV que votou contra e votou em abstenção. Portanto, agradeço que essa Ata seja corrigida e que seja tomada em atenção isso. E gostaria de saber o que é que a Mesa pretende fazer sobre essa situação." ----------

X.X. A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: ----------

----------"Essa Ata ainda não foi elaborada, não? Já foi elaborada?" ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** respondeu o seguinte: ----------

----------"Essa Ata ainda não foi elaborada, de qualquer forma estamos na Sessão subsequente e, para além disso, já foi extraída uma deliberação que já está no Salão Nobre e é exatamente na Sessão seguinte que se deve corrigir. Atendendo a que foi visto o erro é exatamente na Sessão seguinte que se deve corrigir esse erro."----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

----------"Sim, senhor. Muito obrigada, Senhora Deputada. Fica registado. Neste momento não estamos em condições de estar a confirmar e a verificar esse facto, mas fica consignado e,

portanto, iremos ver. Iremos ver posteriormente. A Ata ainda não está elaborada. Sim, faz favor." -------- ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Senhora Presidente, eu sugiro que talvez interrompa cinco minutos os trabalhos, para ver, para visualizar a Sessão, para podermos corrigir o erro." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Um momento, Senhora Deputada. Vou conferenciar com a Mesa. ----------

---------- Senhora Deputada, neste momento estamos numa Sessão, não vamos interromper para ver isso. Teremos de visualizar essa Sessão. Teremos de ver todas as anotações que temos e, portanto, neste momento, a Mesa deliberou que não vai interromper para esse efeito. Isso fica consignado em Ata, e certamente que teremos isso em consideração e iremos apreciar oportunamente. Portanto, é esta a decisão da Mesa."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte: ----------

---------- "Muito bem, Senhora Presidente. Por favor, gostaria que ficasse consignado em Ata que a Mesa reconhece o erro e que não quer corrigir." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Não, Senhora Deputada. A Mesa não disse que reconhece o erro. A Mesa diz que vai apreciar aquilo que a Senhora Deputada acabou de dizer. Senhora Deputada, esta questão para nós está resolvida neste sentido: vamos apreciar. A Mesa vai apreciar. A Ata ainda não foi elaborada sequer. Portanto, vamos apreciar."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte: ----------

---------- "Muito bem." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Vamos ter em conta..."----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** referiu o seguinte: ----------

---------- "Fica consignado... Fica consignado que a Iniciativa Liberal registou o erro e que a Mesa não está a corrigir na Sessão subsequente. Certo? É verdade..." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada, a Mesa acabou de falar. A Senhora não tem de dizer o que é que a Mesa disse. A Mesa disse..." ----------

---------- A **Senhora Deputada Anabela Brito (IL)** observou o seguinte: ----------

---------- "Não, a Mesa disse que não vai fazer, que vai fazer posteriormente. É exatamente isso que eu estou a reforçar. Vai rever posteriormente." ----------

---------- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: ----------

---------- "Senhora Deputada, a Mesa pronunciou-se. A Mesa pronunciou-se e está gravado. Não precisa a Senhora Deputada de resumir. ----------

---------- Muito obrigada. Muito obrigada." ----------

(...)